

RELATÓRIO E CONTAS

2017



# 2017

RELATÓRIO E CONTAS



---

# ÍNDICE

<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>4</b>		
<b>2. O ANO DE 2017</b>	<b>8</b>		
2.1. Apresentação da empresa	9		
2.2. Destaques do ano	10		
2.3. Evolução da atividade operacional	14		
2.3.1. Indicadores	14		
2.3.2. Passageiros e receita	15		
2.3.3. Oferta	18		
<b>3. DESEMPENHO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>22</b>		
3.1. Missão, visão, valores e política	24		
3.2. Sistema integrado de gestão: qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho	25		
3.3. Responsabilidade perante os clientes	26		
3.3.1. Serviço de transporte público de passageiros	26		
3.3.2. A satisfação do cliente	27		
3.3.3. A comunicação e a informação	28		
3.3.4. Projetos	29		
3.4. Responsabilidade perante a comunidade	30		
3.4.1. Mobilidade para todos	30		
3.4.2. Promover a segurança nos transportes ( <i>Security</i> )	31		
3.4.3. Museu do Carro Eléctrico	31		
3.4.4. Associações e parcerias	32		
3.5. Responsabilidade ambiental	32		
3.6. Responsabilidade perante os trabalhadores	35		
3.6.1. Efetivo	35		
3.6.2. Desenvolvimento profissional	37		
3.6.3. Benefícios sociais	38		
3.6.4. Segurança e saúde dos trabalhadores ( <i>Safety</i> )	38		
3.6.5. Comunicação interna e relações com parceiros sociais	39		
<b>4. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO</b>	<b>40</b>		
4.1. Balanço do ano	42		
4.2. Evolução patrimonial	42		
4.3. Investimento	43		
4.4. Esforço financeiro do Estado	43		
4.5. Financiamento	44		
4.5.1. Operações de financiamento do ano	44		
4.5.2. Endividamento	44		
4.5.3. Conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	45		
4.5.4. Instrumentos de gestão de risco financeiro	45		
4.6. Resultados do exercício	45		
<b>5. MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>48</b>		
5.1. Identificação dos órgãos sociais	50		
5.2. Macroestrutura	52		
5.3. Gestão de riscos e sistemas de controlo	53		
<b>6. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS</b>	<b>54</b>		
6.1. Objetivos de gestão e plano de atividades e orçamento	56		



6.2. Gestão do risco financeiro	58	<b>7. PERSPETIVAS PARA 2018</b>	<b>74</b>
6.3. Limite de crescimento do endividamento	59	<b>8. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA</b>	<b>76</b>
6.4. Evolução do prazo médio de pagamento e <i>arrears</i>	59	<b>9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>82</b>
6.4.1. Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP)	59	<b>10. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>86</b>
6.4.2. Atrasos nos pagamentos	60	<b>11. CONTAS DO EXERCÍCIO 2017</b>	<b>90</b>
6.5. Recomendações do acionista	60	<b>12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>156</b>
6.6. Remunerações	61	<b>13. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>162</b>
6.7. Artigos 32º e 33º do estatuto de gestor público (EGP)	64	<b>14. ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)</b>	<b>178</b>
6.8. Despesas não documentadas ou confidenciais	64		
6.9. Relatório sobre remunerações (nº 2 RCM nº 18/2014)	64		
6.10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção	65		
6.11. Contratação pública	65		
6.12. Sistema nacional de compras públicas (SNCP)	66		
6.13. Medidas de redução de gastos operacionais	67		
6.14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	69		
6.15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos	70		
6.16. Divulgação de informação	71		
6.17. Quadro resumo do cumprimento das obrigações legais	72		





**MENSAGEM DO PRESIDENTE**





## 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O atual conselho de administração, que iniciou as suas funções plenas em 15 de Janeiro de 2018, assumiu, consequentemente, a responsabilidade de elaborar o presente Relatório e Contas de um exercício no qual não teve qualquer envolvimento.

Esta circunstância particular obriga a que a mensagem que se segue seja mais prospetiva e menos de análise do exercício findo, sem, contudo, deixar de salientar os factos mais marcantes do ano de 2017 na vida da STCP.

Do ponto de vista operacional, o ano de 2017 fica profundamente marcado pela consumação do contrato de gestão de serviço público e de delegação de competências entre o Estado, Área Metropolitana e Câmaras, que veio a concretizar-se com o visto do Tribunal de Contas, em 21 de agosto. Fecha-se, assim, um ciclo de decisões fundamentais para a vida da STCP, definido que ficou um quadro de operação e atuação da Empresa para um período de longo prazo, em direta articulação e sintonia de objetivos com as autarquias da Área Metropolitana do Porto em que a STCP opera.

Assim, perspetiva-se que num horizonte de sete anos, possa ocorrer a futura e definitiva descentralização da direção, gestão e exploração do serviço público de transporte por modo autocarro, operado pela STCP a favor dos municípios por ela servidos.

Este novo modelo de governo da STCP irá, obrigatoriamente, envolver os Municípios na gestão operacional da STCP, ao nível da definição e planificação da oferta mas, também, na sua corresponsabilização pelo desempenho económico e de sustentabilidade, objetivos estes plasmados no contrato de gestão operacional celebrado entre o Estado Português e a AMP – Área Metropolitana do Porto.

No ano de 2017, foram ainda lançadas as bases para a re-toma do investimento da STCP na frota de autocarros, tendo sido assinado um contrato para a aquisição de 188 veículos totalmente ecológicos, para a prossecução de uma orientação estratégica de descarbonização das cidades beneficiando no âmbito do programa POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) com o

apoio a título não reembolsável, do montante aproximado de 14,4 milhões de euros, para o incentivo à eficiência energética nos transportes públicos. A disponibilização destes veículos aos nossos Clientes irá ocorrer durante os próximos três anos.

Este investimento, para além do contributo para uma economia mais sustentável do ponto de vista ambiental, irá permitir uma renovação significativa, quando completado, da frota da STCP em cerca de 45%, num parque de autocarros que tem atualmente uma vida média superior a 18 anos. A disponibilização deste conjunto de autocarros deverá proporcionar um impacto positivo no resultado económico antes de amortizações da STCP, pela poupança em combustíveis e pela diminuição do tempo de indisponibilidade em manutenção, atendendo a que se trata de um parque de autocarros novo. Contamos, também, que seja ainda um motivo adicional para a fidelização e atração de novos clientes, com o conseqüente reflexo no aumento da procura, que estará naturalmente associado a uma disponibilização de serviço que se espera melhor.

O ano de 2017 deu início ao reforço do quadro de efetivos da STCP, que necessita ainda de ser incrementado, atendendo ao nível de serviço contratualizado pelo segundo adiamento ao contrato de serviço público celebrado entre o Estado Português, a AMP – Área Metropolitana do Porto - e a STCP, em 28 de julho de 2017. Este reforço de quadros transversal à empresa, será particularmente essencial para a função de motorista, de forma a dar cabal resposta ao aumento de procura expetável contribuindo, decisivamente, para uma opção do transporte público na mobilidade das grandes áreas urbanas.

Em termos de exploração o ano de 2017 acentuou a tendência que já vinha do ano anterior com o número de passageiros transportados a aumentar em 4,4% atingindo um volume total de 72,4 milhões de passageiros e 22,4 milhões de quilómetros percorridos, ficando assim bem demonstrado o papel que a STCP assume na definição de uma política de mobilidade lógica, coerente e de serviço público, na área urbana do Porto e dos seus concelhos vizinhos – Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia.

Uma palavra muito especial sobre a prestação do carro elétrico, que se torna cada vez mais uma imagem da STCP e da cidade do Porto, onde opera, com um crescimento de 17% de procura face ao ano transato e com mais de 729 mil passageiros transportados - entre locais e turistas - a beneficiarem deste meio de transporte histórico. Um património de todos, que muito orgulha a STCP, e que tem obviamente de ser preservado por todas as entidades com responsabilidade no setor, pois em muito extravasa o mero exercício de transporte de passageiros.

O serviço do carro elétrico tem de ser pensado, a exemplo do que foi programado e definido no modo de transporte rodoviário, preservando um valor histórico e cultural onde se inclui o Museu do Carro Elétrico, mas, ao mesmo tempo, garantindo o seu desenvolvimento face às exigências e especificidades muito próprias deste tipo de transporte.

Os resultados operacionais negativos de cerca de 10,8 milhões de euros, apresentam uma melhoria de 13% face ao ano anterior, em grande parte motivada pelo aumento da procura e, concomitantemente, da receita total.

Não poderia concluir esta palavra sem um agradecimento a todos quantos colaboram com a STCP, nomeadamente os seus fornecedores e outros parceiros institucionais, e, de forma especial, os seus Trabalhadores, que permitem que esta histórica empresa mantenha um serviço diário de referência no sector de transporte público urbano de passageiros na Área Metropolitana do Porto, num quadro de grande exigência, desempenhando com profissionalismo e dedicação as suas funções, garantindo, assim, o sucesso da STCP na prossecução dos desafios e resultados que, juntos, desejamos e nos propomos alcançar.

Paulo de Azevedo  
Presidente do Conselho de Administração





O ANO DE 2017

## 2.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

› A STCP é, desde julho de 1994, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido ao Serviço de Transportes Colectivos do Porto, instituído pelo Decreto-Lei nº 38144, de 30 de dezembro de 1950

### A rede STCP em 2017

› Serviu 6 concelhos da Área Metropolitana do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, e 33 freguesias, num total de aproximadamente 1 milhão de habitantes

### A 31 de dezembro de 2017

A extensão de rede era de  
**4.333** KM  
com  
**2.497**  
paragens

Estavam em operação  
**73**  
linhas  
› 62 na rede diurna<sup>1</sup> - 59 de autocarro e 3 de carro elétrico  
› 11 na rede da madrugada, em autocarro

A frota era constituída por  
**479**  
autocarros e  
**7**  
elétricos

O efetivo era de  
**1.242**  
trabalhadores<sup>2</sup>  
sendo 74% motoristas de serviço público e guarda-freios, para um efetivo médio de 1.226 trabalhadores

### Em 2017, a STCP

- › Transportou 72,4 milhões de passageiros, 246 mil em média por dia útil, permanecendo a empresa com mais passageiros transportados na Área Metropolitana do Porto (42% do total)
- › Percorreu 22,4 milhões de veículos quilómetro de serviço
- › Gerou um volume de negócios de 49,7 milhões de euros<sup>3</sup>
- › Obteve um EBITDA recorrente negativo de 925 milhares de euros<sup>4</sup>

1. Das quais 36 têm serviço noturno.

2. Sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

3. Vendas e serviços prestados, outros rendimentos operacionais, trabalhos para a própria empresa e compensação de obrigações de serviço público.

4. Resultados antes de depreciações, gastos financiamento, impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

## 2.2. DESTAQUES DO ANO

### JANEIRO

O Tarifário foi atualizado a partir de 1 de janeiro, conforme Despacho Normativo 14 - A/2016 que permitia um aumento médio do tarifário em 1,5%.

Decorreu no dia 2 de janeiro a cerimónia de assinatura do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, do Contrato Interadministrativo de Constituição de “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto (AMP) e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo e do Contrato de Gestão Operacional, celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto. A cerimónia contou com as presenças do Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, e do Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes.

Com a assinatura destes contratos o Estado delegou na AMP competências de autoridade de transportes relativas ao serviço público de passageiros, explorado pela STCP e transferiu também para a AMP a gestão operacional da STCP, pelo período de sete anos.

O Cartão Andante, a partir de 16 de janeiro, passou a ter uma nova imagem e um prazo de validade.



### FEVEREIRO

A partir de 1 fevereiro, passaram a estar disponíveis para venda a bordo dos elétricos bilhetes com duração de dois dias, nas modalidades adulto e criança, que oferecem um desconto de 50% na entrada do Museu do Carro Elétrico.

Nesta ocasião foi também renovada toda a informação sobre os elétricos, nos veículos e nas paragens.

No dia 20 de fevereiro, foi realizada uma cerimónia, presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, Eng.º José Mendes, onde foi apresentada a utilização, por período experimental, do autocarro elétrico urbano designado eBUS. O eBUS destaca-se pelas zero emissões de CO<sub>2</sub>, ausência de ruído e redução significativa de custos de energia e manutenção. Esteve em experiência cerca de um mês e meio em duas linhas da STCP, a 302 e a 904, que servem as áreas centrais do Porto e Gaia.



## MARÇO

Foi submetida, a 10 de março, a candidatura ao Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR, para apoio à aquisição de 188 novos autocarros, postos de carregamento de energia elétrica e posto de abastecimento de gás natural, no âmbito do Aviso para Promoção da Eficiência Energética nos Transportes Urbanos Públicos Coletivos de Passageiros enquadrado no Eixo Prioritário de apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono.

## ABRIL

Foi decidida a participação da STCP no programa europeu de R&I do Horizon 2020, em abril de 2017, que se materializou numa candidatura a fundos comunitários de apoio a um projeto I&D para conceção, teste e utilização de sistemas de gestão de autocarros automatizados sem condutor integrado na frota de serviço público de transporte. Em agosto de 2017, a candidatura foi aprovada pela Comissão Europeia, designando-se por projeto FABULOS (Sistemas de Operação de Nível Urbano de Autocarros Automatizados Futuros), que consiste no uso de miniautocarros sem condutor de forma sistemática.

A 21 de abril decorreu a cerimónia de lançamento dos concursos públicos internacionais para a aquisição de 188 novos autocarros, 173 viaturas a gás natural e 15 elétricas, para renovação da frota da STCP. O evento contou com a presença do Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes.

## MAIO, JUNHO

No dia 2 de maio foi assinado entre o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A. e quatro empresas públicas de transporte, onde se inclui a STCP, S.A., um acordo para pôr fim aos litígios judiciais respeitantes a um conjunto de contratos *swap* de cobertura de taxa de juro celebrados com essas empresas. Nos termos deste acordo, as empresas obrigam-se ao cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos assinados.

O carro elétrico número 287, modelo “belga”, datado de 1929, foi totalmente recuperado e iniciou o seu serviço comercial durante o Desfile de Carros Elétricos 2017, realizado no dia 6 de maio.

Ao longo dos meses de maio e junho foram desenvolvidas pela STCP as habituais parcerias com as várias instituições e eventos da Área Metropolitana do Porto, contribuindo assim para a melhor mobilidade e oferta em transporte público. Eventos a destacar: Especial Queima das Fitas; Serviço ao 50h de Serralves em Festa, reforço de serviço ao NOS Primavera Sound, às Comemorações do dia de Portugal e realizados os serviços especiais de São João.



## JULHO

A 21 de julho, realizou-se a cerimónia de assinatura dos Termos de Aceitação das Decisões de Financiamento relativas às operações aprovadas no âmbito do Aviso para Promoção da Eficiência Energética nos Transportes Urbanos Públicos Coletivos de Passageiros Incumbidos de Missões de Serviço Público, presidida pelo Primeiro-Ministro, Dr. António Costa.

Em 28 de julho, o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, celebraram com a STCP um Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público tendo por base a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, que regula o novo modelo de gestão da STCP. Através deste aditamento a AMP assume todas as posições jurídicas, direitos e obrigações de que o Estado é titular no contrato de serviço público.

A partir de 31 de julho, as linhas 507, 508 e 601, passaram a assegurar a ligação da rede ao Marshopping. Diariamente, das 6H00 às 0H45, estas linhas facilitam o acesso à superfície comercial a partir de diversos pontos de referência do grande Porto.

Casa MAR Shopping

**AS BOAS VIAGENS CONTINUAM.**

A partir de 31 de julho, a STCP vai apresentar 3 novas linhas via MAR Shopping Matosinhos. Mais 3 oportunidades para chegar, de um modo rápido e cómodo, a toda uma oferta de moda, decoração, lazer e muito mais.

Conheça as alternativas e boa viagem.

507	CORDOARIA	LEÇA DA PALMEIRA
508	BOAVISTA	CABO DO MUNDO
601	CORDOARIA	AEROPORTO

Rua da República 1000 - 4150-012 Matosinhos  
 +351 22 201 4000 - www.stcp.pt - www.marshopping.pt  
 + Linha Verde 808 206 100




## AGOSTO

A STCP formalizou, com a assinatura dos contratos celebrada no dia 30 de agosto, a aquisição de 188 veículos totalmente ecológicos às empresas MAN (173 autocarros a gás natural) e Caetano Bus (15 autocarros elétricos), na sequência dos concursos públicos internacionais lançados em abril. Trata-se de uma aposta da STCP na intensificação do recurso a fontes energéticas não poluentes, uma prática seguida pela empresa há já largos anos e que resulta, atualmente, na utilização de 62% da frota de veículos movidos a gás natural comprimido. A cerimónia contou com as presenças do Primeiro-Ministro, Dr. António Costa e do Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes.



## SETEMBRO E OUTUBRO

A partir do dia 9 de setembro, a STCP passou a prestar um novo serviço na freguesia de Campanhã, com mais opções de mobilidade. Foi criada uma nova linha, a ZC, Zona Campanhã, que realiza o percurso entre a Corujeira e Areias e alterados os percursos das linhas ZR, 400 e 401.

Foram realizados os serviços especiais de Outono: Festas de Gondomar, Festa do outono, Halloween.



## DEZEMBRO

A 1 de dezembro foi disponibilizado o serviço Wi-Fi gratuito nas linhas de elétrico.

No dia 20 de dezembro, realizou-se no Museu do Carro Elétrico, a tradicional cerimónia de Homenagem dos 25 Anos de carreira na STCP e a Festa de Natal da empresa.

A partir de 20 de dezembro, a STCP passou a estar no Google Maps. Com esta funcionalidade, viajar no grande Porto passou a ser mais fácil, sendo possível consultar todas as partidas previstas de uma paragem e explorar as opções de transporte com a STCP entre 2 pontos, usando computador, tablet ou smartphone.

Foi realizado o reforço de transporte ao jogo Porto-Benfica, bem como os serviços especiais de inverno: inauguração Luzes de Natal, Comic Con, Noite de Natal e Passagem de Ano.



## 2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE OPERACIONAL

### 2.3.1. INDICADORES ATIVIDADE OPERACIONAL

ATIVIDADE OPERACIONAL	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Total de passageiros (milhares)</b>	<b>69.157</b>	<b>69.360</b>	<b>72.408</b>	<b>3.048</b>	<b>4,4%</b>
Autocarro	68.700	68.738	71.679	2.941	4,3%
Carro elétrico	457	622	729	107	17%
<b>Total de receita de serviço de transporte (milh. euros) [1]</b>	<b>42.274</b>	<b>42.706</b>	<b>45.544</b>	<b>2.838</b>	<b>6,6%</b>
Autocarro	41.426	41.515	43.884	2.369	5,7%
Carro elétrico	848	1.190	1.660	469	39%
<b>Total de veículos km serviço (milhares)</b>	<b>20.571</b>	<b>21.752</b>	<b>22.365</b>	<b>612</b>	<b>2,8%</b>
Autocarro	20.460	21.622	22.216	594	2,7%
Carro elétrico	111	130	148	18	14%
DESEMPENHO OPERACIONAL	2015	2016	2017	17-16	17/16
Receita de serviço de transporte (milh. euros) [1]	42.274	42.706	45.544	2.838	6,6%
Gastos operacionais recorrentes (milh. euros) [2]	48.755	47.689	50.643	2.954	6,2%
Taxa de cobertura receita (%) [1] / [2]	86,7%	89,6%	89,9%	0,4 pp	0,4%
Receita / passageiro (euros)	0,61	0,62	0,63	0,01	2,2%
Receita / veículo km (euros)	2,06	1,96	2,04	0,1	3,7%
Gasto operacional / passageiro (euros)	0,70	0,69	0,70	0,01	1,7%
Gasto operacional / veículo km (euros)	2,37	2,19	2,26	0,1	3,3%
RESULTADO OPERACIONAL (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
Resultado operacional (milh. euros)	-21.140	-12.325	-10.756	1.569	13%

[1] Inclui compensação de tarifário social andante, Valores líquidos de IVA,

[2] Expurgados de depreciações, provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor, componente financeira do leasing operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho, Retirado os seguintes valores: 2015, cerca de 600 mil euros do pagamento a motoristas dos tempos de deslocação entre etapas com intervalos superiores a duas horas, respeitante a anos anteriores até ao ano de 2014, inclusive, 2016: cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento dos descansos compensatórios do pessoal, referente ao período compreendido entre 2003 e 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015), e cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16 e do valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativos ao Memorando de Entendimento com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativo aos imóveis da empresa,

## 2.3.2. PASSAGEIROS E RECEITA

### Passageiros

Os passageiros transportados aumentaram 4,4% relativamente a 2016, o que representa mais 3 milhões no ano, atingindo-se o total 72,4 milhões de passageiros em 2017.

O modo autocarro cresceu 4,3%, mais 2,9 milhões de passageiros e o modo carro elétrico cresceu 17%, mais 107 mil passageiros.



PASSAGEIROS (MILHARES)	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Autocarro</b>					
Passageiros	68.700	68.738	71.679	2.941	4,3%
Passageiros km	251.871	252.484	267.103	14.619	5,8%
Percurso médio por passageiro (km)	3,67	3,67	3,73	0,1	1,4%
<b>Carro Elétrico</b>					
Passageiros	457	622	729	107	17%
Passageiros km	745	1.027	1.281	253	25%
Percurso médio por passageiro (km)	1,63	1,65	1,76	0,1	6,4%
<b>Total STCP</b>					
Passageiros	69.157	69.360	72.408	3.048	4,4%
Passageiros km	252.617	253.512	268.383	14.872	5,9%
Percurso médio por passageiro (km)	3,65	3,66	3,71	0,1	1,4%

O crescimento verificado em 2017 mantém a recuperação da procura, iniciada ainda que de forma ténue no segundo semestre de 2016, resultando essencialmente do aumento da oferta do serviço público de transporte, pela melhoria da taxa de cumprimento do serviço planeado e pela reformulação do serviço de algumas linhas. Para este resultado, contribuiu adicionalmente a melhoria das condições económicas e a redução da taxa de desemprego.

O serviço do modo carro elétrico é designado Porto Tram City Tour, sendo constituído por três linhas e operado por viaturas históricas de grande interesse turístico. Este serviço tem tido aumentos significativos de procura, devido essencialmente à grande afluência de visitantes no Porto.

### Passageiros por tarifário e título de transporte

Os passageiros utilizadores do tarifário intermodal representam 84% do total, registando em 2017 um aumento de 2,7 milhões (4,7%) face a 2016.

A estrutura de utilização de títulos de transportes em 2017 foi de 78% para as assinaturas, de 5% para o agente único, título de venda a bordo dos autocarros, e os restantes utilizaram títulos ocasionais.

O crescimento dos diversos tipos de títulos foi similar ficando a média nos 4,4%.

PASSAGEIROS (MILHARES)	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Tarifário</b>					
Tarifário intermodal	58.687	58.226	60.948	2.722	4,7%
Tarifário monomodal	10.470	11.133	11.460	327	2,9%
% tarifário intermodal	84,9%	83,9%	84,2%	0,2 pp	0,3%
<b>Título</b>					
Assinaturas	54.278	54.325	56.703	2.378	4,4%
Títulos ocasionais [1]	12.169	11.811	12.321	510	4,3%
Agente único	2.710	3.223	3.384	160	5,0%
<b>Passageiros</b>	<b>69.157</b>	<b>69.360</b>	<b>72.408</b>	<b>3.048</b>	<b>4,4%</b>

[1] inclui diários e especiais.

### Receita do serviço de transporte

A receita de serviço de transporte aumentou 6,6% relativamente a 2016, representando mais 2,8 milhões no ano. O modo autocarro cresceu 5,7%, mais 2,4 milhões de euros e o modo carro elétrico cresceu 39%, mais 469 mil euros.

O peso da receita do carro elétrico na receita de serviço de transporte passou de 2,8% em 2016, para 3,6% em 2017.

A receita em 2017 acompanhou o aumento de passageiros, atingindo os 45,5 milhões de euros. O aumento médio tarifário de 2017 em janeiro respeitou a média de 1,5%.

RECEITA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE (MILH. EUROS) [1]	2015	2016	2017	17-16	17/16
Autocarro	41.426	41.515	43.884	2.369	5,7%
Carro Elétrico	848	1.190	1.660	469	39%
<b>Total STCP</b>	<b>42.274</b>	<b>42.706</b>	<b>45.544</b>	<b>2.838</b>	<b>6,6%</b>

[1] Inclui compensação de tarifário social andante. Valores líquidos de IVA.

### Receita por tarifário e título de transporte

Em termos de receita as assinaturas representaram cerca de 60% do total, o agente único 13% e os títulos ocasionais e diários 27%.

RECEITA DE SERVIÇO DE TRANSPORTE (MILH. EUROS) [1]	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Tarifário</b>					
Tarifário intermodal	33.331	32.865	35.040	2.176	6,6%
Tarifário monomodal	8.943	9.841	10.504	662	6,7%
% tarifário intermodal	78,8%	77,0%	76,9%	-0,02 pp	0,0%
<b>Título</b>					
Assinaturas	26.287	25.965	27.492	1.527	5,9%
Títulos ocasionais [2]	11.257	11.115	11.990	875	7,9%
Agente único	4.730	5.626	6.062	437	7,8%
<b>Receita de serviço de transporte (milh. euros) [1]</b>	<b>42.274</b>	<b>42.706</b>	<b>45.544</b>	<b>2.838</b>	<b>6,6%</b>

[1] Inclui compensação de tarifário social andante. Valores líquidos de IVA.

[2] Inclui diários e especiais.

## Rede de vendas

A rede de vendas de títulos de transporte válidos na STCP é gerida pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., entidade que tem por objetivo garantir a implementação do sistema de bilhética e tarifário Andante, com exceção dos títulos de agente único e carro elétrico, que é efetuada diretamente pela STCP.

No final de 2017 existiam 1.137 locais para carregamento dos títulos de transporte intermodal Andante e monomodal STCP. Acresce ainda a esta rede, os ATM da SIBS para carregamento das assinaturas andante, normais.

REDE DE VENDAS	2015	2016	2017	17-16	17/16
Agentes autorizados	596	748	838	90	12%
Postos STCP	0	0	0	0	
Lojas Andante [1]	10	10	10	0	0,0%
Pontos de Venda Andante [2]	8	8	8	0	0,0%
Bilheteiras da CP	5	7	7	0	0,0%
Máquinas de venda automática CP	80	82	82	0	0,0%
Máquinas de venda automática MP	198	198	192	-6	-3,0%
<b>Total</b>	<b>897</b>	<b>1.053</b>	<b>1.137</b>	<b>84</b>	<b>8,0%</b>

[1] valores 2015 retificados.

[2] Turismo Porto e Norte de Portugal; Espírito Santo (2); Valpi; Resende; Maia Transportes; Gondomarenses; Museu do Carro Elétrico.

## Fiscalização dos títulos de transporte

A taxa de fiscalização de passageiros, obtida pelo quociente entre passageiros fiscalizados e passageiros totais transportados, foi de 1,4%, registando uma ligeira diminuição, 0,1 p.p. face a 2016.

A taxa de fiscalização de viagens, obtida pelo quociente entre as viagens fiscalizadas e as viagens realizadas, foi de 3,6%, apresentando uma redução de 0,2 p.p. face ao ano anterior.

A taxa de fraude, detetada pelos agentes de fiscalização, medida através do rácio entre a quantidade de autos de notícia emitidos e a quantidade de passageiros fiscalizados, foi de 0,6%, aumentando 0,05 p.p. em comparação com o ano anterior.

O número de autos de notícia emitidos no ano foi de 5.769, mais 259 do que em 2016.

FISCALIZAÇÃO	2015	2016	2017	17-16	17/16
Taxa fiscalização passageiros [1]	1,2%	1,5%	1,4%	-0,1 pp	-7,5%
Taxa fiscalização viagens [2]	2,9%	3,8%	3,6%	-0,2 pp	-5,0%
Taxa fraude [3]	0,4%	0,5%	0,6%	0,05 pp	8,5%

[1] Passageiros fiscalizados autocarro / Passageiros autocarro

[2] Viagens fiscalizadas autocarro / Viagens realizadas

[3] Número de Autos / Passageiros fiscalizados

Durante o ano de 2017 foram desenvolvidas ações especiais de fiscalização, que constaram essencialmente na concentração de agentes de fiscalização, em determinadas linhas e locais onde se reconhece a prática de maior fraude, com o objetivo de fiscalizar todos os títulos em trânsito, explicando o aumento do número de autos imitados.

O Decreto-Lei nº 117/2017, de 12 de setembro, veio alterar o regime sancionatório às transgressões ocorridas em matéria de utilização de transportes coletivos de passageiros, implicando a redução do valor das coimas e o estabelecimento de um prazo de 15 dias para o infrator proceder ao pagamento e / ou à sua defesa, por escrito.

### 2.3.3. OFERTA

Os veículos quilómetros de serviço realizados aumentaram 2,8% relativamente a 2016, o que representa mais 612 mil veículos quilómetros no ano, atingindo-se um total 22,4 milhões de veículos quilómetros percorridos, em 2017.

O modo autocarro cresceu 2,7%, mais 594 mil quilómetros e o modo carro elétrico cresceu 147%, mais 18 mil quilómetros.

Este aumento de oferta foi conseguido, em parte, pelo acréscimo de pessoal tripulante no segundo semestre de 2016 e pela reformulação do serviço de algumas linhas para captação de novos clientes. A admissão de novos motoristas e guarda-freios, em 2017, destinaram-se apenas à reposição de saídas, sendo que ainda não tenha sido atingido o número necessário à execução do serviço planeado.

OFERTA (MILHARES)	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Autocarro</b>					
Veículos km serviço	20.460	21.622	22.216	594	2,7%
Lugares km	1.876.416	1.984.252	2.035.409	51.156	2,6%
Horas de serviço	1.294	1.367	1.407	40	3,0%
Lotação média (lugares)	91,7	91,8	91,6	-0,2	-0,2%
Velocidade média (km/h)	15,8	15,8	15,8	0,0	-0,2%
Taxa de ocupação (%)	13,4%	12,7%	13,1%	0,4 pp	3,1%
Número máximo veículos (nº)	384	382	384	2	0,5%
<b>Carro Elétrico</b>					
Veículos km serviço	111	130	148	18	14%
Lugares km	4.655	5.474	6.223	748	14%
Horas de serviço	15	16	18	1	8,7%
Lotação média (lugares)	42,0	42,0	42,0	0,0	0,0%
Velocidade média (km/h)	7,4	8,0	8,4	0,4	4,5%
Taxa de ocupação (%)	16,0%	18,8%	20,6%	1,8 pp	9,7%
Número máximo veículos (nº)	4	5	5	0	0,0%
<b>Total STCP</b>					
Veículos km serviço	20.571	21.752	22.365	612	2,8%
Lugares km	1.881.072	1.989.727	2.041.631	51.905	2,6%
Horas de serviço	1.309	1.383	1.425	42	3,0%
Lotação média (lugares)	91,4	91,5	91,3	-0,2	-0,2%
Velocidade média (km/h)	15,7	15,7	15,7	-0,0	-0,2%
Taxa de ocupação (%)	13,4%	12,7%	13,1%	0,4 pp	3,2%

### Taxa de cumprimento de viagens

A taxa de cumprimento de viagens de autocarro continuou a evoluir favoravelmente em resultado de uma maior capacidade em cumprir o planeado.

A taxa de cumprimento de viagens de carro eléctrico, de 92,1%, registou uma redução face ao valor de 2016 em 1,7 p.p., devido essencialmente à falta de guarda-freios. De referir que, no ano de 2017, não se realizaram cerca de 470 viagens de carro eléctrico devido ao estacionamento indevido na via do carril.

TAXA DE CUMPRIMENTO DE VIAGENS	2015	2016	2017	17-16	17/16
Viagens planeadas autocarro [1]	2.036.178	2.029.081	2.024.649	-4.432	-0,2%
Viagens perdidas autocarro [2]	177.149	105.807	53.531	-52.277	-49%
<b>Taxa de cumprimento das viagens autocarro</b>	<b>91,3%</b>	<b>94,8%</b>	<b>97,4%</b>	<b>2,6 pp</b>	<b>2,7%</b>
Viagens planeadas carro eléctrico [3]	30.508	34.734	38.591	3.857	11%
Viagens perdidas carro eléctrico [3]	3.501	2.179	3.062	883	41%
<b>Taxa de cumprimento das viagens carro eléctrico</b>	<b>88,5%</b>	<b>93,7%</b>	<b>92,1%</b>	<b>-1,7 pp</b>	<b>-1,8%</b>

[1] Fonte: Departamento de Operações (Sistema de Ajuda à Exploração e Informação)

[2] Fonte: Departamento de Operações (Sistema Integrado de Comunicação de Ocorrências), excluindo dias de greve e/ou plenários

[3] Fonte: Unidade de Carro Eléctrico

### Acidentes por embate

Em 2017 ocorreram menos 3 acidentes por cada milhão de quilómetros realizados, correspondendo a uma diminuição de 5% face a 2016.

Os acidentes por embate reduziram 2,3%, menos 29, relativamente ao ano anterior.

ACIDENTES POR EMBATE	2015	2016	2017	17-16	17/16
Acidentes por embate [1]	1.117	1.266	1.237	-29	-2,3%
Acidentes por milhão de quilómetros de serviço	54	58	55	-3	-5,0%

[1] valores reexpressos desde 2014, inclusive.

### Desvios da rede

Os desvios são impostos por obras realizadas na via e pelos vários eventos que ocupam a via pública.

Em 2017 constata-se um aumento na quantidade de desvios, mais 38 do que em 2016, com um aumento da sua

duração média, passando de 8 dias em 2016 para 11 em 2017. Os 355 desvios efetuados no percurso das linhas de serviço público, em 2017, implicaram uma redução na qualidade do serviço prestado pela inibição de servir a totalidade das paragens, mas também pela desorientação que as alterações de percurso causam no cliente.

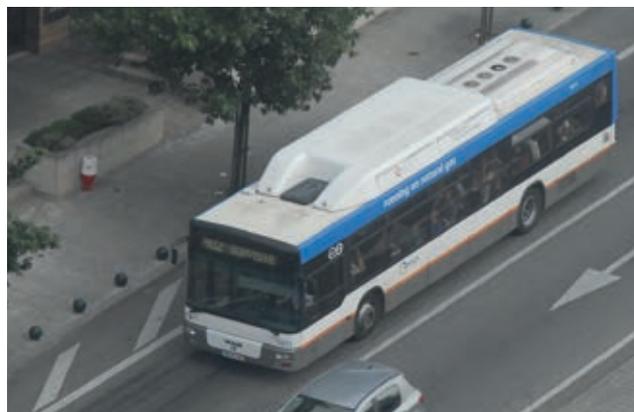
DESVIOS	2015	2016	2017	17-16	17/16
Por obras	169	173	190	17	9,8%
Por eventos	117	144	165	21	15%
<b>Total de desvios</b>	<b>286</b>	<b>317</b>	<b>355</b>	<b>38</b>	<b>12%</b>
<b>Duração média dos desvios (dias)</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>38%</b>

## Operação Via Livre

O estacionamento indevido afeta frequentemente a circulação dos veículos da STCP.

Para tentar minimizar os impactos destes atos, a STCP tem um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto e assegurado conjuntamente com a Polícia Municipal do Porto a operação Via Livre, que desenvolve uma ação de combate ao estacionamento abusivo tendo em vista melhorar as condições de circulação e manter as vias desimpedidas, contribuindo para um transporte público mais eficaz.

Evolução das medidas corretivas da operação via livre:



OPERAÇÃO VIA LIVRE	2015	2016	2017	17-16	17/16
Multas	3.812	3.255	3.061	-194	-6,0%
Bloqueamentos [1]	43	18	4	-14	-78%
Reboques [1]	48	82	45	-37	-45%
<b>Medidas corretivas [2]</b>	<b>3.920</b>	<b>3.402</b>	<b>3.158</b>	<b>-244</b>	<b>-7,2%</b>

[1] Um reboque é sempre precedido de um bloqueamento e uma multa, Um bloqueamento é precedido de uma multa,  
[2] Inclui intervenções de multa e ações de advertência,

A redução de intervenções em 2017 resulta, em parte, da diminuição do número de equipas de intervenção no terreno, e também, de algumas medidas corretivas implementadas pela autarquia no que respeita à sinalização ou arranjo urbano que impedem os estacionamentos abusivos.

## Corredores BUS

A extensão dos corredores BUS, importante para o aumento da velocidade comercial, era de 25,5 quilómetros no final de 2017, representando apenas 5,3% da extensão total da rede viária servida pela STCP e localizam-se maioritariamente no Porto.

	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Corredores BUS (km)</b>	<b>24,1</b>	<b>25,2</b>	<b>25,5</b>	<b>0,3</b>	<b>1,2%</b>







## DESEMPENHO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reconhecendo a importância da sustentabilidade para a compreensão abrangente da realidade da empresa, a STCP inclui esta temática, no seu Relatório e Contas anual.

Este capítulo, sobre desenvolvimento sustentável, teve por orientação as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI G3). Os indicadores do desempenho da empresa são abordados em diversos capítulos deste relatório.

No capítulo 7 deste relatório, apresenta-se a Demonstração não Financeira, conforme o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2014/95/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/EU, no que se refere à divulgação de informações não financeiras.

A STCP aderiu à Carta de Sustentabilidade da UITP - *Union Internationale des Transports Publics*, sendo *Full Signatory Member*. A adesão a esta carta implica a assunção de compromissos, com vista às melhores práticas de desenvolvimento sustentável e melhoria contínua na prossecução das suas atividades.



### 3.1. MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA

#### Missão

Prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na AMP, em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.

#### Visão

Ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do sector dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.

#### Valores

A STCP, enquanto operador de transporte público urbano de passageiros, rege-se pelos seguintes valores de conduta:

- › Legalidade
- › Responsabilidade
- › Rigor
- › Transparência e Isenção
- › Cooperação
- › Qualidade
- › Serviço Público
- › Consciência Social
- › Modernidade
- › Segurança
- › Preocupação Ambiental.

#### Política da empresa

- › Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.
- › Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- › Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- › Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades,

que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.

- › Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.
- › Desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.
- › Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.



### 3.2. QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

A diminuição dos impactos ambientais a nível da sua operação e atividades de suporte, a segurança e a acessibilidade dos seus clientes, e a promoção de condições saudáveis de trabalho aos seus trabalhadores, são objetivos integrantes da Política que a STCP subscreve.

Desde 2008 que a STCP possui o seu Sistema Integrado de Gestão certificado pelos referenciais de gestão da Qualidade, do Ambiente e da Segurança e Saúde do Trabalho.

A STCP iniciou, no final do ano de 2017, um novo ciclo de certificação, após a concretização da auditoria de renovação realizada pela Entidade Certificadora.

Para 2018, é objetivo da STCP realizar a transição para as novas versões das normas de gestão, que implicará também novos desafios, sobretudo ao nível da abordagem pelo pensamento de risco e impacto.

Os atuais referenciais de Certificação são:

- › NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade
- › NP EN ISO 14001:2012 – Sistema de Gestão Ambiental
- › OHSAS 18001: 2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

#### Gestão da qualidade

Durante o ano de 2017 é de salientar a renovação das certificações do Sistema Integrado de Gestão nas vertentes da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho.

#### Auditoria interna e auditoria anual de renovação

No final do ano decorreu a auditoria de renovação das certificações do sistema de gestão realizada pela entidade certificadora. O resultado desta auditoria veio confirmar a adequabilidade do sistema de gestão da STCP aos referenciais em que se encontra certificado.

Em 2017 a auditoria interna ao Sistema Integrado de Gestão foi realizada com recurso a Auditores externos.

A STCP tem tido um papel ativo na elaboração de normas nacionais para a definição e avaliação dos requisitos de qualidade para a prestação do serviço de transporte público de passageiros, através da sua participação como Membro na Comissão Técnica de Normalização - CT 148 (Transportes – logística e serviços).



Este órgão técnico de normalização do Sistema Português da Qualidade visa a elaboração de documentos normativos e a emissão de pareceres a nível nacional, em cooperação com os organismos europeus de certificação, no âmbito do transporte de passageiros, mercadorias e logística.

### Gestão ambiental

Este tema é desenvolvido no ponto 3.5. Responsabilidade Ambiental.

### Gestão da segurança e saúde do trabalho

Este tema é desenvolvido no ponto 3.6.4. Segurança e saúde dos trabalhadores (*Safety*).

## 3.3. RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES

Em 28 de julho de 2017, o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, celebraram com a STCP um Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público tendo por base a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, que regula o novo modelo de gestão da STCP.

Através deste segundo aditamento a AMP assume todas as posições jurídicas, direitos e obrigações de que o Estado é titular no contrato de serviço público. São também estabelecidas as bases em que o cumprimento das obrigações de serviço público a que a STCP está vinculada nesse contexto deve ser objeto de compensação, no âmbito da legislação aplicável.

O Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público foi visado pelo Tribunal de Contas em 21 de agosto de 2017.

No Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público estão fixadas as metodologias que permitem monitorizar e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela STCP e avaliar o grau de satisfação dos clientes.

### 3.3.1. SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

A rede de transporte público de passageiros da STCP é composta por 70 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico.

A rede do modo autocarro tem uma extensão de aproximadamente 485 km e a de carro elétrico, tem cerca de 9 km. São servidas 2.465 paragens localizadas ao longo dos 6 concelhos da Área Metropolitana do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, e 33 freguesias.

O serviço é prestado durante todos os dias do ano.

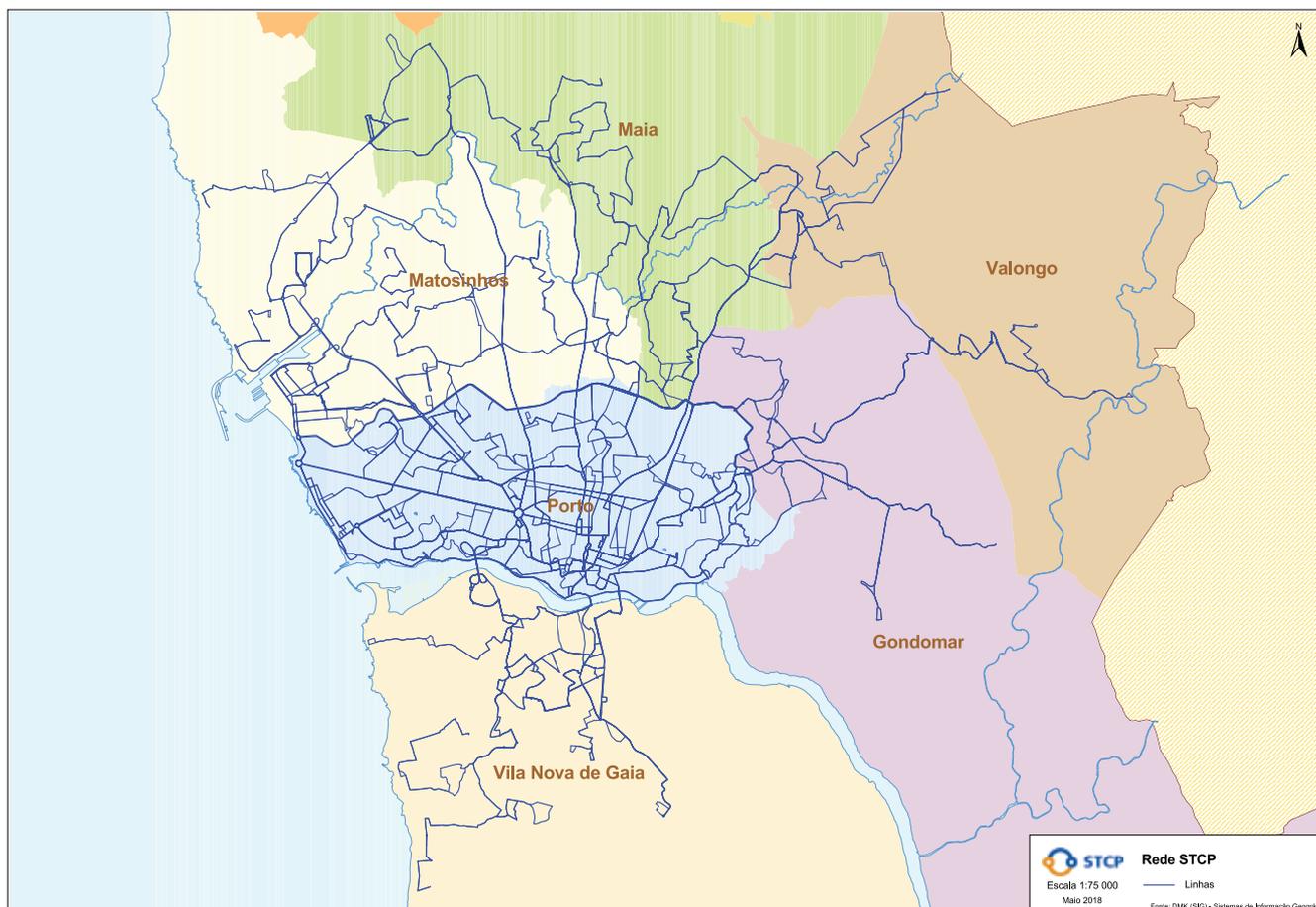
Das 62 linhas que prestam serviço diurno, 36 têm serviço também ao noturno (entre as 21h00 e as 24h00). Durante a madrugada, entre as 24h00 e as 6h00, é prestado serviço com 11 linhas em modo autocarro.

No ano de 2017 foram percorridos 22,2 milhões de quilómetros de serviço em modo autocarro e disponibilizados 2.035,4 milhões de lugares quilómetro. No modo carro elétrico foram percorridos 148 mil quilómetros de serviços e disponibilizados 6,2 milhões de lugares quilómetro.

A taxa de cumprimento do serviço do modo autocarro, medida através das viagens realizadas face às viagens planeadas, foi de 97,4%. A do modo carro elétrico foi de 92,1%.



## MAPA DA REDE DE TRANSPORTES DA STCP



### 3.3.2. A SATISFAÇÃO DO CLIENTE

#### Avaliação da satisfação do cliente

Em 2017 foram realizados vários inquéritos de satisfação do cliente e estudos, para avaliação e conhecimento de algumas das suas preferências como base para a construção de estratégias, os quais se apresentam seguidamente:

- › Inquéritos *online* a passageiros, aquando da sua entrada na página de acesso ao Wi-Fi gratuito, a bordo dos autocarros.
- › Estudo da atratividade do novo serviço ao MarShopping – foi colocada uma questão para avaliar a quantidade de viagens que os inquiridos estimariam fazer com a criação de uma nova ligação com duração inferior a 30 min, na linha em uso aquando do questionário. Cerca de metade dos passageiros individuais inquiridos respondeu ter a intenção de usar as ligações propostas várias vezes por semana.

› Avaliação do grau de satisfação e fidelidade dos utilizadores do Wi-Fi – os resultados obtidos informam que o serviço providenciado pela STCP afigura-se um excelente posicionamento junto dos seus consumidores e que este é bem percecionado junto dos mesmos já que, 71,3% recomendariam o serviço a colegas ou amigos.

› Satisfação global dos clientes relativamente ao serviço de transporte da STCP – 77% dos passageiros avaliaram a satisfação global com uma pontuação igual ou superior a '7' e 44% dos passageiros responderam com um valor igual ou superior a '9', numa escala de 1 a 10.

› Estudo *ad hoc* sobre assentos de autocarros - foram colocados em teste cinco modelos de bancos com vista a recolher e analisar as preferências dos clientes e os parâmetros de conforto mais valorizados. Os resultados revelaram uma divisão, praticamente equitativa, dos clientes em relação às principais características.

› Estudo de *rebranding* – com apoio de uma consultora especializada, este estudo utilizou métodos quantitativos e qualitativos com vista a recolher informação, por parte do clientes, para providenciar as bases para as decisões de imagem a aplicar nos novos autocarros e atualização da marca.

### Reclamações de clientes

O total de reclamações do ano foi de 1.337, mantendo-se a tendência decrescente de reclamações que se verifica desde 2016, traduzindo a melhoria de serviço prestado.

As reclamações por incumprimento de horários continuam a ser o principal motivo apresentado pelos clientes, com 63% do total das reclamações, pese embora a redução verificada de 30% face a 2016.

As reclamações foram efetuadas maioritariamente através da linha azul (88%) e o meio preferencial utilizado é o correio eletrónico (55%).

RECLAMAÇÕES POR TIPO	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Total reclamações</b>	<b>3.664</b>	<b>1.793</b>	<b>1.337</b>	<b>-456</b>	<b>-25%</b>

## 3.3.3. A COMUNICAÇÃO E A INFORMAÇÃO

### Sítio STCP

Com cerca de 12 mil visitas diárias, foram superadas as 4,3 milhões de visitas anuais, continuando a ter utilização crescente. Registe-se que face ao ano de 2016, houve um aumento de 72%. Tal como nos anos anteriores, o mês mais alto foi o de setembro, com cerca de 430 mil visitas, o que aponta para que este seja um serviço de apoio à realização dos novos percursos associados ao início do ano escolar.

### Wi-Fi

Em 2017 todos os autocarros, exceto minis, estavam equipados com Wi-Fi, permitindo o seu acesso gratuito em toda a rede. O incremento de utilizadores face a 2016, ano em que o serviço passou a estar disponível em todos os concelhos servidos pela STCP, a partir de setembro, foi de 43%, cifrando-se em cerca de 870 mil utilizadores, mostrando uma clara adesão a este serviço por parte dos clientes. O número de sessões também aumentou para cerca do dobro, atingindo-se 5,3 milhões de sessões quando em 2016 foram 2,7 milhões. A média diária de sessões passou de cerca de 7.400 em 2016 para 14.300 em 2017.



### Aplicação MOVE-ME

A procura de informação sobre a STCP é cada vez mais utilizada nesta aplicação, para obtenção de informação em tempo real sobre horários e percursos.

### Redes Sociais

O ano de 2017 terminou com mais de 16 mil seguidores, o que representa um crescimento de 5% face ao ano anterior. As publicações referentes a novos serviços, como as ligações novas ao MarShopping e Campanhã, o serviço especial de Passagem de Ano e inovações tecnológicas de apoio à mobilidade, tais como a publicação do serviço STCP em Google Maps e a aplicação Anda, são as que suscitam mais impressões e partilhas.

### SMSBUS

Este serviço tem vindo a ser substituído pelas apps, que permitem o acesso às previsões de chegadas em tempo real apenas com consumo de dados, pelo que houve uma redução de pedidos por mensagem de texto de valor acrescentado (SMSBUS) com 88 mil pedidos em 2017, face aos 150 mil em 2016.

### Painéis de Informação ao Público (PIP)

Foram colocados mais 19 ecrãs com horários das linhas de autocarros em tempo real junto a paragens com grande movimento de passageiros e maior número de linhas de autocarros.

No final do ano, estavam instalados e em funcionamento 62 PIP, distribuídos pelos seis concelhos do grande Porto servidos pela STCP, Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

### Outros meios de informação digital

Os displays eletrónicos instalados no interior dos autocarros são fundamentais para a divulgação de alterações à rede e na bilhética Andante, que foram acontecendo ao longo

do ano. São também utilizados para reforçar a comunicação sempre que são detetadas dúvidas generalizadas ou problemas de utilização dos serviços.

Os ecrãs GoBus, instalados junto das principais estações, Trindade, São Bento, Campanhã e Casa da Música, fornecem informação em tempo real sobre as previsões de chegada dos autocarros nas imediações, mantendo-se como fundamentais para a articulação entre os vários modos de transporte.

### **Linha Azul**

A Linha Azul, linha telefónica de apoio aos clientes da STCP, tratou 74.686 contactos telefónicos e 5.449 *emails*, ao longo do ano.

### **Perdidos e achados**

A Linha Azul tratou mais de 5.420 processos de objetos perdidos e achados, tendo conseguido devolver aos clientes 1.980 dos perdidos.

## **3.3.4. PROJETOS**

### **STCP integra projeto FABULOS**

Foi decidida a participação da STCP ao programa europeu de R&I do Horizon 2020, em abril de 2017, que se materializou numa candidatura a fundos comunitários de apoio a um projeto I&D para conceção, teste e utilização de sistemas de gestão de autocarros automatizados sem condutor integrado na frota de serviço público de transporte.

Em agosto de 2017 a candidatura foi aprovada pela Comissão Europeia, designando-se por projeto FABULOS (Sistemas de Operação de Nível Urbano de Autocarros Automatizados Futuros), que consiste no uso de miniautocarros sem condutor de forma sistemática.

O teste de miniautocarros de condução automatizada já foi efetuado em diversos países, mas o conceito para a gestão de frotas autónomas como parte da rede de transportes públicos ainda não se encontra disponível. Além disso, algumas partes da automatização de condução precisam de atingir uma fase mais madura do seu desenvolvimento para serem aplicáveis em ambientes urbanos normais em espaço partilhado.

A cidade do Porto, através da STCP, bem como outras cinco cidades parceiras estão a assumir este desafio ao realizarem, coletivamente, I&D para a prototipagem e testes em operação a sistemas inteligentes capazes de operar uma frota de miniautocarros de condução automatizada em meios urbanos. Espera-se que estas soluções sejam integradas,

abrangendo *software*, *hardware*, frota e serviços.

O projeto tem a duração de 3 anos com início a 1 de janeiro de 2018. O valor global do projeto é de cerca de 7,8 milhões de euros.

O envolvimento da STCP passa pela contribuição das especificações e exigências técnicas, de segurança e gestão destes sistemas e posteriormente pela implementação da fase de testes em laboratório em plena integração com os sistemas inteligentes da cidade.

### **STCP integra projeto piloto ANDA**

A STCP, em parceria com a TIP, FEUP e outros operadores de transporte, integrou o projeto piloto denominado “Anda” que pretende desmaterializar os títulos de transporte para toda a rede Andante, transformando o tradicional cartão em PVC ou papel numa *app* para telemóvel.

Com esta aplicação o passageiro pode viajar tranquilamente sem necessidade de conhecer o zonamento tarifário ou adquirir previamente os títulos necessários para a sua viagem. Através do *smartphone*, o passageiro valida as suas entradas no sistema Andante, estas viagens ficam registadas no seu histórico e no final do mês receberá a conta das deslocações que efetuou.

Uma das mais-valias deste projeto é a capacidade inovadora de otimização das tarifas com base na efetiva utilização dos transportes.

Os testes do projeto piloto decorreram durante 2017 e a linha 500 da STCP esteve presente neste teste.

A TIP prevê que no primeiro semestre de 2018 este projeto esteja disponível para todos os passageiros na rede Andante.

### **Integração da rede STCP no Google Maps: open data policy**

Durante 2017 foi desenvolvida, em formato GTFS, a informação de paragens, percursos e horários praticados pela STCP.

Em dezembro, esta informação passou a estar disponível no Google Maps, fornecendo o acesso aos utilizadores do sistema de transporte, a informação necessária ao planeamento e gestão em tempo real das suas viagens. Esta informação poderá ser indutora de novas viagens e potenciadora de uma melhor experiência, traduzindo-se em maior satisfação e fidelização de clientes.

Durante 2018 esta estrutura de dados passará a estar disponível para todos os projetos que permitam aumentar o uso do transporte público, após uma análise prévia por parte da STCP.

### 3.4. RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE

#### 3.4.1. MOBILIDADE PARA TODOS

A frota da STCP, em 31 de dezembro, era constituída por 419 autocarros, 62% a gás natural e 38% a gasóleo. Encontravam-se, no entanto, inoperacionais dois autocarros,

com elevados danos devido a acidente, não considerados para o cálculo dos indicadores operacionais.

FROTA	2015	2016	2017	PESO 2017
<b>Autocarros a gasóleo</b>	<b>161</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>38%</b>
standard	118	117	117	28%
articulados	20	20	20	5%
minis	8	8	8	2%
2 pisos	15	15	15	4%
<b>Autocarros a gás natural</b>	<b>258</b>	<b>257</b>	<b>257</b>	<b>62%</b>
standard	229	228	228	55%
articulados	29	29	29	7%
<b>Autocarros</b>	<b>419</b>	<b>417</b>	<b>417</b>	<b>100%</b>
<b>Carros elétricos</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	
<b>Frota</b>	<b>425</b>	<b>423</b>	<b>424</b>	

IDADE MÉDIA (ANOS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Autocarro</b>	<b>12,6</b>	<b>13,6</b>	<b>14,6</b>	<b>1,00</b>	<b>7,4%</b>
Gasóleo	12,7	13,7	14,7	1,00	7,3%
Gás natural	12,5	13,5	14,5	1,00	7,4%
<b>Carro elétrico</b>	<b>77,6</b>	<b>78,6</b>	<b>79,6</b>	<b>1,00</b>	<b>1,3%</b>

A STCP pratica uma política de integração e massificação do transporte público a pessoas com mobilidade reduzida.

A empresa atingiu um patamar em que tem uma rede acessível composta por 98% dos veículos com piso rebaixado e 73% com rampa.

A Rede de Acesso Fácil abrange 69 linhas em funcionamento com autocarros da STCP, 31 das quais acessíveis a cadeiras de rodas.

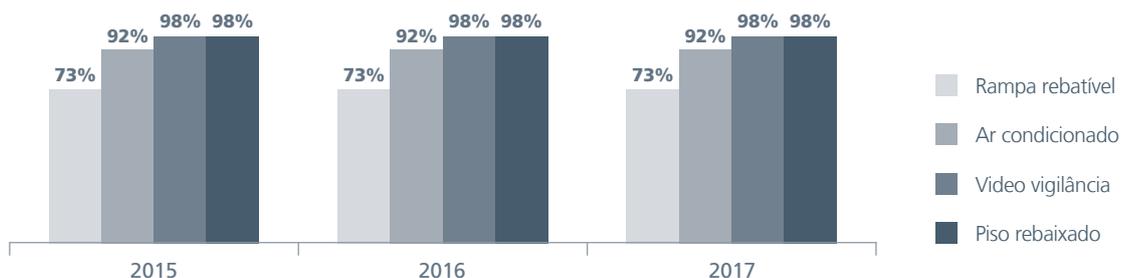
Todos os autocarros da STCP, exceto os minis, têm informação audiovisual, para aviso de destino, número de linha e próxima paragem. Os sinais luminosos e *displays* eletrónicos

também são integrados no funcionamento do autocarro. Com este sistema de informação, cegos, amblíopes e surdos podem orientar-se com facilidade e efetuar uma viagem com tranquilidade, como qualquer cidadão.

Para além disso, a política e prática da STCP centra-se numa promoção à inclusão social e acessibilidade para todos, oferecendo informação acessível para os seus clientes com necessidades especiais e desenvolvendo a cooperação com as autarquias e outros responsáveis pelo espaço público onde opera.

São abrangidos pela rede acessível os concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia.

As características da frota são apresentadas no gráfico seguinte:



A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 10,2%, menos 0,5 p.p. do que em 2016, tendo-se registado 1,37 avarias por cada mil veículos km totais, mais 0,6% relativamente

ao ano anterior. A elevada idade das atuais viaturas da STCP, com uma idade média de aproximadamente 15 anos, contribui para a explicação dos valores destes indicadores.

INDICADORES MANUTENÇÃO AUTOCARRO	2015	2016	2017	17-16	17/16
Taxa de imobilização	10,0%	10,8%	10,2%	-0,5 pp	-5,1%
Taxa de avarias (por 1.000 veículos km totais)	1,22	1,36	1,37	0,01	0,6%

### 3.4.2. PROMOVER A SEGURANÇA NOS TRANSPORTES (SECURITY)

A STCP tem vindo a desenvolver ações de formação e de sensibilização junto dos motoristas com vista à diminuição da sinistralidade rodoviária das suas viaturas de serviço público.

Ao nível da prestação do serviço público de passageiros, existiu ao longo do ano, a colaboração das diversas autoridades de segurança, criminal e de trânsito, no apoio à resolução de situações críticas, quer a nível de constrangimentos de trânsito, quer a nível do acompanhamento dos serviços especiais que a STCP desenvolveu, garantindo a segurança dos embarques e dedicando especial atenção aos percursos dos autocarros.

No âmbito dos planos de emergência, foram realizadas diversas reuniões com os vários serviços municipais.

### 3.4.3. MUSEU DO CARRO ELÉCTRICO

Em 2017, o Museu do Carro Elétrico alterou o seu paradigma na procura, fruto da intensa comunicação e divulgação que tem sido efetuada.

A predominância do público escolar no total de visitantes do Museu, tem vindo a decrescer, para dar lugar ao público turístico e familiar. Do total dos 23.746 visitantes alcançados em 2017, 11.665 (49%) corresponderam a visitantes individuais, sendo 8.456 estrangeiros.

A abertura, no final de 2015, da Sala das Máquinas da antiga Central Termoelétrica de Massarelos, integrada no espaço museológico, tem permitido a valorização do espaço expositivo e o acolhimento de diferentes projetos de animação. Com esta sala, de características únicas, o Museu tem divulgado os seus espaços e valorizada a sua atividade, o que resultou na concretização de 15 alugueres de espaço em 2017. Entre estes eventos destacam-se a aproximação com diversas entidades da cidade do Porto, nomeadamente a Universidade do Porto, a CCDRN ou a ANJE, entre outros.

A procura de viagens de aluguer de carro elétrico pelos agentes turísticos demonstrou que este é também um produto cada vez mais atrativo. Em 2017 foram realizados mais de 400 alugueres de carro elétrico ultrapassando os números prestados em anos anteriores.

Na sua programação habitual, o Museu do Carro Elétrico, que em 2017 celebrou 25 anos de existência, continuou a oferecer aos seus públicos e à cidade em geral o Desfile Anual de Carros Elétricos Históricos, em maio. Para marcar os festejos foi realizada uma exposição temporária demonstrativa da atividade do Museu, com os seus diversos desfiles de carros elétricos ao longo da sua história.

Como habitualmente, o Museu participou também nas atividades da cidade do Porto, por ocasião do Dia Internacional dos Museus e Noite Europeia dos Museus.

### 3.4.4. ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS

A STCP é associada das seguintes entidades:

- › AEP – Associação Empresarial de Portugal
- › Associação Comercial do Porto
- › ADEPORTO – Agência de Energia do Porto
- › APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural
- › CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos
- › ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade
- › ATP – Associação de Turismo do Porto
- › INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

- › AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- › Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto
- › Associação “Amigos do Coliseu do Porto”
- › Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto
- › Fundação de Serralves

É ainda membro da organização internacional UITP – Union Internationale des Transports Publics, e da Comissão Técnica de Normalização - CT 148 (Transportes – logística e serviços).

## 3.5. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Em 2017 foi renovada pela entidade certificadora a Certificação do Sistema de Gestão Ambiental da STCP.

A STCP, a nível ambiental, mantém uma avaliação sistemática da sua atividade e a monitorização de indicadores de desempenho, através da:

- › Procura de soluções tecnológicas mais eficientes e geradoras de impactos menos nocivos, concorrendo deste modo para a sustentabilidade social e ambiental;
- › Atualização constante do conhecimento da legislação e normas sobre boas práticas ambientais e sua concretização em procedimentos internos;
- › Realização de auditorias internas e externas como forma de avaliação do Sistema de Gestão Ambiental;
- › Compromissos para a Sustentabilidade, assumidos, por exemplo, com a UITP - Union Internationale des Transports Publics, com os Municípios, a Área Metropolitana do Porto e com a Tutela;
- › Análise periódica dos indicadores, com a gestão de topo.

## EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES:

INDICADOR	UNID.	2016	2017
Peso da frota de autocarros a gás natural	%	62,0%	62,0%
Varição homóloga do consumo total de água	%	7,0%	-0,8%
Varição homóloga do consumo de energia elétrica das instalações	%	8,0%	-0,4%

### Formação e sensibilização

Ao nível da formação de âmbito ambiental, procedeu-se ao longo do ano à realização de ações de sensibilização dos motoristas para uma condução económica e eficiente.

Houve ainda a participação de técnicos da empresa na formação da nova norma do Sistema de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2015).

### Emissões de poluentes atmosféricos da frota

As emissões de CO<sub>2</sub> relativas à frota de autocarros registaram um aumento de 4,9% em 2017 em comparação com 2016, em resultado do acréscimo do consumo de combustível, pelo aumento dos veículos quilómetro realizados e pela idade das viaturas.

Já as emissões de CO<sub>2</sub> por veículos km total aumentaram 1,5%, situando-se em 1,6 kg por veículos km totais.

EMISSIONES DE CO <sub>2</sub> [1]	UNID.	2015	2016	2017	17-16	17/16
Gasóleo	ton	12.819	13.244	13.887	643	4,9%
Gás natural	ton	21.649	23.198	24.323	1.126	4,9%
<b>Emissões de CO<sub>2</sub></b>	<b>ton</b>	<b>34.468</b>	<b>36.442</b>	<b>38.210</b>	<b>1.769</b>	<b>4,9%</b>
<b>Emissões de CO<sub>2</sub> /veículos.km totais</b>	<b>kg</b>	<b>1,65</b>	<b>1,65</b>	<b>1,67</b>	<b>0,03</b>	<b>1,5%</b>

[1] Fonte Direção Geral de Energia e Agência Portuguesa do Ambiente.

### Distribuição da frota por normas EURO

As normas EURO são a principal forma de classificar as emissões gasosas nocivas dos veículos rodoviários. A União Europeia obriga os fabricantes dos veículos automóveis a cumprirem os padrões de emissões em vigor à data de fabrico.

Em 31 de dezembro, a frota da STCP é composta por veículos que cumprem as normas EURO II (46%), EURO III (25%), EURO V (7%) e EEV (22%).

As novas viaturas a entrar no próximo triénio, terão uma classificação em termos de emissões gasosas nocivas 15% abaixo do estabelecido na norma EURO VI, refletindo as práticas mais exigentes do ponto de vista ambiental.

### Consumo de energia em toneladas equivalentes de petróleo (tep)

O consumo de energia, em tep, apresentou um aumento de 3,8% relativamente a 2016, essencialmente por via do aumento da oferta, medida em veículos km de autocarro.

ENERGIA (TEP)	2015 [1]	2016 [1]	2017 [2]	17-16	17/16
Eletricidade carro eléctrico	109	115	40	-76	-66%
Eletricidade instalações fixas	1.042	1.126	332	-793	-70%
Gasóleo	3.608	3.728	3.826	98	2,6%
Gás natural	7.557	8.098	9.361	1.263	16%
<b>Energia (tep)</b>	<b>12.317</b>	<b>13.067</b>	<b>13.559</b>	<b>492</b>	<b>3,8%</b>

[1] cálculo efetuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de março.

[2] cálculo efetuado de acordo com conversores fornecidos pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) no âmbito de candidatura ao POSEUR.

## Água

Os dois maiores operadores de transporte público da Área Metropolitana do Porto, STCP e Metro do Porto, iniciaram em novembro de 2017, a implementação de um conjunto de medidas de poupança de água, atendendo aos baixos níveis de pluviosidade que se registaram no país, e de acordo com as orientações do Ministério do Ambiente.

As medidas tomadas pela STCP consistiram na redução do número de lavagens da sua frota de autocarros, 419 viaturas que, a não ser em casos excecionais, passaram a ser lavados apenas três vezes por semana quando, até essa data, tinham lavagens diárias.

A redução do consumo total de água face a 2016 foi de 0,8%, refletindo ainda que de uma forma ténue, as medidas iniciadas perto do final do ano.

ÁGUA	UNID.	2015	2016	2017	17-16	17/16
Consumo água da rede	m <sup>3</sup>	6.629	6.317	6.764	447	7,1%
Consumo água captações	m <sup>3</sup>	15.080	16.819	16.182	-637	-3,8%
<b>Consumo total de água</b>	<b>m<sup>3</sup></b>	<b>21.709</b>	<b>23.136</b>	<b>22.946</b>	<b>-190</b>	<b>-0,8%</b>

## Gestão de resíduos

A STCP tem regras para a gestão dos resíduos gerados nas suas atividades sociais, administrativas e oficiais.

O processo abrange as operações de separação dos resíduos por Código LER (Lista europeia de resíduos), recolha, acondicionamento, transporte e destino final dos resíduos gerados. A STCP contrata empresas especializadas certificadas para a recolha e tratamento dos resíduos. Em casos específicos procede à venda de alguns deles.

Anualmente, a STCP submete no portal SILLIAMB (Sistema integrado de licenciamento do ambiente), base de dados de registo

integrado de resíduos, o MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos), com a quantidade e destino dos resíduos gerados.

Em 2017 continuou a verificar-se um aumento dos resíduos perigosos de baterias e lâmpadas fluorescentes e um decréscimo nos óleos usados comparativamente a 2016.

Relativamente aos resíduos industriais não perigosos registou-se um aumento quer nos banais, quer nos resíduos metálicos e uma diminuição na madeira.

Não houve resíduos de demolição e construção em 2017.

## EVOLUÇÃO DOS RESÍDUOS MAIS SIGNIFICATIVOS

RESÍDUOS	UNID.	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Resíduos industriais perigosos</b>						
Óleos usados	litros	11.505	10.005	9.988	-17	-0,2%
Baterias usadas	unid.	73	119	162	43	36%
Lâmpadas fluorescentes	kg	238	321	333	12	3,7%
<b>Resíduos industriais não perigosos</b>						
Madeira	kg	4.120	3.380	1.660	-1.720	-51%
Resíduos industriais banais	kg	24.420	19.104	20.511	1.407	7,4%
Resíduos metálicos	kg	34.804	36.434	36.648	214	0,6%
<b>Outros resíduos</b>						
Papel e cartão	kg	6.135	3.090	3.059	-31	-1,0%
Resíduos de demolição e construção	kg	6.540	50.640	0	-50.640	-100%
Resíduos hospitalares grau III e IV	kg	39	53	46	-7	-13%

## 3.6. RESPONSABILIDADE PERANTE OS TRABALHADORES

### 3.6.1. EFETIVO

#### Número de trabalhadores

Durante o ano de 2017 houve 47 entradas, entre as quais 27 motoristas e 4 guarda-freios, e 37 saídas, registrando-se um aumento de 10 efetivos relativamente a 2016. Foi solicitada e obtida autorização governamental para as admissões, de

acordo com as normas a que a empresa está obrigada. Em 2017 foram acolhidos na empresa 37 novos estagiários, 14 de estágio curricular e 23 estágios profissionais.

De realçar que no final do ano de 2017, para reforço da área de manutenção da frota de autocarros, foram convertidos em contratos sem termo 10 estágios profissionais.

O efetivo a 31 de dezembro é de 1.242 trabalhadores, todos vinculados por contrato de trabalho sem termo.

EFETIVO [1]	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Efetivo a 31 dezembro</b>	<b>1.171</b>	<b>1.232</b>	<b>1.242</b>	<b>10</b>	<b>0,8%</b>
Pessoal tripulante a 31 dezembro [2]	854	912	915	3	0,3%
% pessoal tripulante	73%	74%	74%	0 pp	-0,5%
<b>Efetivo médio</b>	<b>1.152</b>	<b>1.197</b>	<b>1.226</b>	<b>29</b>	<b>2,4%</b>

[1] Sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.  
[2] Motoristas e guarda freios em funções.

#### Taxa de absentismo

A taxa de absentismo da empresa em 2017 foi de 8,4% e a do pessoal tripulante foi de 8,1%. Em 2016 os valores tinham sido de 8,3% e 8,8%, respetivamente.

TAXA DE ABSENTISMO	2015	2016	2017	17-16	17/16
Total da empresa	8,6%	8,3%	8,4%	0,1 pp	0,6%
Pessoal tripulante	9,2%	8,8%	8,1%	-0,7 pp	-8,0%

Refira-se que uma parte do absentismo, cerca de 9%, resulta de ausências relacionadas com as greves que vigoraram durante o ano 2017. Estas tiveram como efeito, a perda de cerca de 16.750 horas, o que, numa análise linear, corresponde a uma diminuição da disponibilidade de motoristas média/dia, para a operação diária, de cerca de 9 elementos.

A tendência de redução da taxa de absentismo do pessoal tripulante poderá, em parte, ser explicada pela renovação e reposição parcial das necessidades de efetivo.

A variação verificada na taxa de absentismo do restante pessoal aconselha a que a empresa implemente, no imediato, um plano de renovação e rejuvenescimento deste efetivo.

#### Trabalho suplementar

Foram efetuadas, em 2017, um total de cerca de 57 mil horas de trabalho suplementar na empresa. Aproximadamente 49 mil horas (86% do total) foram de pessoal tripulante.

O número de horas de trabalho suplementar registou um acréscimo de 1,6% face ao ano anterior. O custo das horas de trabalho suplementar aumentou, em 2017, 22% comparativamente a 2016, principalmente pela reposição da percentagem de acréscimo de 50% no trabalho suplementar, bem como pela aplicação parcial do descongelamento de carreiras e do desbloqueamento das diuturnidades em 2017.

TRABALHO SUPLEMENTAR [1]	2015	2016	2017	17-16	17/16
Horas extra total (milhares)	78	56	57	1	1,6%
Horas extra pessoal tripulante (milhares)	75	49	49	0	0,4%
Custo total (milhares euros) [2]	448	324	395	71	22%
Custo pessoal tripulante (milhares euros) [2]	428	277	322	45	16%

[1] Ótica do pagamento: trabalho pago no ano.

[2] Não inclui encargos sobre remunerações.

### Caraterização do efetivo

Em 2017, cerca de 38% do efetivo detinha um nível de habilitação igual ou superior ao ensino secundário.

A antiguidade média na empresa é de 20 anos e a idade média dos trabalhadores ligeiramente acima dos 48 anos. Somente 16% do efetivo se situava na faixa etária inferior a 40 anos.

ESTRUTURA ETÁRIA (PERCENTAGEM)	2015	2016	2017	17-16	17/16
18-39 anos	15%	16%	16%	-0,2 pp	-1,3%
40-49 anos	42%	44%	43%	-1,1 pp	-2,4%
>50 anos	43%	39%	41%	1,3 pp	3,3%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		

### Efetivo por género

A 31 de dezembro de 2017 havia 99 trabalhadores na empresa, dos quais 54 pertenciam ao pessoal tripulante e 56 ocupavam funções em áreas técnicas e administrativas.

EFETIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
CARGO	TOTAL	MULHERES (M)	HOMENS (H)	% DE M POR CARGO	% DE CARGO POR M
Dirigentes	10	2	8	2%	20%
Pessoal tripulante	915	43	872	43%	4,7%
Outros	317	54	263	55%	17%
<b>Total</b>	<b>1.242</b>	<b>99</b>	<b>1.143</b>	<b>100%</b>	<b>8,0%</b>

Encontra-se publicado na internet e no sítio da empresa o "Plano para a Igualdade de Género", de acordo com o que preceitua o nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 19/2012, de 8 de março.

Foi elaborado o Relatório sobre Remunerações por género referente ao ano de 2017, a publicar oportunamente, conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 18/2014, de 7 de março.

Conforme previsto no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, aprovado pela RCM nº 103/2013, de 31 de dezembro, a STCP reporta informação no âmbito da monitorização do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado.

### Promoção da igualdade no trabalho e no emprego

A política de recursos humanos da empresa é baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação, nomeadamente no que se refere às remunerações.

A empresa incentiva a valorização dos seus colaboradores e adota medidas que promovam o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

É praticada a livre associação de trabalhadores, estando cerca de 89% dos trabalhadores filiados em sindicatos.

A STCP possui, desde dezembro de 2008, um Código de Ética e de Conduta, divulgado por todos os trabalhadores e ao público em geral, que constitui um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da empresa.

### 3.6.2. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

#### Formação

No ano 2017, a STCP reforçou a sua política de formação face aos anos anteriores, tendo neste ano registado um aumento de 32,3% no total de horas de formação.

Assim, em 2017 assistiu-se ao retomar da política de formação contínua de motoristas, reforçando a aposta na "Qualidade na relação de serviço com o cliente", tendo-se realizado 18 ações de 14 horas envolvendo um total de 217 colaboradores.

A empresa continuou igualmente a apostar em 2017, na formação para habilitação do certificado de aptidão de motoristas (CAM), tendo-se realizado 15 ações, participando um total de 274 colaboradores, totalizando 9.590 horas.

Também ao nível dos quadros superiores, foi retomada a aposta na formação de competências, destacando-se a atribuição de dois MBA executivos, bem como participação em formação de 2 colaboradores, no âmbito dos programas avançados de treino promovidos pela *UITP - Union Internationale des Transports Publics*.

HORAS DE FORMAÇÃO	2015	2016	2017	17-16	17/16
Total	9.424	16.450	21.756	5.306	32%
Pessoal tripulante	8.385	15.885	20.358	4.473	28%
Formação contínua	1.295	3.269	14.737	11.468	351%

NÚMERO DE TRABALHADORES FORMAÇÃO	2015	2016	2017	17-16	17/16
Total	177	257	804	547	213%
Pessoal tripulante	99	195	683	488	250%
Formação contínua	37	72	640	568	789%

#### Prémios

No ano de 2017, tendo em conta as limitações constantes na Lei do Orçamento de Estado, não foram atribuídos quaisquer prémios.

#### Avaliação de desempenho

À semelhança dos anos anteriores, foi realizada a avaliação de desempenho. Tendo em conta a Lei do Orçamento do Estado, foi desbloqueado 50% do valor das progressões relativas à avaliação de desempenho referentes aos anos de 2010 a 2016. Foram abrangidos por esta situação cerca de 840 trabalhadores.

### 3.6.3. BENEFÍCIOS SOCIAIS

#### Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

Quer no apoio logístico, quer no apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores (CCDT-STCP), a empresa consubstancia uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Esta entidade organizou diversas atividades, das quais se destaca a festa de Natal e a colónia de férias para os filhos dos trabalhadores.

A empresa continua a garantir o pagamento da parte não comparticipada, relativamente à comparticipação medicamentosa. No posto clínico da STCP existe assistência de medicina curativa. Estes dois factos resultam da aplicação dos acordos de contratação coletiva.

Os trabalhadores com filhos até 6 anos a frequentar infantários recebem uma comparticipação fixa.

O refeitório situado nas instalações da empresa em Francos serve refeições ao preço de custo. Em 2017 manteve-se sob

a gestão do CCDT-STCP, tendo o número médio diário de refeições servidas, sido da ordem das 100 refeições.

A empresa proporciona também, em todas as instalações, o acesso a máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

#### Fundo de Pensões (benefícios pós-emprego)

O detalhe dos benefícios dos empregados é apresentado na Nota 30.1 às demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2017, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, era de 2.119.771 euros e o valor do fundo de 1.642.119 euros, sendo a taxa de cobertura das responsabilidades assumidas de aproximadamente 77%, de acordo com o relatório atuarial elaborado.

No final de dezembro de 2017 foram feitas contribuições para o fundo de 121.134 euros, de forma a cobrir o nível mínimo de financiamento exigido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) à data de 31 de dezembro de 2017.

	UNID.	2015	2016	2017	17-16	17/16
Pensões pagas	10 <sup>3</sup> €	315	373	370	-3	-0,8%
Número de beneficiários	nº	189	197	181	-16	-8,1%

### 3.6.4. SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES (SAFETY)

#### Saúde dos trabalhadores

No ano de 2017, assistiu-se ao reforço da prestação de cuidados de saúde no Posto Clínico da STCP, nomeadamente pela contratação dos serviços de mais um enfermeiro e pelo aumento do número de horas de prestação de serviços de Medicina do Trabalho.

O posto clínico, que se localiza nas instalações de Francos, registou no ano uma assinalável contribuição, em termos de cuidados de saúde, efetuando-se 4.035 consultas de clínica geral e especialidade, continuando a estomatologia a representar um significativo número de consultas, 946 (23,4% do total). Foram ainda realizados cuidados de enfermagem, quer nas instalações de Francos, quer no posto localizado nas instalações da Via Norte.

Foram efetuadas 1.849 consultas pela medicina do trabalho, representando um variação de cerca de 17%, face ao

ano anterior. Destas, 973 corresponderam a exames periódicos, o que representou um acréscimo de cerca de 23% das consultas realizadas por este motivo, face ao ano anterior. Foram também efetuados, no ano, 2.009 exames sensoriais, considerando todas as categorias profissionais, visto continuarem a incluir o protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

O controlo de alcoolemia, integrado na medicina do trabalho, realizou 4.436 testes, tendo registado quatro testes positivos. Relativamente a este ponto, destaca-se a campanha interna de informação e sensibilização que foi desenvolvida durante o primeiro trimestre de 2017, relativamente à temática "Prevenção do Consumo Excessivo de Bebidas Alcoólicas" em parceria com a Unidade de Alcoologia do Porto (UAP/ARS NORTE). Tratou-se de uma campanha de Prevenção do Consumo Excessivo de Bebidas Alcoólicas, aplicada à STCP e dirigida a todos os colaboradores, baseada na sensibilização e informação, com vista à prevenção dos consumos excessivos e à promoção da segurança e saúde no trabalho.

### Formação e sensibilização relacionadas com segurança

Sobre a temática da segurança, a empresa, em 2017, realizou 56 ações de formação e sensibilização, em que participaram 451 colaboradores, designadamente na formação contínua e de admissão de motoristas, formação em medidas de autoproteção, na segurança ligada à condução automóvel, sendo também relevante a formação ligada à evacuação de edifícios e brigadas de incêndio.

### Segurança dos trabalhadores

Durante o ano de 2017 realizaram-se 40 inspeções de higiene e segurança no trabalho às instalações, postos de trabalho e equipamentos, para avaliação das condições de trabalho.

### Indicadores de acidentes de trabalho

Na tabela seguinte são apresentados os indicadores de acidentes de trabalho do ano, que refletem uma estabilização face a 2016.

INDICADORES DE ACIDENTES DE TRABALHO		2015	2016	2017	VAR. % 17 /16
<b>Taxa de Frequência (Tf)</b>	= (Nº de acidentes de trabalho com baixa / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	45,6	37,7	36,0	-4,5%
<b>Taxa de Gravidade (Tg)</b>	= (Nº de dias perdidos / Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	1.136	942	970	3,0%
<b>Taxa de Incidência (TiT)</b>	= (Nº acidentes totais / Nº total de trabalhadores) x 1.000	85,6	73,3	74,0	1,0%

### Consulta aos trabalhadores

Tendo em conta o estabelecido na Lei nº 3/2014 e no Decreto-Lei nº 50/2005, foram realizadas duas consultas aos trabalhadores, no âmbito do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho. Estas consultas foram efetuadas em junho e dezembro, sendo previsível que os seus resultados possam ser apresentados até ao final do primeiro semestre de 2018.

### 3.6.5. COMUNICAÇÃO INTERNA E RELAÇÕES COM PARCEIROS SOCIAIS

Em dezembro foi efetuada a cerimónia de celebração dos 25 anos de empresa que, como habitualmente, decorreu no Museu do Carro Elétrico. Foram distinguidos 66 trabalhadores que se encontraram nestas condições. Foi ainda prestada homenagem aos trabalhadores que passaram à reforma no ano, num total de 27, numa manifestação de reconhecimento e agradecimento pelo seu contributo para a empresa. Estas cerimónias antecederam o convívio de Natal dos trabalhadores da STCP, S.A..

À semelhança do ano anterior, a STCP apoiou a realização de um almoço/convívio de Natal para os ex-trabalhadores da empresa, reformados, pertencentes à Associação de Reformados e Pensionistas. Este evento aconteceu no dia 16 de dezembro, no refeitório de Francos, com a presença

de 200 ex-colaboradores. Trata-se de um acontecimento importante no reforço da figura da Associação junto dos ex-colaboradores e na manutenção de um elo de ligação afetivo entre estes e a STCP, reconhecendo assim a sua dedicação à empresa, ao longo de décadas.

A *intranet* constitui a ferramenta privilegiada para a comunicação interna com os trabalhadores, permitindo a consulta de notícias, informação diária corrente, bases de dados, manuais e acesso a serviços de relevo, como a marcação de férias, marcação de consultas no posto médico, consulta do recibo de vencimento e escala do serviço diário do pessoal tripulante.

Da mesma forma, são disponibilizadas ordens de serviço, avisos e outras informações relevantes para a maioria dos trabalhadores.

Ao longo do ano foram realizadas reuniões entre o Conselho de Administração e a Comissão de Trabalhadores, com a presença dos responsáveis de diversas áreas da empresa.

Foram efetuadas ainda diversas reuniões, em 2017, entre o Conselho de Administração e as diferentes organizações sindicais representativas dos trabalhadores.



S.T.

MUSEU  
DO CARRO  
ELECTRICO



**DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO**



## 4.1. BALANÇO DO ANO

O ano foi iniciado com a assinatura, a 2 de janeiro, dos contratos de delegação de competências do Estado para os seis municípios onde a empresa presta serviço público de transporte e da definição de um novo modelo de gestão operacional da STCP, pelo prazo de 7 anos, dando assim cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro.

A 28 de julho de 2017 foi ainda celebrado o Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público da STCP, de modo a adaptar o Contrato celebrado entre o Estado e a STCP, em 2014, ao novo modelo de configuração do serviço público de transportes. Neste aditamento foi estabelecido o cumprimento das obrigações de serviço público a que a STCP está vinculada e a respetiva compensação financeira pelo cumprimento do serviço público.

Os referidos contratos foram visados pelo Tribunal de Contas a 21 de agosto de 2017.

Em 2017, tendo por orientação a estratégica da descarbonização das cidades, foram lançados em abril, os concursos públicos destinados à aquisição da nova frota de autocarros, para substituição de frota existente. Em agosto de 2017 foi celebrado o contrato de adjudicação de 15 novas viaturas elétricas e respetivos postos de carregamento de energia elétrica, cuja entrega está prevista na totalidade para o ano de 2018, e o contrato de fornecimento de 173 viaturas a gás natural, com entrega prevista ao longo do triénio 2018 – 2020. Estes contratos foram visados pelo Tribunal de Contas em 24 de novembro de 2017.

Para o financiamento parcial da aquisição da nova frota de autocarros e respetivos postos de carregamento de energia elétrica e de abastecimento de gás natural, foi submetida uma candidatura em 2017, aos fundos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR, que foi aprovada em julho.

Em 2017, a STCP manteve o crescimento da procura, após a inversão em 2016 da sua tendência decrescente, que atingiu os 4,4% face ao ano anterior, com 72,4 milhões de passageiros transportados, permanecendo assim como o maior operador de transportes da Área Metropolitana do Porto.

A receita do serviço de transporte atingiu 45,5 milhões de euros no ano, crescendo 6,6%, mais 2,8 milhões de euros, face ao ano anterior, devido ao crescimento da procura e ao aumento tarifário verificado no ano.

A produção do serviço de transporte público de passageiros, medida em veículos km, foi de 22,4 milhões, crescendo 2,8%, mais 612 mil veículos km que em 2016.

No ano há ainda a realçar:

- › o acréscimo dos gastos com combustíveis, em cerca de 1,3 milhões de euros, em comparação com o ano de 2016, sendo 75% desse aumento uma consequência do aumento do preço dos combustíveis, gás e gasóleo, e os restantes 25% respeitante ao crescimento dos consumos energéticos, pelo acréscimo da produção de veículos quilómetro;
- › a reposição dos direitos previstos em instrumentação coletiva de trabalho, de acordo com o definido na Lei do Orçamento de Estado de 2017, cujo impacto nos gastos com pessoal foi de aproximadamente 738 mil euros.

## 4.2. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Com a ausência de investimentos relevantes durante o ano de 2017, o ativo atingiu a 31 de dezembro, o montante de 81,9 milhões de euros, registando uma diminuição de 2,5 milhões de euros (3%) face a 2016, principalmente devido à redução do valor dos ativos fixos tangíveis em cerca de 3,3 milhões de euros, pela sua depreciação.

O passivo em 2017 registou o montante de 490 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 58 milhões de euros (11%) face a 2016, principalmente pela redução dos financiamentos obtidos em cerca de 39,4 milhões de euros, dos instrumentos de gestão do risco financeiro (*swap*) em cerca de 14,9 milhões de euros e das outras dívidas a pagar, no valor de cerca de 9,4 milhões de euros. As provisões aumentaram cerca de 7,1 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2017 o capital próprio era negativo em 408,1 milhões de euros, registando um agravamento de 55,5 milhões de euros (12%) devido aos aumentos de capital ocorridos no ano.

ESTRUTURA DO BALANÇO (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
Ativo não corrente	73.151	72.554	70.368	-2.186	-3,0%
Ativo corrente	19.078	11.896	11.573	-323	-2,7%
<b>Ativo</b>	<b>92.230</b>	<b>84.450</b>	<b>81.941</b>	<b>-2.509</b>	<b>-3,0%</b>
Capital próprio	-501.722	-463.574	-408.051	55.522	12%
Passivo	593.951	548.024	489.993	-58.031	-11%
<b>Capital próprio e passivo</b>	<b>92.230</b>	<b>84.450</b>	<b>81.941</b>	<b>-2.509</b>	<b>-3,0%</b>

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

### 4.3. INVESTIMENTO

O montante do investimento realizado em 2017 foi de 428 milhares de euros.

Destaca-se a instalação de um sistema avançado de gestão de transportes para a rede do elétrico no valor de 75 mil euros, obras no Edifício de Massarelos, em cerca de 37 mil euros, reconstrução de carros elétricos pelo valor de 112 mil euros, o início do projeto do novo posto de abastecimento de gás natural liquefeito na estação da Via Norte no montante de 19 mil euros e a conclusão da colocação e atualização dos painéis de informação ao público no total de 22 mil euros. O restante investimento resultou essencialmente na aquisição de duas viaturas de apoio à manutenção da frota de autocarros e substituição de equipamento oficial, administrativo e informático.

INVESTIMENTO (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
Material circulante	92	75	112	37	49%
Infraestruturas	765	22	66	44	197%
Outros	468	280	251	-29	-11%
<b>Investimento</b>	<b>1.324</b>	<b>377</b>	<b>428</b>	<b>51</b>	<b>14%</b>

No ano de 2017 o total de alienações realizadas foi de aproximadamente 53 mil euros. Foi alienada uma parcela de terreno localizada na Maia, duas viaturas de apoio e equipamento informático e administrativo, obsoleto.

### 4.4. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

Em 2017 foram atribuídos à STCP cerca de 931 mil euros pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) destinado ao financiamento da frota de autocarros, através da amortização do capital dos contratos de *leasing* existentes.

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
Dotações de capital	5.856	57.784	69.863	12.079	21%
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	
PIDDAC [1]	1.678	1.016	931	-85	-8,3%
Compensação tarifário social andante [2]	3.644	3.711	3.893	182	4,9%
Subsídio PAII [3]	0	0	0	0	
<b>Esforço financeiro do estado</b>	<b>11.177</b>	<b>62.511</b>	<b>74.687</b>	<b>12.176</b>	<b>19%</b>

[1] 2015: 1,587 milhões de euros para investimento e 90,3 mil euros outros subsídios.

[2] Valores contabilísticos líquidos de IVA.

[3] Programa de apoio integrado a idosos.

## 4.5. FINANCIAMENTO

### 4.5.1. OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DO ANO

A empresa em 2017 obteve financiamento através de dois aumentos de capital e de um empréstimo.

#### Dotações de capital

##### Aumento de capital em 13.491.175 euros

Concedido, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, na Deliberação Social Unânime por Escrito, de 2 de junho de 2017, através da emissão de 2.698.235 novas ações nominativas, no valor de 5 euros cada, subscritas e realizadas em numerário pelo acionista Estado.

Foram estritamente cumpridos os normativos associados à qualidade de emitente de valores mobiliários com deveres de prestação de informação, tais como a comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, à divulgação ao mercado por meio de Comunicado, e o pedido de registo das novas ações na Central de Valores Mobiliários - Interbolsa.

##### Aumento de capital em 56.372.106,42 euros

Concedido, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, na Deliberação Social Unânime por Escrito, de 30 de novembro de 2017, através da emissão de 11.274.421 novas ações nominativas, no valor de 5 euros cada, subscritas e realizadas pelo acionista Estado, por conversão de créditos detidos pelo Estado / Direção Geral do Tesouro e Finanças, que se venceram em 30 de novembro de 2017.

A empresa procedeu ao cumprimento dos normativos associados, tais como, a elaboração do relatório elaborado por um

Revisor Oficial de Contas, conforme disposto no artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, a alteração dos Estatutos da Sociedade e a inscrição do novo capital na Conservatória do Registo Comercial, já no ano de 2018, bem como à comunicação do facto à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e à Central de Valores Mobiliários - Interbolsa.

#### Empréstimo

##### Empréstimo no valor de 14.643.369,27 euros

Obtido para o pagamento dos fluxos, a vencer em 2017, do contrato *swap* contratado com o Banco Santander Totta, por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 340/17-SET, de 31 de maio. O endividamento foi autorizado pelo Despacho referido e pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 1 de junho de 2017. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:

- › A 1 de junho, o valor de 6.947.865,80 euros;
- › A 27 de novembro, o valor de 7.695.503,47 euros.

### 4.5.2. ENDIVIDAMENTO

No final de 2017 a dívida remunerada total da STCP era de aproximadamente 331 milhões de euros, registando uma diminuição de 11% face a 2016.

A variação do endividamento ajustado, considerando a alínea b) do artigo 125º do Decreto-Lei nº 25/2017 de 3 de março (DLEO 2017) e expurgando o valor de cerca de 14,6 milhões de euros relativo ao endividamento para pagamento dos cupões de 2017 do contrato *swap*, foi de 1,44%.

Verifica-se o cumprimento do limite do crescimento do endividamento de 3%, definido no nº 1 do artigo 45º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017).

ENDIVIDAMENTO AJUSTADO (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)</b>	<b>425.588</b>	<b>370.325</b>	<b>330.945</b>	<b>-39.380</b>	<b>-11%</b>
Aumentos de Capital por dotação [1]	3.007	0	4.315	4.315	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	2.849	57.784	56.372	-1.412	-2,4%
<b>Endividamento Ajustado (artº 45 OE 17)</b>	<b>431.444</b>	<b>433.965</b>	<b>455.273</b>	<b>21.307</b>	<b>4,91%</b>
<b>Endividamento Ajustado considerando alínea b) nº 1 artº125 DLEO [2]</b>			<b>454.844</b>	<b>20.879</b>	<b>4,81%</b>
<b>Endividamento Ajustado considerando alínea b) nº 1 artº125 DLEO [2] e pedido de exceção [3]</b>			<b>440.201</b>	<b>6.236</b>	<b>1,44%</b>

[1] expurgado, em 2017, do montante de 9.176.166 euros referentes à dotação recebida para pagamento da verba devida pela STCP relativa ao memorando de entendimento, assinado a 31 de julho de 2015, entre o Estado Português e o Município do Porto.

[2] expurgado do montante de 428.144 euros de investimento de 2017.

[3] expurgado do valor de 14.643.369,27 euros relativo ao endividamento para pagamento dos cupões de 2017 relativos ao contrato *swap*.

### 4.5.3. CONTA NA AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA – IGCP, E.P.E.

A STCP procedeu à abertura de conta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., em 2011, onde passou a receber as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos, de acordo com as orientações recebidas através do Ofício Circular nº 844, de 3 de fevereiro de 2011.

Nos termos do estipulado no artigo nº 86 da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou em situações reconhecidas e excecionais.

A empresa remeteu à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SEATF) novo pedido de regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo por base as contratações existentes com a banca comercial no que concerne a operações de médio/longo prazo, ao aluguer operacional da frota de autocarros, à operação de cobertura de risco de taxa de juro, à emissão de garantias bancárias, a valores sob custódia, a pedido de valores em numerário, entre outras.

A autorização do regime de dispensa parcial para os anos de 2016 e 2017 foi concedida pelo Despacho nº 1140/2016 da SEATF, de 10 de novembro.

### 4.5.4. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A empresa detém, desde 2007, uma operação de cobertura de risco de taxa de juro, correspondendo a 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, emitido no mesmo ano, celebrada com o Banco Santander Totta, com maturidade em junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2016, o *Mark-to-Market* foi determinado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., e de acordo com informação transmitida por aquela entidade, era de -113.494.520,37 euros. Em 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante de -98.555.629,17 euros e a valorização de mercado do instrumento derivado foi efetuada pela contraparte, Banco Santander Totta S.A..

Esta operação esteve em processo judicial, ação interposta pela instituição de crédito, através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio de 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A., onde, após decisão em

favor do Banco, o Estado Português apresentou recurso ao Supremo Tribunal Inglês. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Tutela, tinha deliberado a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorriam, tendo assim, a STCP, S.A. suspenso o pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato em litígio, embora as obrigações do contrato estivessem refletidas nas contas da empresa, por uma questão de prudência.

No ano de 2017, o Conselho de Administração aprovou os termos de um acordo assinado entre o Estado Português e o Banco Santander Totta, S.A., abrangendo também as Empresas Públicas de Transportes envolvidas, em concreto, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., a Metro do Porto, S.A., o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., o qual pôs termo à ação judicial interposta por aquele Banco no Tribunal de Comércio de Londres.

O acordo resultou de um processo negocial conduzido pela Tutela Financeira em representação das quatro empresas públicas de transporte envolvidas.

Nos termos do acordo, assinado em 2 de maio de 2017, entre o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A., e as Empresas Públicas de Transportes com contratos de gestão de risco financeiro da taxa de juro celebrados, comprometeram-se a cumprir os referidos contratos e as obrigações de pagamento vincendas daí decorrentes, e cumprir, até 31 de janeiro de 2018, as obrigações de pagamento vencidas ao abrigo dos mesmos.

## 4.6. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

### Resultados líquidos

O resultado líquido do exercício de 2017 foi negativo em 14,9 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 11,9 milhões de euros (44%), face ao ano de 2016. Esta evolução resulta da melhoria dos resultados financeiros em 10,3 milhões de euros e dos resultados operacionais em 1,6 milhões de euros.

O resultado líquido sem o efeito do *swap* (juros e variação de justo valor) foi negativo em 15,2 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 2,4 milhões de euros (14%) relativamente a 2016.

RESULTADOS (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
Rendimentos operacionais	46.036	45.139	49.960	4.821	11%
Gastos operacionais	67.176	57.464	60.716	3.252	5,7%
<b>Resultados operacionais</b>	<b>-21.140</b>	<b>-12.325</b>	<b>-10.756</b>	<b>1.569</b>	<b>13%</b>
Rendimentos financeiros	4.296	2.746	15.150	12.405	452%
Gastos financeiros	14.761	17.194	19.286	2.092	12%
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-10.465</b>	<b>-14.449</b>	<b>-4.136</b>	<b>10.312</b>	<b>71%</b>
Imposto do exercício	12	14	18	5	36%
<b>Resultado líquido (RL)</b>	<b>-31.617</b>	<b>-26.788</b>	<b>-14.911</b>	<b>11.877</b>	<b>44%</b>
<b>RL sem swap (juros e variação de justo valor)</b>	<b>-26.755</b>	<b>-17.564</b>	<b>-15.173</b>	<b>2.391</b>	<b>14%</b>

### Resultados financeiros

Os resultados financeiros do ano de 2017 foram negativos em 4,1 milhões de euros, registando um desagravamento face a 2016 de 10,3 milhões de euros.

Os encargos com os *swap* (juros e variação de justo valor) foram positivos em 262 mil euros, apresentando uma melhoria de 9,5 milhões de euros.

Os juros e encargos de financiamento foram de 4,4 milhões de euros, menos cerca de 840 mil euros que em 2016.

RESULTADOS FINANCEIROS (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
Juros <i>swap</i>	-9.155	-11.960	-14.889	-2.929	-24%
Variação de justo valor <i>swap</i>	4.293	2.736	15.150	12.414	454%
<b>Encargos com os swap</b>	<b>-4.862</b>	<b>-9.224</b>	<b>262</b>	<b>9.485</b>	<b>103%</b>
Juros de financiamento	-5.396	-5.025	-4.189	836	17%
Encargos de financiamento	-211	-209	-209	1	0,3%
<b>Encargos totais de financiamento</b>	<b>-5.606</b>	<b>-5.234</b>	<b>-4.398</b>	<b>837</b>	<b>16%</b>
<b>Juros auferidos</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>0</b>		
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-10.465</b>	<b>-14.449</b>	<b>-4.136</b>	<b>10.312</b>	<b>71%</b>

### Resultados operacionais

Os resultados operacionais foram negativos em 10,8 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 1,6 milhões de euros (13%) face a 2016. Os rendimentos operacionais registaram um aumento de 4,8 milhões de euros (11%) e os gastos operacionais registaram um aumento de 3,3 milhões de euros (5,7%).

### Rendimentos operacionais

Os rendimentos operacionais em 2017 foram de aproximadamente 50 milhões de euros, registando um aumento de 4,8 milhões de euros (11%) relativamente ao ano de 2016.

A receita de transporte aumentou cerca de 2,8 milhões de euros, fruto do aumento da procura.

Em 2017 foram contabilizados cerca de 1,7 milhões de euros de compensação financeira atribuída pelos municípios, pelas obrigações de serviço público suportadas pela STCP.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
Prestação de serviços	42.375	42.797	45.646	2.849	6,7%
Subsídios à exploração	0	0	1.661	1.661	
Outros rendimentos operacionais	2.557	2.301	2.411	110	4,8%
Reversões	1.105	40	242	201	498%
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>46.036</b>	<b>45.139</b>	<b>49.960</b>	<b>4.821</b>	<b>11%</b>

### Gastos operacionais

Os gastos operacionais, em 2017, foram de aproximadamente 60,7 milhões de euros, registando um aumento de 3,3 milhões de euros (5,7%) relativamente ao ano de 2016.

Esta variação prende-se, fundamentalmente, com a consideração de gastos não correntes em 2017, nomeadamente reforço de provisões (evidenciado na Nota 23, às demonstrações financeiras).

Se apenas forem considerados os gastos dos FSE+CMVMC, pessoal e amortizações, verifica-se que o aumento é marginal, em cerca de 41 mil euros (0,1%).

GASTOS OPERACIONAIS (MILH. EUROS)	2015	2016	2017	17-16	17/16
FSE+CMVMC	20.129	18.535	19.681	1.146	6,2%
Gastos com pessoal	29.713	30.296	29.812	-484	-1,6%
Amortizações	4.204	4.315	3.694	-621	-14%
Outros gastos e perdas	1.115	10.751	1.203	-9.548	-89%
Provisões	11.674	-9.293	7.108	16.402	176%
Imparidades e variação justo valor operacional	341	2.861	-781	-3.642	-127%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>67.176</b>	<b>57.464</b>	<b>60.716</b>	<b>3.252</b>	<b>5,7%</b>

### EBITDA recorrente

O EBITDA recorrente foi negativo em 925 milhares de euros, apresentando um desagravamento de cerca de 1,7 milhões de euros (64%) face a 2016.

	2015	2016	2017	17-16	17/16
<b>EBITDA recorrente (milh. euros)</b>	<b>-3.823</b>	<b>-2.590</b>	<b>-925</b>	<b>1.666</b>	<b>64%</b>

Resultados antes de depreciações, gastos financiamento, impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor e indemnizações por cessação de contrato de trabalho. Expurgados dos seguintes valores:

Componente financeira de rendas leasing autocarros 2015

Gastos pessoal: 2015 cerca de 600 mil euros, da sentença judicial e acordo extrajudicial, relativo ao pagamento a motoristas dos tempos de deslocação entre etapas com intervalos superiores a duas horas, até 2014. 2016 cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento descansos compensatórios do pessoal, de 2003 e 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015); cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16.

2016 Cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativos ao memorando de entendimento com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativo aos imóveis da empresa.

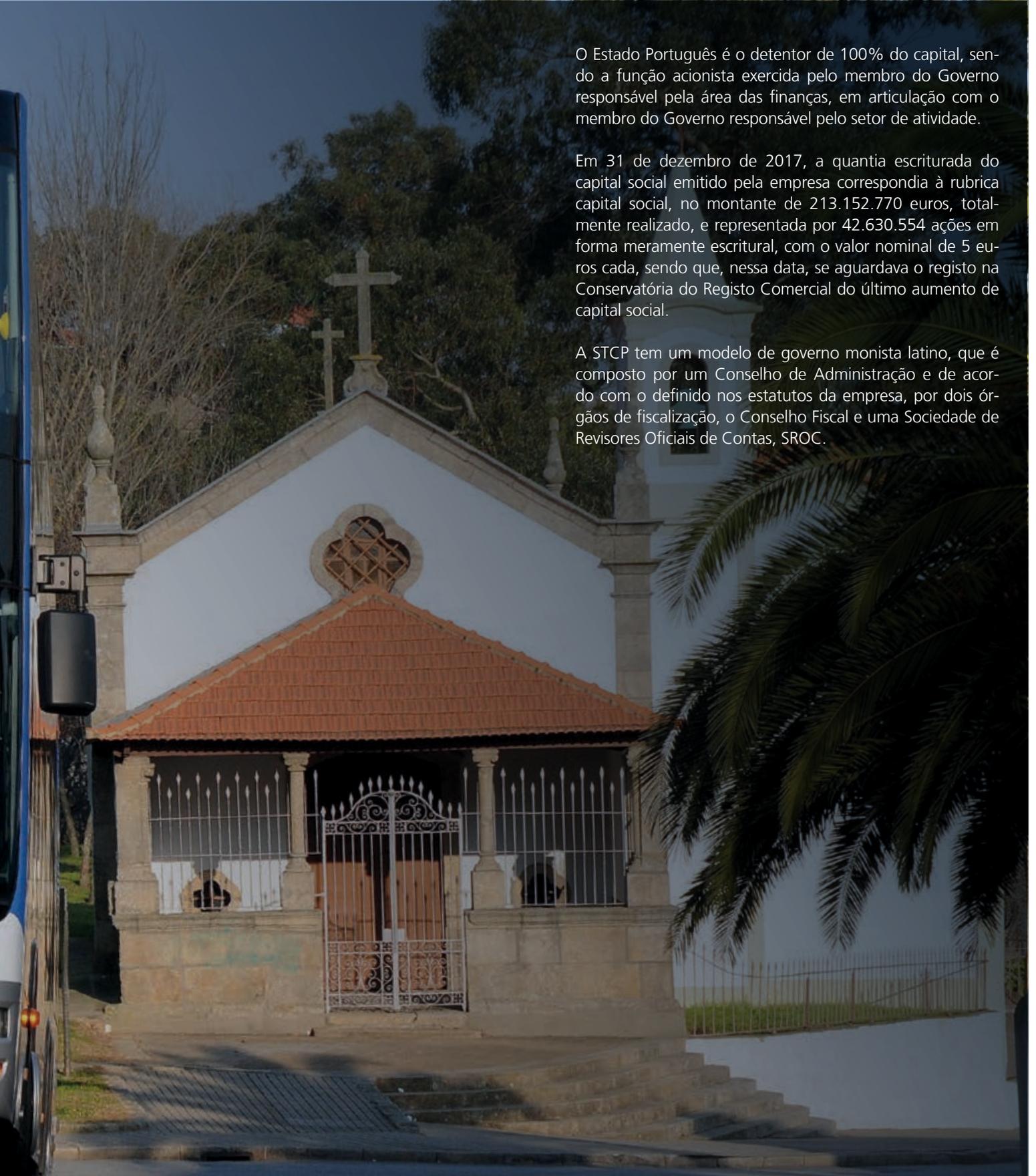


## MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Estado Português é o detentor de 100% do capital, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica capital social, no montante de 213.152.770 euros, totalmente realizado, e representada por 42.630.554 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, sendo que, nessa data, se aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social.

A STCP tem um modelo de governo monista latino, que é composto por um Conselho de Administração e de acordo com o definido nos estatutos da empresa, por dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC.



## 5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mandato 2018 - 2020

Pela Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, tomada ao abrigo da primeira parte do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, foi procedido à dissolução por mera conveniência, do Conselho de Administração da sociedade, cujos membros foram eleitos para exercer funções no mandato 2016-2018, nos termos do disposto no artigo 26.º do Estatuto do Gestor Público, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º dos Estatutos da STCP, S.A.. A deliberação produziu efeitos a 31 de dezembro de 2017.

O membro do Conselho de Administração, Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga, renunciou ao cargo, com efeitos a 29 de dezembro de 2017, inclusive.

A eleição do Conselho de Administração para o mandato 2018-2020 foi efetuada ao abrigo da primeira parte do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, pela Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, e pela Deliberação Social Unânime Por Escrito de 12 de janeiro de 2018.

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO
<b>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25/jan/16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25/jan/16
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25/jan/16
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
Presidente Executivo	Paulo de Azevedo Pereira da Silva	15/jan/18
Vogal Executivo	Ângelo Augusto Santos Oliveira	01/jan/18
Vogal Executivo	Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça	01/jan/18
Vogal Não Executivo	Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos	01/jan/18
Vogal Não Executivo	Avelino José Pinto de Oliveira	01/jan/18
<b>CONSELHO FISCAL</b>		
Presidente	Pedro Romano Martinez	25/jan/16
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25/jan/16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25/jan/16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25/jan/16
<b>REVISOR OFICIAL DE CONTAS</b>		
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	30/mai/16
	Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC n.º 757	

### Mandato 2016 - 2018

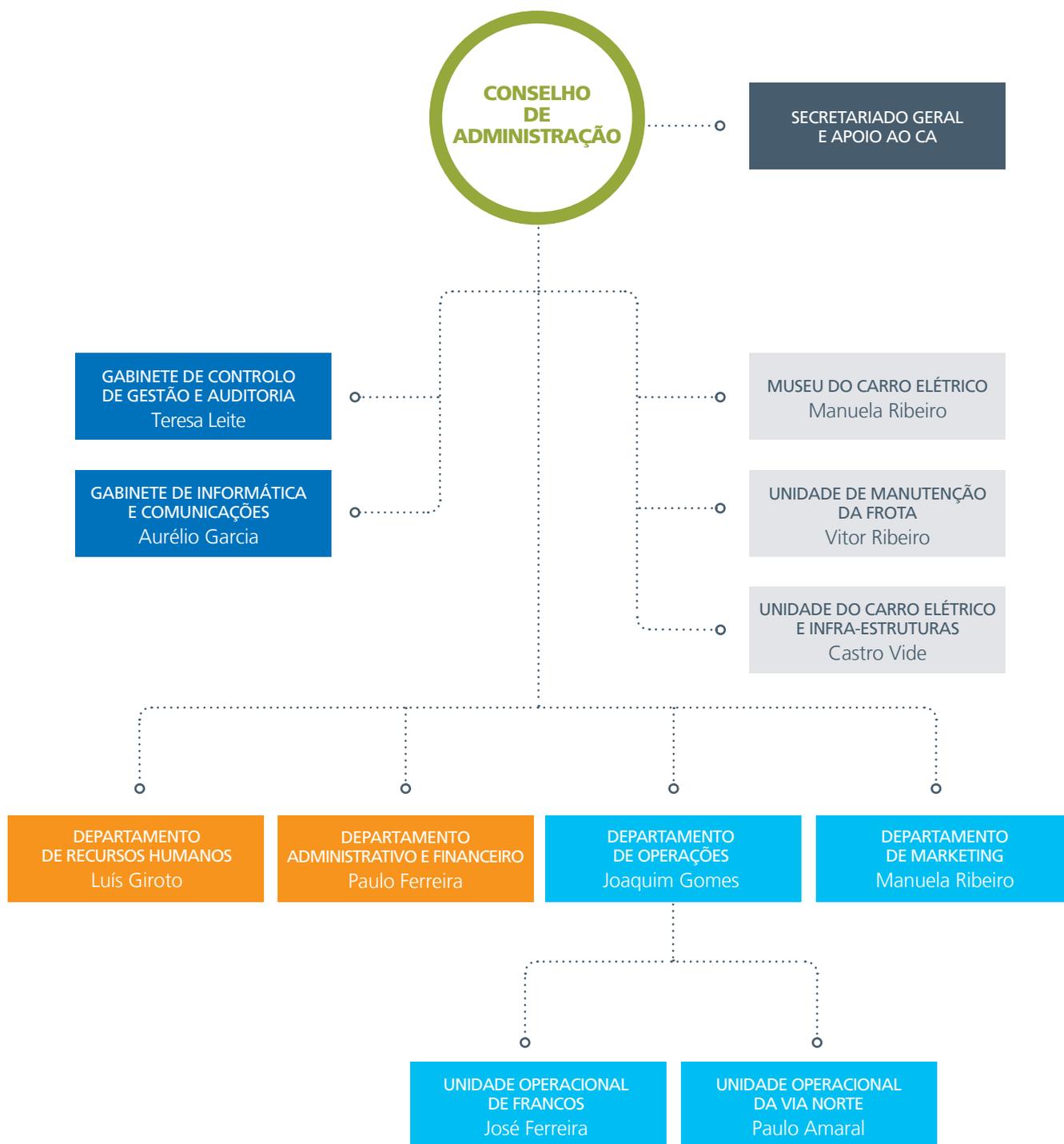
Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, do mandato 2016-2018, foram designados através das Deliberações Sociais Unâнимes Por Escrito, de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, tomadas ao abrigo da primeira parte do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia-Geral da STCP, de 30 de maio de 2016, foi aprovada a proposta do Conselho Fiscal, de nomeação para Revisor Oficial de Contas da Sociedade a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, para o mandato correspondente ao triénio 2016 – 2018.

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO
<b>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25/jan/16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25/jan/16
Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres	25/jan/16
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	25/jan/16
Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	25/jan/16
Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	25/jan/16
Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	24/feb/16
<b>CONSELHO FISCAL</b>		
Presidente	Pedro Romano Martinez	25/jan/16
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25/jan/16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25/jan/16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25/jan/16
<b>REVISOR OFICIAL DE CONTAS</b>		
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	30/mai/16
	Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC n.º 757	

## 5.2 MACROESTRUTURA

A 31 dezembro 2017.



## 5.3 GESTÃO DE RISCOS E SISTEMAS DE CONTROLO

### Gestão de Riscos

A gestão de riscos está implementada na STCP de uma forma transversal, não existindo um órgão específico de gestão e controlo de riscos.

A empresa iniciou no final do ano de 2017, um novo ciclo de certificação, após a concretização da auditoria de renovação realizada pela Entidade Certificadora. Para 2018, é objetivo da STCP realizar a transição para as novas versões das normas de gestão, que implicará também novos desafios, sobretudo ao nível da abordagem pelo pensamento de risco e impacto.

Atualmente os riscos operacionais são geridos de uma forma transversal e disseminada, consoante a tipologia do risco.

A política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, define e prevê planos específicos de prevenção de riscos, estando igualmente contratadas apólices de seguros, para cobertura de vários riscos operacionais. Cabe a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

A Autoridade de Segurança de Exploração da STCP, para além das suas responsabilidades emanadas legalmente, coordena a gestão global de riscos de segurança operacionais.

### Os principais riscos estratégicos identificados são os seguintes:

- › Concorrência do transporte individual;
- › Concorrência de outros operadores de transporte público de passageiros;
- › Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto;
- › Desequilíbrio económico-financeiro da empresa;
- › Impacto financeiro significativo decorrente das ações judiciais.

A gestão de riscos tem como principal objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

### Sistemas de controlo

Desde 2008 que a empresa possui a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, com validade até 2018.

Está definido e amplamente divulgado o seu Manual de Processos, Procedimentos e Procedimentos Internos, revisto sempre que se considera necessário.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno. Anualmente são fixados objetivos globais avaliados em sede de informação de gestão. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução orçamental.

As funções de fiscalização, que estão segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

A função administração é supervisionada pela Tutela, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas.

O controlo financeiro da empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças (IGF), nos termos da lei.

Há um acompanhamento da atividade da empresa pela UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.



LAVADORES - PRAIA  
VIA P. DA ARRABIDA

DIRECTO

453

EA-34-73



## CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

De acordo com o Anexo I e respetivos apêndices 1 e 2 do ofício nº 588, de 7 de fevereiro de 2018, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).



## 6.1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

O artigo nº 38 do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função acionista, integrando a definição das orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial reportada a cada triénio, bem como a definição dos objetivos e resultados a alcançar em cada ano, em especial os económicos e financeiros.

### a) Objetivos definidos para 2017 no Contrato de Gestão celebrado entre o Estado Português e a AMP – Área Metropolitana do Porto

O Contrato de Gestão Operacional, celebrado em 2 de janeiro de 2017, estabelece metas para cada ano do contrato no nº 2 do Anexo I.

Os objetivos / metas constantes no Contrato de Gestão para 2017 são os seguidamente apresentados, em comparação com a respetiva execução:

INDICADORES	UNIDADE	METAS 2017	REAL 2017	VARIACÃO	
				ABS.	%
[1] EBITDA (de gestão) do modo rodoviário	10 <sup>3</sup> €	2.416	-606	-3.022	-125%
[2] Resultado Rodoviário	10 <sup>3</sup> €	-923	-3.341	-2.418	-262%
[3] Velocidade Média	Km/h	15,7	15,8	0,1	1%
[4] Taxa de Cumprimento do Serviço	%	95,0%	97,4%	2,36 pp	2%
[5] Veículos Km de Serviço	10 <sup>3</sup>	22.091	22.216	125	1%
[6] Nº Reclamações por milhão de Veíc. Km.	Recl/VKM 10 <sup>6</sup>	100	60	-40	-40%
[7] Nº Reclamações por milhão de Passageiros	Recl/Pass 10 <sup>6</sup>	40	19	-21	-54%
[8] Obrigações de Serviço Público (OSP)	10 <sup>3</sup> €	4.559	1.661	-2.897	-64%

#### Metodologia de cálculo dos Indicadores:

[1] **EBITDA (de gestão) do modo rodoviário** – Resultados do modo rodoviário, antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação do contrato de trabalho, componente financeira das rendas de *leasing* operacional, e factos operacionais extraordinários, e contabilizando as Obrigações de Serviço Público assumidas pelos Municípios. Excluído das reversões remuneratórias e excluído dos valores relativos ao modo carro elétrico e ao Museu do Carro Elétrico.

[2] **Resultado rodoviário** – resultados, excluídos do serviço da dívida histórica, de factos operacionais extraordinários tais como provisões e gastos com indemnizações a terceiros. A repartição entre o modo rodoviário e carro elétrico + museu teve por base a estrutura de gastos por centro de custo. Ao Resultado rodoviário é imputado as Obrigações de Serviço Público assumidas pelos Municípios. Excluído das reversões remuneratórias e excluído dos valores relativos ao modo carro elétrico e ao Museu do Carro Elétrico.

[3] **Velocidade média** - rácio entre Veículos km de serviço em modo rodoviário e as Horas de serviço do pessoal tripulante, em modo rodoviário, obtidos através do SAEI – Sistema de Apoio à Exploração e Informação (fonte: Departamento de Operações).

[4] **Taxa de cumprimento serviço** – obtida pelo rácio (viagens planeadas em modo rodoviário deduzidas das respetivas viagens perdidas) / (viagens planeadas em modo rodoviário). As viagens planeadas são obtidas através do SAEI – Sistema de Apoio à Exploração e Informação. As viagens perdidas são obtidas em suporte manual e registadas na aplicação SICO. As viagens perdidas não incluem os motivos greves e/ou plenários (fonte: Departamento de Operações).

[5] **Veículos km serviço** – quilómetros percorridos nas linhas do modo rodoviário, efetuados através de produção própria, que incluem as entradas / saídas de linha. São obtidos através do SAEI – Sistema de Apoio à Exploração e Informação (fonte: Departamento de Operações).

[6] **Nº de reclamações por milhão de veículos km** – resultante da divisão do número de reclamações relativas ao modo rodoviário, por milhão de Veículos km de serviço do modo rodoviário. São consideradas todas as reclamações recebidas através dos seguintes canais: linha telefónica de atendimento aos clientes (linha azul), livro de reclamações, correio eletrónico, via CTT, ou impresso entregue nos postos de atendimento. São excluídas as reclamações relativas a multas e as recebidas através das redes sociais.

[7] **Nº de reclamações por milhão passageiros** - resultante da divisão do número de reclamações relativas ao modo rodoviário, por milhão de passageiros transportados em modo rodoviário. São consideradas todas as reclamações recebidas através dos seguintes canais: linha telefónica de atendimento aos clientes (linha azul), livro de reclamações, correio eletrónico, via CTT, ou impresso entregue nos postos de atendimento. São excluídas as reclamações relativas a multas e as recebidas através das redes sociais. Os passageiros transportados são o total de validações de títulos de transporte efetuadas nas linhas do modo rodoviário.

[8] **Compensação Financeira – Obrigações de Serviço Público (OSP)** calculadas de acordo com a metodologia descrita nos Anexos Técnicos ao Contrato de Serviço Público.

### **Análise do cumprimento dos Objetivos (metas) para 2017:**

- › O EBITDA (de gestão) do modo rodoviário atingiu -605,7 milhares de euros, registando um desvio negativo em cerca de 3.022 milhares de euros, face à meta estabelecida. Este desvio é explicado essencialmente pela redução do montante das OSP atribuídas em cerca de 2,9 milhões de euros. Se o montante das OSP estabelecido no contrato de gestão tivesse sido totalmente atribuído, o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário teria atingido o montante positivo de cerca de 2,3 milhões de euros e registaria assim um desvio negativo de 6% face ao objetivo definido, em vez dos -125% registados.
- › O resultado rodoviário atingiu -3.340,7 milhares de euros, ficando aquém da meta estabelecida, em cerca de 2,4 milhões de euros. À semelhança do EBITDA (de gestão) do modo rodoviário, este desvio é explicado essencialmente pela redução do montante das OSP atribuídas em cerca de 2,9 milhões de euros, que teriam permitido atingir o resultado rodoviário de -443 milhares de euros, caso tivesse sido atribuído na totalidade, e superar a meta estabelecida em cerca de 51%.
- › A velocidade média foi de 15,8 Km por hora, superando o objetivo estabelecido para este indicador, em cerca de 1%.
- › A taxa de cumprimento do serviço foi de 97,4%, registando um acréscimo de 2,4 p.p. face à meta do contrato de gestão. Este resultado é essencialmente explicado pela continuação da reposição do efetivo de pessoal tripulante ao longo do ano de 2017, que permitiu retomar os níveis de serviço planeado, com reflexos positivos na procura, que apresentou um crescimento de 4,3% face ao ano de 2016.
- › Os veículos km serviço do ano de 2017 atingiram 22.216 mil, registando um acréscimo de 125 mil quilómetros, (1%) face ao objetivo estabelecido. Esta variação poderá ser explicada, por um lado, pelos vários desvios efetuadas pelas linhas, fruto de alterações provisórias de trânsito devido a obras ou a ocorrências temporárias, e por outro lado, pelas alterações no percurso de algumas linhas para servirem uma superfície comercial, localizada em Matosinhos, e pela organização do percurso das linhas na zona de Campanhã, que originou a criação da linha ZC.
- › O número de reclamações por milhão de veículos km foi de 60, apresentando uma melhoria face ao objetivo, de 40%, permitindo uma redução de 40 reclamações por milhão de veículos km face à meta. Este resultado é fruto, por um lado, da redução do número de reclamações recebidas, dada a melhoria da taxa de cumprimento de serviço e, por outro lado, pelo ligeiro crescimento dos veículos km de serviço.
- › O número de reclamações por milhão de passageiros reduziu em 54%, permitindo um decréscimo de 21 reclamações por milhão de passageiros transportados, dada a redução do número de reclamações recebidas, pelos motivos expostos no ponto anterior, e pelo crescimento dos passageiros transportados.
- › Compensação Financeira – Obrigações de Serviço Público (OSP) do ano de 2017 foi de 1.661,1 milhares de euros, inferior à meta estabelecida em 64% (-2.897,5 milhares de euros). Os contratos celebrados no âmbito da delegação de competências de autoridade de transportes do Estado para a AMP, e respetiva gestão operacional da STCP, foram visados pelo Tribunal de Contas a 21 de agosto de 2017, levando a que o montante da compensação financeira prevista, distribuída proporcionalmente pelo total de dias do ano, resultasse no montante de 1.661,1 milhares de euros.

De toda a informação e análise exposta conclui-se que, no ano de 2017, não foram cumpridas as metas de três dos oito indicadores estabelecidos para a sua aferição: EBITDA (de gestão) do modo rodoviário, resultado rodoviário e Obrigações de Serviço Público (OSP). No entanto, dado que o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário e o resultado rodoviário são diretamente dependentes do montante das OSP, que ficou aquém da meta definida, a reposição daquele montante implicará uma evolução positiva nos outros dois indicadores, permitindo o cumprimento das metas de sete dos oito indicadores, ficando apenas o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário abaixo 5%, do objetivo definido.

### **b) Objetivos definidos para 2017 no Plano de Atividades e Orçamento (PAO)**

O Plano de Atividades e Orçamento do ano 2017 foi aprovado pela Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de dezembro de 2017, de acordo com a vontade expressa pelo acionista.

Apresentam-se os objetivos incluídos no PAO para 2017, e o respetivo grau de execução:

#### **› Princípios Financeiros de Referência**

**EBITDA - “Crescimento do EBITDA face ao ano anterior, de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa”:** o EBITDA recorrente de 2017 é negativo, no montante de 925 mil euros, apresentando um desagravamento de 64% comparativamente com o ano de 2016, cumprindo o objetivo.

**Plano de Redução de Custos (PRC)** - “A redução dos gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) deverá - (1) No caso de empresas deficitárias, garantir um orçamento económico equilibrado, **traduzido num valor de (EBITDA) nulo, por via de uma redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de 15%, no seu conjunto, em 2017, face a 31 de dezembro de 2010:**

- › o EBITDA recorrente de 2017 foi negativo, não tendo sido atingido o objetivo de EBITDA recorrente nulo;
- › regista-se uma redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, no seu conjunto, de 32% (23,6 milhões de euros) face ao ano de 2010, cumprindo o objetivo.

**Gastos operacionais das empresas públicas** - “Para efeitos do disposto no artigo 44º da Lei OE, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a **redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016, (...):** em 2017, o peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios é de 106%, inferior ao verificado em 2016, que foi de 118%, cumprindo o objetivo.

**(...) Devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016:**

- › Os **gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20º e 21º da Lei do OE:** em 2017, os gastos com pessoal corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por cessação de contrato, apresentam uma redução de 3,7% (1,1 milhões de euros) face ao ano de 2016, cumprindo o objetivo.
- › **O conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel:** em 2017 o conjunto destes gastos é superior ao registado em 2016 em 26,2% (77 mil euros). No orçamento de 2017, aprovado, foi previsto um crescimento deste conjunto de gastos em 78 mil euros, face ao ano anterior, pelo que foi solicitado às Tutelas Setorial e Financeira autorização

para ultrapassar o limite estabelecido. O pedido de exceção para o estipulado na alínea b) do nº 4 do DLEO foi autorizado pelo Despacho nº 646/17-SET de 14.08.2017.

- › **Quadro de Pessoal:** em 31 de dezembro de 2017 verifica-se um acréscimo líquido de efetivos, face a 31 de dezembro de 2016, de 10 trabalhadores. Os efetivos contratados no ano foram autorizados pela Tutela.
- › **Investimento:** o investimento total realizado no ano de 2017 foi de 428 milhares de euros. A maior parte do investimento realizado foi de substituição, nomeadamente requalificação de carros elétricos, de edifícios, de viaturas de apoio e de equipamento administrativo, informático e oficial.
- › **Nível de endividamento:** no final do ano de 2017 a dívida remunerada (conta 25) da STCP era de aproximadamente 331 milhões de euros, registando uma diminuição de 11% face a 2016.

## 6.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

No ano de 2017 a empresa obteve financiamento através de dois aumentos de capital e de um empréstimo.

Um dos aumentos de capital foi em numerário, no montante de 13.491.175 euros, concedido para fazer face aos fluxos de investimentos e do Memorando de Entendimento<sup>5</sup>, e aos fluxos de financiamento com o *leasing* da frota de autocarros existente e com o empréstimo obrigacionista. O outro aumento de capital revestiu a forma de conversão de dívida, para o pagamento das prestações de capital e juros dos empréstimos atribuídos pelo Estado, no montante de 56.372.106,42 euros.

O empréstimo obtido, foi contraído junto do Estado Português, pelo valor de 14.643.369,27 euros, para o pagamento dos fluxos, a vencer em 2017, do contrato *swap* celebrado com o Banco Santander Totta. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches: a 1 de junho, no valor de 6.947.865,80 euros e a 27 de novembro, no valor de 7.695.503,47 euros.

5. Assinado em 31 de julho de 2015, entre o Estado Português, o Município do Porto e a STCP, relativo aos ativos da STCP.

ANOS	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€) [1]	19.286.253	17.194.169	14.761.383	19.653.131	21.350.025
Taxa Média de Financiamento (%)	1,68%	1,69%	1,72%	3,55%	4,48%

[1] Juros e encargos de financiamento e juros de outros instrumentos financeiros (*swap*).

A STCP reporta trimestralmente à Tutela Financeira, informação relativa aos Instrumentos de Gestão de Risco Financeiro (*swap*), conforme o estabelecido no ponto 2. do Despacho nº 896/2011-SETF, de 9 de junho.

O detalhe da política de gestão da carteira de dívida e do risco financeiro associado à mesma é apresentado na Nota 29 às demonstrações financeiras.

### 6.3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A variação do endividamento ajustado, considerando a alínea b) do artigo 125º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março (DLEO 2017) e expurgando o valor de cerca de 14,6 milhões de euros relativo ao pagamento dos cupões de 2017 do contrato *swap*, foi de 1,44%. Verifica-se deste modo o cumprimento do objetivo de 3% para a variação do endividamento, definido no nº 1 do artigo 45º da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro (LOE 2017).

PASSIVO REMUNERADO (€)	2017	2016	2015	2014	2013	17-16	17/16
<b>Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)</b>	<b>330.944.972</b>	<b>370.324.692</b>	<b>425.588.098</b>	<b>415.208.460</b>	<b>395.935.043</b>	<b>-39.379.720</b>	<b>-11%</b>
- dos quais concedidos pela DGTF [1]	225.575.348	263.160.049	313.368.424	301.250.249	0	-37.584.701	-14%
Aumentos de Capital por dotação [2]	4.315.009	3	3.006.762	0	0	4.315.005	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	56.372.106	57.784.362	2.849.363	0	0	-1.412.255	-2,4%
<b>Endividamento Ajustado (artº 45 OE 17)</b>	<b>455.272.577</b>	<b>433.965.182</b>	<b>431.444.223</b>	<b>415.208.460</b>	<b>395.935.043</b>	<b>21.307.395</b>	<b>4,91%</b>
<b>Endividamento Ajustado considerando alínea b) nº 1 artº125 DLEO [3]</b>	<b>454.844.433</b>						<b>4,81%</b>
<b>Endividamento Ajustado considerando alínea b) nº 1 artº125 DLEO e pedido de exceção [4]</b>	<b>440.201.064</b>						<b>1,44%</b>

[1] valor nominal dos empréstimos.

[2] expurgado, em 2017, do montante de 9.176.166 euros referentes à dotação recebida para pagamento da verba devida pela STCP relativa ao memorando de entendimento, assinado a 31 de julho de 2015, entre o Estado Português e o Município do Porto.

[3] expurgado do montante de 428.144 euros de investimento de 2017.

[4] expurgado do valor de 14.643.369,27 euros relativo ao endividamento para pagamento dos cupões de 2017 relativos ao contrato *swap*.

### 6.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ARREARS

#### 6.4.1. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES (PMP)

Foi atingido o grau de cumprimento do objetivo definido no nº 9 da RCM nº 34/2008, que estabelece que, quando o PMP do ano anterior seja superior ou igual a 45 dias, deve ser atingida uma redução de pelo menos de 15%.

PMP [1]	VAR. 17/16			
	2017	2016	VALOR	%
<b>Prazo (dias)</b>	<b>41</b>	<b>51</b>	<b>-10</b>	<b>-20%</b>

[1] Em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

## 6.4.2. ATRASOS NOS PAGAMENTOS

Os atrasos nos pagamentos foram calculados de acordo com o Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio:

As dívidas vencidas em 2017 ascenderam a 62 mil euros, menos aproximadamente 157 milhares de euros do que em 2016. Cerca de 12 mil euros (19%) do montante em dívida respeita a transações entre empresas participadas da STCP,

o TIP e a Metro do Porto, que são simultaneamente devedoras e credoras da empresa. Parte do montante restante refere-se a faturas em conferência e/ou em regularização.

Ao longo de 2017, a STCP procedeu trimestralmente, até ao fim do mês seguinte ao final de cada trimestre, à divulgação das dívidas com mais de 90 dias, no seu sítio da *internet* ([www.stcp.pt](http://www.stcp.pt)).

DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART.1º DL 65-A/2011					
DÍVIDAS VENCIDAS (EUROS)	0-90 DIAS	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aquisições de Bens e Serviços	110.576	14.969	12.828	9.193	21.412
Aquisições de Capital	3.289	0	0	3.542	0
<b>Total</b>	<b>113.865</b>	<b>14.969</b>	<b>12.828</b>	<b>12.735</b>	<b>21.412</b>

## 6.5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Na Assembleia Geral da STCP, realizada a 12 de julho de 2017, em continuação da reunião de 30 de maio de 2017, o representante do acionista, aquando da aprovação das contas de 2016, recomendou ao Conselho de Administração as seguintes diligências:

a) dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do nº 4 o artigo 124º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março; e

b) dar cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 123º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março.

• As alíneas a) e b) do nº 4 do artigo 124º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março (DLEO) estabelecem: "(...) devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016: a) Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado; b) O conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel". Conforme apresentado na alínea b) do ponto 5.4.1. deste Relatório:

› em 2017, foi dado cumprimento ao estabelecido na alínea a) do nº 4 o artigo 124º do Decreto-Lei nº 25/2017;

› não foi dado cumprimento ao estabelecido na alínea b) do nº 4 o artigo 124º do Decreto-Lei nº 25/2017, no entanto, foi solicitado à Tutela Setorial e Financeira autorização para ultrapassar o limite estabelecido, o que foi autorizado pelo Despacho nº 646/17-SET de 14.08.2017.

• No nº 4 do artigo 123º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março (DLEO) estabelece: "Para efeitos do disposto no artigo 43.º da Lei do Orçamento do Estado, os recrutamentos dos quais resulte o aumento do número de trabalhadores, face a 31 de dezembro de 2016, carecem de autorização prévia do membro do Governo responsável pela área das finanças, após despacho favorável do membro do Governo responsável pelo setor de atividade."

Conforme apresentado na alínea b) do ponto 5.4.1. e no ponto 5.4.13 deste Relatório, em 2017 foi dado cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 123º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março (DLEO).

## 6.6. REMUNERAÇÕES

### a) Remunerações dos órgãos sociais

#### 1 - Mesa da Assembleia-Geral

MANDATO				
(INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	VALOR DA SENHA FIXADO (€)	VALOR BRUTO AUFERIDO(€)
2016 -2018	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	1.000
2016 -2018	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	850
2016 -2018	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres (*)	350	334
			1.275	2.184

(\*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012 .

#### 2 - Conselho de Administração

MANDATO			DESIGNAÇÃO		
(INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	FORMA (1)	DATA	
2016-2018	Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	
2016-2018	Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	
2016-2018	Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	Deliberação Social Unânime por Escrito	25-jan-16	
2016-2018	Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Deliberação Social Unânime por Escrito	24-fev-16	

MEMBRO DO CA	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES			
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME	
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, S.A.	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Privado	
	Metro do Porto, S.A.	Presidente da Comissão Executiva	Privado	
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Privado	
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A.	Administrador não Executivo do Conselho de Administração	Privado	
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado	
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado	
Pedro José Ferreira Morais	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado	
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado	
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	GIMPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration)	Membro do Conselho Consultivo	Privado	
	Universidade Católica Portuguesa	Diretora da Católica Porto Business School	Privado	

MEMBRO DO CA	ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO			
	REMUNERAÇÃO MENSAL BRUTA (€)			
	FIXADO	CLASSIFICAÇÃO	VENCIMENTO MENSAL	DESPESAS REPRESENTAÇÃO
Jorge Moreno Delgado [1]	Sim	C	1.145	0
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	C	3.663	1.465
Pedro José Ferreira Morais	Sim	C	3.663	1.465
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Sim	C	916	0

[1] Não auferiu qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente Executivo.

MEMBRO DO CA	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)				
	FIXA (1)	VARIÁVEL (2)	VALOR BRUTO (3)= (1)+(2)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (4)	VALOR BRUTO FINAL (5) =(3)-(4)
Tiago Filipe da Costa Braga	68.856	0	68.856	3.443	65.413
Pedro José Ferreira Morais	68.856	0	68.856	3.443	65.413
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	12.819	0	12.819	641	12.178
			150.531	7.527	143.005

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

No ano de 2017 os vogais do Conselho de Administração Tiago Filipe da Costa Braga, Pedro José Ferreira Morais e Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto receberam adicionalmente os montantes de 9.331 euros, 49.503 euros e 12.178 euros respetivamente, por cessação

antecipada de contrato, ao abrigo do artigo 26º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação e da alínea b) do nº 2 do artigo 8º dos Estatutos da STCP.

MEMBRO DO CA	BENEFÍCIOS SOCIAIS (€)							
	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		ENCARGO ANUAL SEGURO DE SAÚDE	ENCARGO ANUAL SEGURO DE VIDA	ENCARGO ANUAL SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	SUBSÍDIO INFANTÁRIO
	VALOR / DIA (1)	MONTANTE PAGO ANO	IDENTIFICAR	ENCARGO ANUAL				
Jorge Moreno Delgado	0	0		0	0	0	284	
Tiago Filipe da Costa Braga	4,52 / 4,77	1.161	Segurança social	18.672	0	0	284	
Pedro José Ferreira Morais	4,52 / 4,77	1.130	Segurança social	28.257	0	0	284	605
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	Segurança social	5.785	0	0	284	
		2.291		52.714	0	0	1.135	605

(1) Valor dia 4,52 euros até julho, inclusive. De agosto a dezembro, de acordo com o OE17, foi alterado para 4,77 euros dia.

MEMBRO DO CA	ENCARGOS COM VIATURAS								
	VIATURA ATRIBUÍDA	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO	VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA (€)	MODALIDADE	ANO INÍCIO	ANO TERMO	VALOR DA RENDA MENSAL (€)	GASTO ANUAL COM RENDAS (€)	PRESTAÇÕES CONTRATUAIS REMANESCENTES (Nº)
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Sim	34.716	ALD	2016	2020	537	6.441	32
Pedro José Ferreira Morais	Sim	Sim	32.683	ALD	2016	2018	777	9.013	3
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Não	Não	-	-	-	-	-	-	-

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)				
	DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO	CUSTO COM ALOJAMENTO	AJUDAS DE CUSTO	OUTRAS IDENTIFICAR	GASTO TOTAL COM VIAGENS (Σ)
Jorge Moreno Delgado	174	95	0	0	269
Tiago Filipe da Costa Braga	460	222	261	0	943
Pedro José Ferreira Morais	1.442	1.135	830	0	3.407
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	0	0	0
					4.619

### 3 – Fiscalização

#### Conselho Fiscal

MANDATO		DESIGNAÇÃO				ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL (€)	Nº DE MANDATOS
(INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	FORMA	DATA			
2016-2018	Presidente	Pedro Romano Martinez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	1.282	4
2016-2018	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	961	4
2016-2018	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	961	2
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	0	4

NOME	REMUNERAÇÃO ANUAL (€)		
	BRUTO (1)	REDUÇÕES REMUNERATÓRIAS (2)	VALOR FINAL (3) =(1)-(2)
Pedro Romano Martinez	17.989	897	17.092
Ana Alexandra Filipe Freitas	13.457	673	12.784
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	13.455	673	12.782
			42.658

#### Revisor Oficial de Contas

MANDATO		IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC			DESIGNAÇÃO			Nº DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCICIDOS NA SOCIEDADE
(INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	Nº DE INSCRIÇÃO NA OROC	Nº REGISTO NA CMVM	FORMA (1)	DATA	DATA DO CONTRATO	
2016-2018	Revisor Oficial de Contas	Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	235	20161528	AG	30/mai/16	13/dez/16	2

(1) Eleito para o mandato por Assembleia Geral (ata ° 63)

NOME	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 2017 (€)			VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS - 2017 (€)			
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3)=(1)-(2)	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3)=(1)-(2)
Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	17.306	1.706	15.600	-	0	0	0

O valor da remuneração bruta não coincide com o estipulado na DUE de 30 de novembro de 2016, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012. Auferiu, adicionalmente, pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.650 euros, aprovado em ata do CA nº 46/2017. Este valor constava no Plano de Atividades e Orçamento de 2017 (PG's2017), versão de 7 de agosto de 2017, aprovado através da Deliberação Social Unânime por Escrito de 29 de dezembro de 2017, de acordo com a vontade expressa pelo Estado.

#### b) Remunerações do Auditor Externo

Não aplicável, dado que a STCP não possui Auditor Externo.

#### c) Remunerações dos restantes trabalhadores

No que respeita às remunerações dos restantes trabalhadores, foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 20º,

21º, 23º e 24º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado de 2017, e aplicado o previsto nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (Acordos de Empresa), cumprindo-se assim as orientações relativas às remunerações vigentes em 2017.

## 6.7. ARTIGOS 32º E 33º DO ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO (EGP)

No ano foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, conforme se apresenta nas tabelas seguintes.

MEMBRO DO CA	GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)		
	PLAFOND MENSAL DEFINIDO	VALOR ANUAL	OBSERVAÇÕES
Tiago Filipe da Costa Braga	80	348	
Pedro José Ferreira Morais	80	324	
		672	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, conforme quadro seguinte.

MEMBRO DO CA	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS (€)				
	PLAFOND MENSAL COMBUSTÍVEL E PORTAGENS	COMBUSTÍVEL	PORTAGENS	TOTAL	OBSERVAÇÕES
Tiago Filipe da Costa Braga	366	2.251	676	2.927	
Pedro José Ferreira Morais	366	2.138	612	2.750	
				5.677	

## 6.8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

Foi dado cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas.

## 6.9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES (Nº 2 RCM Nº 18/2014)

O nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 18/2014, de 7 de março determina que as empresas do SEE "promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações".

O Relatório sobre Remunerações por Género do ano de 2016, relativo às remunerações pagas a mulheres e homens, foi elaborado em abril de 2017, encontrando-se disponibilizado conforme determina a referida RCM. Em 2018 foi também elaborado o Relatório sobre Remunerações por Género do ano de 2017, a divulgar oportunamente.

O relatório de 2016 foi divulgado internamente, através da sua publicação na *intranet*, para conhecimento de todos os trabalhadores, e disponibilizado no sítio da empresa, locais onde poderá também ser consultado o "Plano para a igualdade de Género, da STCP".

## 6.10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Não foi produzido o relatório anual referente ao exercício de 2017. Os relatórios efetuados em anos anteriores, nos termos legalmente previstos, encontram-se publicados nas páginas de *internet* e *intranet* da STCP.

## 6.11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

a) Em 2017 a STCP aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nas adjudicações em que aquele diploma se aplicava, e nas restantes em que tal regime não era aplicável, efetuou consultas através da plataforma eletrónica.

Durante o ano foram lançados os seguintes concursos / consultas públicos:

- › 01/2017 – Concurso Público Internacional para o Fornecimento de 173 Autocarros para Transporte Urbano de Passageiros e Serviços de Manutenção;
  - › 02/2017 – Concurso Público Internacional para o Fornecimento de 15 Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção;
  - › 03/2017 – Consulta para o Fornecimento e Instalação de Sistema de Detecção e Extingção Automática de Fogo no Posto de Compartimento do Motor;
  - › 04/2017 – Consulta para o Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão e em Baixa Tensão Especial;
  - › 05/2017 – Consulta para o Fornecimento do Título de Transporte Monomodal Agente Único da STCP, S.A.;
  - › 06/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços destinados à Manutenção Preventiva, Limpeza e Higienização de Aparelhos de Ar Condicionado Split Instalados na STCP, S.A.;
  - › 07/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Jardinagem e Desmatagem;
  - › 08/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Comunicações Fixas, Redes de Dados de Interligação entre Estações de Recolha/Sede e Acesso *Internet* (anulado);
  - › 09/2017 – Concurso Público Internacional para a Construção, Exploração e Manutenção de um Posto de Abastecimento de Gás Natural Liquefeito na Estação de Recolha da Via Norte e o Fornecimento de Gás Natural Veicular para a Frota da STCP;
  - › 10/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Jardinagem e Desmatagem;
  - › 11/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Obtenção de Matrícula de Guarda-Freio para Colaboradores da STCP;
  - › 12/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Vigilância Através de Meios Humanos;
  - › 13/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Auditoria de Segunda Parte de Conformidade e Garantia Técnica da Aquisição e Fornecimento dos Autocarros de Serviço Público Urbano de Passageiros ao abrigo de Concurso Público Internacional;
  - › 14/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho (anulado);
  - › 15/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Certificação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho;
  - › 16/2017 – Concurso Público Internacional para a Limpeza de Instalações e Viaturas (exceto Torre das Antas);
  - › 17/2017 – Consulta para o Fornecimento de Sistema Integrado “*Database Appliance*” para Base de Dados Oracle;
  - › 18/2017 – Consulta para a Prestação de Serviços de Comunicações Fixas, Rede de Dados e Interligação entre Estações de Recolha/Sede, Acesso *Internet*, Acessos de Voz e Números Azuis
  - › 19/2017 – Concurso Público Internacional para a Prestação de Serviços de Fiscalização e Controlo dos Títulos de Transporte, Fiscalização do Cumprimento dos Deveres que incumbem aos Passageiros e Vigilância em Autocarros.
- b) Os contratos celebrados em 2017 com valor superior a 5 milhões de euros, e não excecionados pela lei, foram os seguintes:
- › Fornecimento de 173 Autocarros para Transporte Urbano de Passageiros e Serviços de Manutenção;

► Fornecimento de 15 Autocarros Elétricos para Transporte Urbano de Passageiros, Equipamentos de Carregamento e Serviços de Manutenção.

Estes contratos foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas, tendo sido visados por aquele Tribunal em 24 de novembro de 2017.

c) A STCP tem procedimentos instituídos para as aquisições de bens e serviços, que são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente, por questões técnicas específicas, sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste direto. De acordo com os referidos procedimentos, e sempre que a Lei o determine, procede-se à abertura de concursos públicos.

A STCP tem em vigor, desde 2010, o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empresa, ao nível das condições de segurança e higiene do trabalho. O processo de seleção, avaliação e qualificação

de fornecedores está definido em procedimento interno, mediante a utilização de critérios que permitam, de forma objetiva aferir o cumprimento dos compromissos propostos, cuja última atualização data de novembro de 2014.

Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na matriz de processos integrada no Manual do Sistema Integrado de Gestão, cuja última revisão data de agosto de 2016, sendo objeto de revisão sempre que necessário.

## 6.12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

A STCP aderiu ao SNCP, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

No exercício de 2017 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste sistema.



## 6.13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Em conformidade com o determinado no artigo 124º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março (DLEO 2017).

PRC	UNID.	2017	2016	2015	2017/2016	
		EXEC.	EXEC.	EXEC.	Δ ABS.	VAR%
(0) EBITDA (a)	milh.€	-925	-2.590	-3.823	1.666	64%
(1) CMVMC	milh.€	1.181	1.255	859	-74	-5,9%
(2) FSE	milh.€	18.500	17.280	19.270	1.220	7,1%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	milh.€	29.021	30.136	28.796	-1.115	-3,7%
(3i) Indemnizações pagas por rescisão	milh.€	52	27	918	25	93%
(3ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	milh.€	0	133	0	-133	-100%
(3iii) Impacto da aplicação dos arts 20º e 21 da LOE 2017	milh.€	738	0	0		
<b>(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)</b>	<b>milh.€</b>	<b>48.702</b>	<b>48.671</b>	<b>48.925</b>	<b>31</b>	<b>0,1%</b>
(5) Volume de negócios (VN) (b)	milh.€	45.825	41.388	41.287	4.437	11%
(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)	%	106%	118%	118%	-11 pp	-9,6%
(i) Gastos com Comunicações (FSE) (c)	milh.€	178	134	104	44	33%
(ii) Gastos com Deslocações e alojamento (FSE) (d)	milh.€	13	5	2	8	140%
(iii) Ajudas de custo (Gastos com Pessoal) (e)	milh.€	1	4	1	-4	-85%
(iv) Gastos com as viaturas	milh.€	179	154	160	25	17%
<b>Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)</b>	<b>milh.€</b>	<b>370</b>	<b>297</b>	<b>267</b>	<b>73</b>	<b>25%</b>
Número total de RH (OS+CD+trabalhadores) (f)	nº	1.253	1.244	1.183	9	0,7%
Número Órgãos Sociais (OS) (g)	nº	11	12	12	-1	-8,3%
Número de cargos de direção (CD) (h)	nº	10	10	7	0	0,0%
Número de Trabalhadores (sem OS e sem CD) (h)	nº	1.232	1.222	1.164	10	0,8%
Nº Trabalhadores / Nº CD	nº	123	122	166	1	0,8%
Nº de viaturas	nº	50	52	52	-2	-3,8%

(a) Resultados antes de depreciações, gastos financiamento, impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho, componente financeira das rendas de *leasing* operacional. 2015 expurgado de cerca de 600 mil euros, da sentença judicial e acordo extrajudicial, relativo ao pagamento a motoristas dos tempos de deslocação entre etapas com intervalos superiores a duas horas, até 2014. 2016 expurgado de: cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento descansos compensatórios do pessoal, de 2003 a 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015); cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16 e do valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativo ao Memorando de Entendimento celebrado com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativos aos imóveis da empresa.

(b) Volume de negócios = vendas e serviços prestados + outros rendimentos e ganhos + trabalhos para a própria empresa + compensações pelas Obrigações de Serviço Público. Expurgado das compensações tarifárias andante.

(c) Conta 6262 SNC.

(d) Conta 6251 SNC.

(e) Contas 63127 e 63227 SNC.

(f) A 31 de dezembro. Inclui órgãos sociais e trabalhadores cedidos. Não inclui trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento.

(g) A 31 de dezembro. A partir de 2012: 4 Conselho Administração, 3 Mesa Assembleia Geral, 4 Conselho Fiscal (inclui suplente) e 1 ROC. Em, 2010 5 Conselho Administração, 3 Mesa Assembleia Geral, 4 Conselho Fiscal (inclui suplente) e 1 ROC. A 27dez17 renunciou um vogal do Conselho de Administração.

(h) A 31 de dezembro.

**Foram cumpridas as seguintes orientações:**

- › o EBITDA recorrente de 2017 é negativo, no montante de 925 mil euros, apresentando um desagravamento de 64% comparativamente com o ano de 2016;
- › regista-se uma redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, no seu conjunto, de 32% (23,6 milhões de euros) face ao ano de 2010;
- › em 2017, o peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios é de 106%, inferior ao verificado em 2016, que foi de 118%;
- › em 2017 o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel dos gastos com comunicações é superior ao registado em 2016 em 26,2% (77 mil euros). No orçamento 2017, aprovado, foi previsto um crescimento deste conjunto de gastos em 78 mil euros,

face ao ano anterior, pelo que foi solicitado às Tutelas Setorial e Financeira autorização para ultrapassar o limite estabelecido. O pedido de exceção para o estipulado na alínea b) do nº 4 do DLEO foi autorizado pelo Despacho nº 646/17-SET de 14.08.2017;

› a 31 de dezembro de 2017 a empresa tinha 50 viaturas de apoio (em propriedade plena e ALD), tendo reduzido 2 viaturas face a 31 de dezembro de 2016;

› registou-se um aumento do número de trabalhadores por cargo de direção (CD).

**Recursos Humanos (RH)**

A 31 de dezembro de 2017 o efetivo da STCP, sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento, era constituído por 1.242 trabalhadores.

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução do efetivo da empresa no período 2015 - 2017, à data de 31 de dezembro, e as respetivas movimentações no ano de 2017:

EFETIVO A 31 DE DEZEMBRO	2017	2016	2015
Total do efetivo [1]	1.242	1.232	1.171
variação ano n - (n-1)	10	61	

[1] Sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

MOVIMENTO DO EFETIVO	2017
<b>ENTRADAS</b>	<b>47</b>
<b>Admissões</b>	<b>42</b>
Pessoal Tripulante (motoristas e guarda-freios)	31
Pessoal Manutenção	10
Técnico licenciado	1
<b>Regresso de licenças sem vencimento</b>	<b>5</b>
<b>SAÍDAS</b>	<b>37</b>
Reformas	27
Outros	5
Licenças sem vencimento	5
<b>ENTRADAS - SAÍDAS</b>	<b>10</b>

Em 22 de maio de 2017, a STCP efetuou um pedido de autorização à Tutela, para contratação de 10 novos colaboradores para a Unidade de Manutenção da sua frota de autocarros. Este pedido foi autorizado pelo Despacho nº 1221/17, de 29.12.2017, do Secretário de Estado do Tesouro.

Em 2 de junho de 2017, a STCP efetuou um pedido de autorização à Tutela, para contratação de pessoal tripulante, 26 motoristas / guarda-freios afetos ao serviço público de transporte de passageiros, para substituição dos 14 elementos que se reformaram no primeiro semestre e dos 12 que estavam previstos saírem, por reforma, até ao final do ano. Este pedido foi autorizado através do Ofício nº 1569, datado de 25-08-2017, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, onde consta o despacho de 24.08.2017 do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, com o seguinte teor: *"Face ao parecer positivo da Secretaria-Geral, autorizo a contratação de 26 motoristas / guarda-freios, nos termos propostos."*

Em 7 de agosto de 2017, a STCP efetuou um pedido de autorização à Tutela, em complemento do pedido efetuado a 2 de junho de 2017, para contratação de 12 motoristas / guarda-freios afetos ao serviço público de transporte de passageiros, para substituição de mais 12 elementos previstos saírem, por reforma ou outros motivos, até ao final do ano. Este pedido foi autorizado através do Ofício nº 1680, datado de 26.09.2017, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, onde consta o despacho de 22.09.2017 do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, com o seguinte teor: *"Autorizo a contratação de 12 motoristas / guarda-freios, nos termos da presente informação. As contratações devem ser articuladas com cessações de funções dos trabalhadores a substituir, de forma que não haja lugar a aumentos de efetivos nem de despesas com o pessoal."*

No que respeita a esta autorização de 12 motoristas / guarda-freios, apenas foi procedido à admissão de 5 trabalhadores em 2017, dado que não ocorreram as cessações de funções dos restantes trabalhadores a substituir, até ao final do ano.

Verificou-se ainda, no ano de 2017, a contratação de um técnico licenciado, para o apoio jurídico da empresa. Este contrato foi realizado em regime de comissão de serviço, com início em 1 de abril de 2017, pelo prazo de um ano, prorrogável por períodos iguais e sucessivos. No entanto, qualquer das partes poderia, a todo o tempo, fazer cessar o contrato, mediante aviso prévio. Este contrato foi entretanto denunciado com efeitos a 31 de janeiro de 2018.

## 6.14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOUREARIA DO ESTADO

De acordo com o Despacho nº 1140/16 da SEATF, de 10 de novembro, foi autorizado à STCP o regime de exceção parcial à Unidade de Tesouraria do Estado no que respeita a operações de financiamento, por falta de enquadramento legal, a garantias bancárias, a valores imobiliários sob custódia, à compra e venda de moeda estrangeira e ainda a pedidos de numerário.

O Despacho acima referido respondeu ao pedido de aplicação do regime de exceção ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado efetuado pela STCP, para o ano de 2016, pelo prazo de dois anos (2016 e 2017), efetuado nos termos do artigo 86º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março.

No ano, a empresa concentrou a maioria das suas disponibilidades na Conta de Depósitos à Ordem aberta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., e procedeu, de igual modo, no que diz respeito à gestão corrente de serviços bancários, utilizando os serviços disponibilizados pelo IGCP.

De referir que, no ano, a empresa não efetuou qualquer aplicação financeira, nem auferiu juros em resultado das disponibilidades financeiras existentes em Depósitos à Ordem fora do âmbito do IGCP, que se apresentam na tabela seguinte:

BANCA (VALORES EM EUROS)	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
Novo Banco	8.513	8.341	8.169	7.996
Banco BPI	28.272	29.166	360.401	329.166
Banco Santander Totta	324.898	304.124	570.738	104.271
Banco Millenniumbcp	568.159	815.603	900.709	107.849
Caixa Geral de Depósitos	31.054	32.619	64.949	21.416
Montepio Geral	18.029	14.856	8.647	26.988
Agência Gestão Tesouraria Dívida Pública – IGCP	1.355.126	11.865.028	9.374.238	2.733.552
<b>Total</b>	<b>2.334.051</b>	<b>13.069.737</b>	<b>11.287.851</b>	<b>3.331.238</b>
<b>Juros Auferidos desde 1 janeiro 2017</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 6.15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Na sequência de um pedido da Assembleia da República, o Tribunal de Contas decidiu examinar os processos de anulação dos contratos de subconcessão da exploração da rede de transportes públicos da STCP e da MDP, pelo que, no ano de 2017, procedeu à realização da “Auditoria à anulação dos atos de adjudicação das subconcessões dos transportes públicos prestados pela STCP e pela MDP”.

O Relatório n.º 16/17-2ª Secção desta auditoria, pode ser obtido em:

[https://www.tcontas.pt/pt/actos/rel\\_auditoria/2017/2s/rel016-2017-2s.shtm](https://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2017/2s/rel016-2017-2s.shtm)

No âmbito das conclusões da auditoria foi recomendado pelo Tribunal de Contas, aos Conselhos de Administração da STCP, S.A. e da Metro do Porto, S.A, o seguinte:

1. *No recurso ao ajuste direto, aplicar, com todo o rigor, as normas do CCP, tendo em atenção a jurisprudência do Tribunal de Contas.*

2. *Nos processos de concessão ou subconcessão que substanciem parcerias público-privadas, observar as normas aplicáveis do Regime Jurídico das Parcerias Público Privadas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111/1012, de 23 de maio).*

3. *Nos procedimentos pré-contratuais de concessão ou subconcessão, proceder ao planeamento rigoroso e completo, de forma a que resultem peças do procedimento de contratação com descrição clara, precisa, completa e atualizada das necessidades que visam satisfazer e do resultado que pretendem alcançar.*

4. *Não celebrar contratos de concessão ou subconcessão sem estar na posse de fundamento detalhado das economias esperadas com a afetação dos recursos públicos.*

5. *As eventuais deliberações de anulação de contratos públicos devem ser acompanhadas da demonstração do custo-benefício dos respetivos impactos económico-financeiros.*

A STCP, S.A. aplicou em 2017 as normas de Contratação Pública.



## 6.16. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO DIVULGADA A 31 DEZEMBRO 2017 SÍTIO DO SEE PORTAL DA DGTF	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	
<b>Estatutos</b>	<b>S</b>	<b>31/jul/17</b>	<b>enviado a 30-jan-18</b>
<b>Caraterização da Empresa</b>	<b>S</b>	<b>30/jul/15</b>	<b>enviado a 30-jan-18</b>
<b>Função de tutela e acionista</b>	<b>S</b>	<b>12/jan/16</b>	
<b>Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais</b>			
Identificação dos órgãos sociais	S	06/jun/17	
Estatuto remuneratório fixado	S	06/jun/17	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	06/jun/17	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros dos órgãos sociais	S	06/jun/17	
<b>Esforço financeiro público</b>	<b>S</b>	<b>13/abr/16</b>	<b>atualizado a 04-jan-18</b>
<b>Ficha síntese</b>	<b>S</b>	<b>28/jun/16</b>	<b>atualizado a 30-jan-18</b>
<b>Informação financeira histórica e atual</b>	<b>S</b>	<b>09/jun/16</b>	<b>enviado a 30-jan-18</b>
<b>Princípios de bom governo</b>			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	09/jun/16	enviado a 30-jan-18
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	09/jun/16	enviado a 30-jan-18
Outras transações	S	09/jun/16	enviado a 30-jan-18
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S	09/jun/16	enviado a 30-jan-18
Social	S	09/jun/16	enviado a 30-jan-18
Ambiental	S	09/jun/16	enviado a 30-jan-18
Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo	S	09/jun/16	enviado a 30-jan-18
Código de ética	S	09/jun/16	

S - Sim / N- Não / N.A. - Não aplicável

## 6.17. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

### CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2017

#### Objetivos de Gestão [1]

Ebitda (de gestão) do modo rodoviário

Resultado Rodoviário

Velocidade média

Taxa de cumprimento do serviço

Veículos km de serviço

Nº de Reclamações por milhão veic. km

Nº de Reclamações por milhão passag.

Obrigações de Serviço Público (OSP)

#### Metas a atingir no PAO 2017

EBTIDA recorrente

CMVMC + FSE + Gastos c/ Pessoal s/ Indemnizações

Gastos com pessoal

Nº de efetivos

Peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios

Conjunto de gastos Comunicações, deslocações, ajudas de custo e aloj., e gastos associados à frota

#### Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE

#### Gestão do Risco Financeiro

#### Limites de Crescimento do Endividamento

#### Evolução do PMP a fornecedores

#### Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

#### Recomendações do acionista na aprovação de contas

a) dar cumprimento ao disposto na alínea a) e b) do nº 4 o artigo 124º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março

b) dar cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 123º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março

#### Remunerações:

Não atribuição de prémios de gestão

CA - reduções remuneratórias vigentes em 2017

Fiscalização (CF/ROC) - reduções remuneratórias vigentes em 2017

Auditor Externo- redução remuneratória vigente em 2017

Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art. 38º da Lei 83-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro

#### EGP - artigo 32º e 33º

Não utilização de cartões de crédito

Não reembolso de despesas de representação pessoal

Valor máximo das despesas associadas a comunicações

Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

#### Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artigo 16 do RJSPE e artigo 11º do EGP

Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais

#### Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014

Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens

#### Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção

#### Contratação Pública

Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa

Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas

Contratos submetidos a visto prévio do TC

#### Auditorias do Tribunal de Contas [2]

#### Parque Automóvel

Nº de viaturas

#### Gastos Operacionais das Empresas Públicas

#### Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)

Disponibilidades centralizadas no IGCP

Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial

Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado

CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO/REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
N	-125%	Ponto 6.1. a)
N	-262%	Ponto 6.1. a)
S	1%	Ponto 6.1. a)
S	2%	Ponto 6.1. a)
S	1%	Ponto 6.1. a)
S	-40%	Ponto 6.1. a)
S	-54%	Ponto 6.1. a)
N	-64%	Ponto 6.1. a)
S	aumento de 64%	Ponto 6.1. b) e 6.13.
S	redução de 32%	Ponto 6.1. b) e 6.13.
S	redução de 4,4%	Ponto 6.1. b) e 6.13.
S	aumento em 10	Ponto 6.13 Foi autorizado o aumento do efetivo
S	106%. Inferior ao ano anterior	Ponto 6.13
S	aumento de 26,2%	Ponto 6.1. b) e 6.13 Exceção autorizada pelo Despacho nº 646/17-SET de 14.08.2017
N.A.		
S	Taxa média de financiamento 1,72%	Ponto 6.2.
S	1,4%	Ponto 6.3.
S	-10 dias	Ponto 6.4.1.
S	61.944 euros	Ponto 6.4.2.
		Ponto 6.5.
S		Pontos 6.5. e 6.1
S		Pontos 6.5., 6.1. e 6.13.
S		Ponto 6.6.
S	7.527 euros	Ponto 6.6.
S	2.242 euros	Ponto 6.6.
N.A.		Ponto 6.6.
N.A.		
S		Ponto 6.7.
S		Ponto 6.8.
		Ponto 6.9.
S	<a href="http://www.stcp.pt/pt/institucional/governo-societario/plano-de-igualdade/">http://www.stcp.pt/pt/institucional/governo-societario/ plano-de-igualdade/</a>	
N		Ponto 6.10.
S		Ponto 6.11.
S		Ponto 6.11.
S	dois contratos	Ponto 6.11.
S	explicitadas no ponto referido	Ponto 6.15.
S	50	
S		Ponto 6.13.
S	% disponibilidades	Ponto 6.14.
S	597.686 euros	Ponto 6.14.
S	0 euros	Ponto 6.14.





## PERSPETIVAS PARA 2018

Em janeiro de 2018 tomou posse o Conselho de Administração para o mandato 2018 – 2020, designado pelas Deliberações Sociais Unânicas Por Escrito de 29 de dezembro de 2017 e 12 de janeiro de 2018, considerando que no dia 29 de novembro de 2016, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, estabelecendo a delegação de competências de autoridade de transportes do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP).

Ao longo do ano de 2018 será consolidado o novo modelo de gestão e de descentralização das competências de autoridade de transporte, em benefício dos seis municípios da AMP servidos pela rede de transportes da STCP.

Com a previsão da entrada em operação de 50 novos autocarros, em 2018, 15 movidos a energia elétrica e 35 movidos a gás natural, do total dos 188 contratados, com entrada programada até meados de 2020, é iniciado o contributo significativo da STCP para a “descarbonização da economia” e, por esta via o de reforço da qualidade do serviço prestado.

O Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que entrará em vigor a 25 de maio de 2018 ditará a alteração de alguns procedimentos em vigor na empresa.







**DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA**  
(Nos termos do artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais)



## 8.1. BREVE DESCRIÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL DA EMPRESA

O Estado Português é o detentor de 100% do capital, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia apenas à rubrica capital social, no montante de 213.152.770 euros, encontrando-se totalmente realizado. O capital social é representado por 42.630.554 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada uma.

A STCP adota o modelo de governo monista latino, composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC, de acordo com o definido nos estatutos da sociedade.

Mais informação está disponível para consulta no capítulo 5 Governo da Sociedade do Relatório e Contas individual de 2017 da STCP, S.A. ou em:

<http://www.stcp.pt/pt/institucional/governo-societario/identificacao-da-empresa/>

## 8.2. DESCRIÇÃO, RESULTADOS, RISCOS E INDICADORES DAS POLÍTICAS SEGUIDAS PELA EMPRESA

### 8.2.1. QUESTÕES AMBIENTAIS

Em 2017, a STCP manteve o comprometimento com a *Union Internationale des Transports Publics* (UITP), na área da sustentabilidade, como Full Signatory Member da carta de sustentabilidade da UITP. A adesão voluntária a esta Carta pretende garantir que os seus membros aplicam as melhores práticas de desenvolvimento sustentável e melhoria contínua na prossecução das suas atividades.

No quarto trimestre do ano decorreu a auditoria de renovação das certificações do sistema de gestão, nas vertentes da qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, que determinou a adequabilidade do sistema de gestão da STCP aos três referenciais normativos em que se encontra certificado, entre eles a NP EN ISO 14001:2012 – Sistemas de Gestão Ambiental.

(a informação seguinte consta do capítulo 3.5. Responsabilidade ambiental do Relatório e Contas individual de 2017 da STCP, S.A., onde podem, ser consultados os quadros com a evolução dos indicadores desde 2014).

### Frota: emissões de poluentes atmosféricos

Em 2017 as emissões de CO<sub>2</sub> da frota de autocarros aumentaram 4,9%, em linha com os consumos e as emissões de CO<sub>2</sub> por veículos km total aumentaram 1,5%, situando-se em 1,6 kg por veículos km totais.

### Distribuição da frota em 2017 por normas EURO

A frota da STCP é composta por veículos que cumprem as normas EURO II (46%), EURO III (25%), EURO V (7%) e EEV (22%), ou seja, cerca de 29% da frota cumpre já as normas mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

### Consumo de energia em toneladas equivalentes de petróleo (tep)

O consumo de energia, em tep, apresentou um aumento de 3,8% relativamente a 2016, essencialmente por via do aumento dos veículos km de autocarro.

### Água

O consumo total de água reduziu 0,8% face a 2016.

### Gestão de resíduos

A STCP efetua a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a respetiva valorização.

Em 2017 continuou a verificar-se um aumento dos resíduos perigosos de baterias e lâmpadas fluorescentes e um decréscimo nos óleos usados relativamente a 2016.

Relativamente aos resíduos industriais não perigosos registou-se um aumento quer nos banais, quer nos resíduos metálicos e uma diminuição na madeira.

Não houve resíduos de demolição e construção em 2017.

## 8.2.2. QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES, À IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS, À NÃO DISCRIMINAÇÃO

Na auditoria de renovação das certificações do Sistema Integrado de Gestão, foi também determinada a adequabilidade do sistema de gestão da STCP ao referencial normativo em que se encontra certificada, denominada OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

A STCP adotou o Plano de igualdade, conforme determinado no nº 2 do artigo 50º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 19/2012, de 23 de março e considera-se que é praticada na empresa uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres relativamente a vários campos como o recrutamento e seleção do pessoal, formação e aprendizagem, remuneração e gestão da carreira, assim como na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. A empresa pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação, promovendo a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus trabalhadores.

O Plano de Igualdade encontra-se divulgado na respetiva página da *intranet*, acessível por todos os trabalhadores.

Foi também elaborado o Relatório sobre Remunerações por Género referente ao ano de 2017, relativo às remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 18/2014, de 7 de março, a publicar oportunamente.

Relativamente ao rácio de remuneração mulher/homem, na STCP ele é igual a 1, uma vez que para toda e qualquer categoria profissional não existe diferenciação em função do género. As diferenças remuneratórias que possam existir entre géneros para a mesma categoria, são perfeitamente justificáveis em função da análise da hierarquia, relativamente ao desempenho de cada indivíduo resultante do Sistema de Evolução Profissional.

Foi também reportada informação, sempre que solicitado, no âmbito da monitorização do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, conforme previsto no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, aprovado pela RCM nº 103/2013, de 31 de dezembro.

É praticada a livre associação de trabalhadores, sendo que cerca de 89% dos trabalhadores da empresa estão filiados em sindicatos.

No que respeita às relações interpessoais dentro da organização, os princípios e boas práticas de procedimento encontram-se consagrados no Código de Ética e de Conduta.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se disponíveis na *intranet* para consulta de todos os trabalhadores.

Quer no apoio logístico, quer no apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores, a empresa substancia uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Esta entidade organizou diversas atividades, das quais se destacam, a festa de Natal e a colónia de férias para os filhos dos trabalhadores.

A STCP continua a atribuir aos trabalhadores com filhos a frequentar infantários e com uma idade inferior a 6 anos, uma comparticipação fixa.

É assegurado, a todos os trabalhadores, o acesso ao refeitório situado nas instalações da empresa em Francos com serviço de refeições, pelo custo de produção. Durante o ano de 2017 o refeitório manteve-se sob a gestão do CCDT-STCP, tendo o número médio diário de refeições servidas sido da ordem das 100 refeições.

A empresa proporciona também, em todas as instalações, o acesso a máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

### Saúde dos trabalhadores

O posto clínico, localizado nas instalações de Francos, manteve em 2017 uma elevada contribuição em termos de cuidados de saúde, tendo sido efetuadas 4.035 consultas de clínica geral e especialidade, continuando a estomatologia a representar um significativo número de consultas (946). Foram ainda realizados cuidados de enfermagem, quer nas instalações de Francos, quer no posto localizado nas instalações da Via Norte.

Foram realizadas 1.849 consultas pela medicina do trabalho, representando uma variação de cerca de 17% do número total, face ao ano anterior. Destas, 973 corresponderam a exames periódicos o que representou um acréscimo de cerca de 23% das consultas realizadas por este motivo, face ao ano anterior. Foram também efetuados no ano 2.009 exames sensoriais, considerando todos as categorias profissionais, visto continuarem a incluir o protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

O controlo de alcoolemia, integrado na medicina do trabalho, realizou 4.436 testes, tendo registado quatro testes positivos.

No âmbito dos acordos de contratação coletiva, a empresa possibilita o pagamento da parte não comparticipada, relativamente à comparticipação medicamentosa. No posto clínico da STCP existe assistência de medicina curativa.

### **Segurança dos trabalhadores**

Tendo como meta a correta avaliação das condições de trabalho, foram efetuadas diversas visitas aos locais de trabalho. Durante o ano de 2017 realizaram-se 40 inspeções de higiene e segurança do trabalho às instalações, postos de trabalho e equipamentos.

Ao longo do ano de 2017 realizaram-se 56 ações de formação e sensibilização integrando a temática da segurança, sendo contabilizadas 526 participações. Nestas, participaram 451 colaboradores, designadamente na formação contínua e de admissão de motoristas, formação em medidas de autoproteção, na segurança ligada à condução automóvel, sendo também relevante a formação de evacuação de edifícios e brigadas de incêndio.

(no capítulo 3.6. Responsabilidade perante os trabalhadores, do Relatório e Contas individual de 2017 da STCP,S.A., podem ser consultados os quadros com a evolução dos indicadores desde 2014)

### **8.2.3. QUESTÕES RESPEITANTES AOS DIREITOS HUMANOS, AO COMBATE À CORRUPÇÃO E ÀS TENTATIVAS DE SUBORNO**

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um Código de Ética e de Conduta próprio, que se encontra amplamente divulgado no sítio da empresa para consulta generalizada e na *intranet* para consulta dos trabalhadores.

O Código de Ética e de Conduta é o instrumento no qual se inscrevem os valores que pautam a atuação da STCP na execução do serviço público, bem como os princípios éticos e as normas de conduta a que a empresa globalmente e os seus colaboradores, em concreto, se encontram sujeitos e assumem como intrinsecamente seus.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se disponíveis na *intranet* para consulta de todos os trabalhadores.

A STCP aplica uma política de recursos humanos alicerçada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação, incentivando a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus colaboradores.

Em 2017 não foi elaborado o relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme disposto no nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da STCP, bem como os relatórios de anos anteriores, encontram-se divulgados internamente, com a sua publicação na *intranet* para conhecimento de todos os trabalhadores, e publicado no sítio da empresa.







## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS





O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 14.910.937,48 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 23 de abril de 2018

### **O Conselho de Administração**

Presidente executivo:

(Paulo de Azevedo Pereira da Silva)

Vogais executivos:

(Ângelo Augusto Santos Oliveira)

(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)

Vogais não executivos:

(Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos)

(Avelino José Pinto de Oliveira)





**ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**





### Acionistas em 31 de dezembro de 2017

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

ACIONISTA	NÚMERO DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL
Estado Português	42.630.554	100%

Não obstante a Deliberação Social Unânime por Escrito do acionista Estado referente ao último aumento de capital ser de 30 de novembro de 2017, o registo do aumento de capital junto da Conservatória do Registo Comercial foi efetuado em 19 de fevereiro de 2017.

Porto, 23 de abril de 2018

### O Conselho de Administração

Presidente executivo:

(Paulo de Azevedo Pereira da Silva)

Vogais executivos:

(Ângelo Augusto Santos Oliveira)

(Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça)

Vogais não executivos:

(Paula Cristina David Vaz Ribeiro Ramos)

(Avelino José Pinto de Oliveira)





**CONTAS DO EXERCÍCIO 2017**





## BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(montantes expressos em euros)

ATIVO	NOTAS	31-DEZEMBRO-2017	31-DEZEMBRO-2016
<b>Ativo não corrente</b>		<b>70.367.973,25</b>	<b>72.554.112,35</b>
Ativos fixos tangíveis	9	56.451.968,11	59.768.168,93
Propriedades de investimento	13	13.332.211,72	12.420.926,00
Ativos intangíveis	8	26.447,71	181.704,52
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7,15	465.523,08	103.539,24
Outros investimentos financeiros	29.1.2.1	91.822,63	79.773,66
<b>Ativo corrente</b>		<b>11.573.382,55</b>	<b>11.895.962,76</b>
Inventários	20	472.776,48	480.189,10
Clientes	29.2.3	3.251.009,93	2.846.672,18
Estado e outros entes públicos	32.2	882.646,20	1.212.495,33
Outros créditos a receber	32.4	2.874.737,43	3.853.007,44
Diferimentos	32.5	633.228,97	618.586,01
Caixa e depósitos bancários	5	3.458.983,54	2.885.012,70
<b>Total do ativo</b>		<b>81.941.355,80</b>	<b>84.450.075,11</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	29.4.1	213.152.770,00	143.289.490,00
Reservas legais	29.4.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	29.4.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		-653.591.194,69	-627.535.189,08
Excedentes de revalorização	29.4.3	42.787.993,72	43.551.099,80
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	29.4.4	4.409.348,40	3.807.998,75
Resultado líquido do período		-14.910.937,48	-26.787.587,66
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-408.051.384,83</b>	<b>-463.573.552,97</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>		<b>394.072.690,13</b>	<b>441.692.177,16</b>
Provisões	23	19.911.994,28	12.803.605,78
Financiamentos obtidos	29.1.1	276.330.596,67	315.820.201,47
Responsabilidades por benefícios pós-reforma	30	477.652,00	565.736,00
Outros passivos financeiros	29.1.3	97.352.447,18	112.502.633,91
<b>Passivo corrente</b>		<b>95.920.050,50</b>	<b>106.331.450,92</b>
Fornecedores	32.1	1.135.513,99	2.417.412,53
Estado e outros entes públicos	32.2	990.639,09	1.010.210,17
Financiamentos obtidos	29.1.1	54.614.375,63	54.504.490,20
Outras dívidas a pagar	32.3	6.414.047,65	15.774.541,88
Diferimentos	32.5	1.895.786,44	1.966.403,97
Outros passivos financeiros	29.1.3	30.869.687,70	30.658.392,17
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do passivo</b>		<b>489.992.740,63</b>	<b>548.023.628,08</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>81.941.355,80</b>	<b>84.450.075,11</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

Período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	22	45.645.941,55	42.797.253,96
Subsídios à exploração	24	1.661.058,86	
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15	241.703,31	-35.037,96
Trabalhos para a própria entidade	8.9	13.514,79	12.497,62
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	-1.180.990,66	-1.254.918,88
Fornecimentos e serviços externos	32.6	-18.499.628,26	-17.279.922,21
Gastos com o pessoal	30.2	-29.811.705,55	-30.296.061,85
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	20	22.065,45	40.047,29
Imparidade de dívidas a receber (Perdas / reversões)	29.2.3	555,00	361,86
Provisões (Aumentos / reduções)	23	-7.108.388,50	9.293.112,39
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	29.1.2.1	-1.825,12	-2.150,49
Aumentos/ reduções de justo valor	13	760.479,85	-1.191.385,16
Outros rendimentos	32.8	2.397.676,37	2.288.859,86
Outros gastos	32.7	-1.202.777,12	-10.751.268,69
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-7.062.320,03</b>	<b>-6.378.612,26</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9	-3.694.072,64	-4.314.709,39
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	14		-1.632.090,47
<b>Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-10.756.392,67</b>	<b>-12.325.412,12</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12	15.150.186,73	2.745.615,26
Juros e gastos similares suportados	12	-19.286.253,17	-17.194.169,17
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-14.892.459,11</b>	<b>-26.773.966,03</b>
Imposto sobre o rendimento do período	27	-18.478,37	-13.621,63
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-14.910.937,48</b>	<b>-26.787.587,66</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	47.307.000,41	42.797.253,96
Custo das vendas e dos serviços prestados	-46.961.567,79	-46.281.614,44
<b>Resultado bruto</b>	<b>345.432,62</b>	<b>-3.484.360,48</b>
Outros rendimentos	5.064.466,98	13.300.179,51
Gastos de distribuição	-1.557.176,68	-1.513.438,22
Gastos administrativos	-4.124.025,38	-4.913.138,81
Outros gastos	-10.485.090,21	-15.714.654,12
<b>Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-10.756.392,67</b>	<b>-12.325.412,12</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	-4.136.066,44	-14.448.553,91
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-14.892.459,11</b>	<b>-26.773.966,03</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-18.478,37	-13.621,63
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-14.910.937,48</b>	<b>-26.787.587,66</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

em 31 de dezembro de 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2016</b>	<b>1</b>	<b>85.505.125,00</b>	<b>74.907,42</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>			
Realização de excedentes de revalorização	29.4		
Excedentes de revalorização	29.4		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			
	<b>2</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>		
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>		
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>			
Realizações de capital		57.784.365,00	
	<b>5</b>	<b>57.784.365,00</b>	
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2016</b>	<b>6=1+2+3+5</b>	<b>143.289.490,00</b>	<b>74.907,42</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

em 31 de dezembro de 2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2017</b>	<b>6</b>	<b>143.289.490,00</b>	<b>74.907,42</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>			
Realização de excedentes de revalorização	29.4		
Excedentes de revalorização	29.4		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			
	<b>7</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>		
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>		
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>			
Realizações de capital		69.863.280,00	
	<b>10</b>	<b>69.863.280,00</b>	
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2017</b>	<b>6+7+8+10</b>	<b>213.152.770,00</b>	<b>74.907,42</b>

(montantes expressos em euros)

OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
<b>25.727,80</b>	<b>-596.860.056,56</b>	<b>38.052.012,98</b>	<b>3.097.630,69</b>	<b>-31.617.189,85</b>	<b>-501.721.842,52</b>
	1.238.451,47	-1.238.451,47			6.737.538,29
		6.737.538,29			
	-31.913.583,99		710.368,06	31.617.189,85	413.973,92
	<b>-30.675.132,52</b>	<b>5.499.086,82</b>	<b>710.368,06</b>	<b>31.617.189,85</b>	<b>7.151.512,21</b>
				<b>-26.787.587,66</b>	<b>-26.787.587,66</b>
				<b>4.829.602,19</b>	<b>-19.636.075,45</b>
					<b>57.784.365,00</b>
<b>25.727,80</b>	<b>-627.535.189,08</b>	<b>43.551.099,80</b>	<b>3.807.998,75</b>	<b>-26.787.587,66</b>	<b>-463.573.552,97</b>

(montantes expressos em euros)

OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
<b>25.727,80</b>	<b>-627.535.189,08</b>	<b>43.551.099,80</b>	<b>3.807.998,75</b>	<b>-26.787.587,66</b>	<b>-463.573.552,97</b>
	762.369,05	-762.369,05			-737,03
		-737,03			
	-26.818.374,66		601.349,65	26.787.587,66	570.562,65
	<b>-26.056.005,61</b>	<b>-763.106,08</b>	<b>601.349,65</b>	<b>26.787.587,66</b>	<b>569.825,62</b>
				<b>-14.910.937,48</b>	<b>-14.910.937,48</b>
				<b>11.876.650,18</b>	<b>-14.341.111,86</b>
					69.863.280,00
					<b>69.863.280,00</b>
<b>25.727,80</b>	<b>-653.591.194,69</b>	<b>42.787.993,72</b>	<b>4.409.348,40</b>	<b>-14.910.937,48</b>	<b>-408.051.384,83</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(montantes expressos em euros)

	NOTAS	2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		49.975.103,35	44.487.134,58
Pagamentos a fornecedores		-24.080.425,01	-21.418.680,35
Pagamentos ao pessoal		-24.031.272,25	-24.359.818,03
		<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>1.863.406,09</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		112.987,71	261.167,57
Outros recebimentos/pagamentos		-4.608.141,75	-5.236.355,19
		<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>-2.631.747,95</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-10.704.519,32	-556.325,39
Ativos intangíveis		-3.121,16	-15.628,68
Investimento financeiros		-13.597,58	-8.043,39
Outros ativos		-88.667,02	-199.769,64
		<b>-10.809.905,08</b>	<b>-779.767,10</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		946.798,75	384,13
Outros ativos		27.470,00	705.000,00
Subsídios ao investimento		942.940,18	1.044.509,94
Juros e rendimentos similares		395.006,72	319.931,90
		<b>2.312.215,65</b>	<b>2.069.825,97</b>
		<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-8.497.689,43</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		14.714.712,20	56.156,58
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		69.863.280,00	57.784.365,00
		<b>84.577.992,20</b>	<b>57.840.521,58</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-52.299.305,11	-50.263.947,97
Juros e gastos similares		-18.444.087,03	-7.993.410,83
Outras operações de financiamento		-2.131.191,84	-2.851.136,36
		<b>-72.874.583,98</b>	<b>-61.108.495,16</b>
		<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>11.703.408,22</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>573.970,84</b>	<b>-8.244.466,13</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.885.012,70	11.129.478,83
Caixa e seus equivalentes no final do período	5	3.458.983,54	2.885.012,70

## NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

### 1. Identificação da entidade e período de relato

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., pelo decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito setorial de aplicação do setor público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Nos termos do artigo 86º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, a empresa submeteu em julho de 2016 à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SEATF) o pedido de regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria, pelo prazo de dois anos, tendo sido concedida, pelo Despacho nº 1140/16, de 9 de novembro, autorização para exceção ao cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, no que respeita a garantias bancárias, operações de financiamento, custódia de valores mobiliários, compra de moeda estrangeira e pedidos de numerário.

A partir de 1 de janeiro de 2017, a empresa continuou a cumprir as orientações preconizadas no artigo 21º da lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, no que diz respeito à reposição das condições remuneratórias das rubricas salariais de subsídio de refeição, ajudas de custo e trabalho extraordinário de acordo com o previsto nos acordos de empresa existentes.

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a exploração do serviço público de transporte de passageiros por autocarro no território de seis municípios associados da AMP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato.

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Conforme definido no decreto-lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado um Contrato Interadministrativo de Constituição da “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, no qual se estabelece os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao Serviço Público de transportes de passageiros explorados pela STCP na área geográfica dos municípios, a criação de uma unidade técnica de apoio à gestão e as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público com o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, o qual termina a sua vigência no dia 31 de dezembro de 2024.

Em 2017, foi realizada a auditoria de renovação das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, na sequência da qual foi confirmada a certificação nos três referenciais até 15 de setembro de 2018.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 e estão apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 4.8..

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

### 2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

### 2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável.

## 3. Adoção pela primeira vez das NCRF: Divulgações transitórias

Não aplicável.

## 4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 4.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

### 4.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos

líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontre registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

### 4.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- › Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- › Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- › Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- › Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

#### 4.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

#### 4.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- › Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- › A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- › O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- › É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- › Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- › O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- › É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- › Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- › A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de *royalties* é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

#### 4.6. Contratos de construção

Não aplicável.

#### 4.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- › Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
- › Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos

da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

#### **4.8. Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) é praticamente inexistente e imaterial.

#### **4.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### **4.10. Subsídios do governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

#### **4.11. Benefícios pós-reforma**

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas pelo BPI PENSÕES.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

#### 4.12. Pagamentos com base em ações

Não aplicável.

#### 4.13. Imposto sobre rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

#### 4.14. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subsequentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes, à data de 31 de dezembro de 2016 (a avaliação anterior reportava-se a 31 de dezembro de 2015) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

(anos de vida útil)

RUBRICAS DO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ATÉ 1988	1989 e 1990	1991 a 2001	2002 a 2011	2012 a 2017
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	5 a 50	5 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

#### 4.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

#### 4.16. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- › Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- › Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- › Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- › O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- › Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- › É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas com *software*, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumulada. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

#### 4.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo *goodwill*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possa estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre o justo valor deduzido de custos para vender, e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

#### 4.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

#### 4.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### 4.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- › ao custo ou custo amortizado; ou
- › ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- › Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- › Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- › Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- › Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial,

os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

- › Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

- › As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

- › Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade em instrumentos de capital próprio.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- › A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

- › A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- › Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

- › A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

› No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

#### **4.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a swap de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para a qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- › a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- › os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- › a avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

#### **4.22. Exploração e avaliação de recursos minerais**

Não aplicável.

#### **4.23. Agricultura**

Não aplicável.

#### **4.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- › Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- › Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- › Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- › Provisões;
- › Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- › Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- › Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

#### 4.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### 5. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Numerário	127.744,94	89.466,67
Depósitos bancários	3.331.238,60	2.795.546,03
<b>Caixa e equivalentes de caixa no Balanço / Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	<b>3.458.983,54</b>	<b>2.885.012,70</b>

#### 6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício de 2017 e 2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

#### 7. Partes relacionadas

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DESIGNAÇÃO SOCIAL	SEDE	% PART.	ATIVIDADE
<b>Subsidiárias</b>			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
<b>Associadas</b>			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,30%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
<b>Outras participadas</b>			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,60%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2017 e 2016, encontram-se descritas no ponto 6.4 deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2017 e 2016, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2017				
DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Serviços obtidos		1.624.368,88	163.097,26	1.787.466,14
Serviços prestados		35.743.370,29	162.975,74	35.906.346,03

2016				
DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Serviços obtidos		902.372,68	146.823,29	1.049.195,97
Serviços prestados		30.735.429,68	210.028,67	30.945.458,35

Saldos com partes relacionadas em 2017 e 2016:

2017					
SALDOS	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	PESSOAS CHAVE DA GESTÃO	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Contas a receber correntes		3.398.640,30		11.390,72	3.410.031,02
Contas a pagar correntes		226.972,47		12.275,65	239.248,12

2016					
SALDOS	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	PESSOAS CHAVE DA GESTÃO	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Contas a receber correntes		2.912.406,47		24.669,19	2.937.075,66
Contas a pagar correntes		385.774,21		57.136,22	442.910,43

## 8. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR
<b>Valor líquido a 01.01.2017</b>		<b>83.583,18</b>
<b>Ativo bruto</b>		
Saldo a 01.01.2017	88.749,10	5.237.759,95
Movimentos de 2017		
Adições		310,25
Regularizações e transferências		2.285,29
Saldo a 31.12.2017	88.749,10	5.240.355,49
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Saldo a 01.01.2017	-88.749,10	-5.154.176,77
Movimentos de 2017		
Gastos de amortização		-65.119,45
Saldo a 31.12.2017	-88.749,10	-5.219.296,22
<b>Valor líquido a 31.12.2017</b>		<b>21.059,27</b>

ATIVOS INTANGÍVEIS	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR
<b>Valor líquido a 01.01.2016</b>		<b>166.105,83</b>
<b>Ativo bruto</b>		
Saldo a 01.01.2016	88.749,10	5.235.514,70
Movimentos de 2016		
Adições		2.245,25
Saldo a 31.12.2016	88.749,10	5.237.759,95
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Saldo a 01.01.2016	-88.749,10	-5.069.408,87
Movimentos de 2016		
Gastos de amortização		-84.767,90
Saldo a 31.12.2016	-88.749,10	-5.154.176,77
<b>Valor líquido a 31.12.2016</b>		<b>83.583,18</b>

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
<b>665,9</b>	<b>92.209,75</b>	<b>5.245,69</b>	<b>181.704,52</b>
98.439,49	1.106.517,00	5.245,69	6.536.711,23
		2.039,60	2.349,85
		-2.285,29	
98.439,49	1.106.517,00	5.000,00	6.539.061,08
-97.773,59	-1.014.307,25		-6.355.006,71
-277,46	-92.209,75		-157.606,66
-98.051,05	-1.106.517,00		-6.512.613,37
<b>388,44</b>		<b>5.000,00</b>	<b>26.447,71</b>
PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
<b>943,36</b>	<b>313.513,15</b>		<b>480.562,34</b>
98.439,49	1.106.517,00		6.529.220,29
		5.245,69	7.490,94
98.439,49	1.106.517,00	5.245,69	6.536.711,23
-97.496,13	-793.003,85		-6.048.657,95
-277,46	-221.303,40		-306.348,76
-97.773,59	-1.014.307,25		-6.355.006,71
<b>665,90</b>	<b>92.209,75</b>	<b>5.245,69</b>	<b>181.704,52</b>

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

RUBRICAS DO ATIVO FIXO INTANGÍVEL	ANOS DE VIDA ÚTIL
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 8
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2017 e de 2016, nos ativos intangíveis em curso:

	SALDO 01.01.2017	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2017
Programas de computador	5.245,69	2.039,60	-2.285,29		5.000,00
	<b>5.245,69</b>	<b>2.039,60</b>	<b>-2.285,29</b>		<b>5.000,00</b>

	SALDO 01.01.2016	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2016
Programas de computador		5.245,69			5.245,69
		<b>5.245,69</b>			<b>5.245,69</b>

# 2

## Autocarros / Bus

STCP 203 204 503 504 902

903 ZL

ESPÍRITO SANTO 18



## CAIS 1

### Internacional e Nacional

#### INTERNORTE

Espanha, França, Suíça,

Luxemburgo, Bélgica,

Alemanha, Holanda,

Reino Unido, Outras Ligações

#### AVIC

Lisboa, Viana, Monção,

Outras Ligações

## CAIS 3



### Autocarros / Bus

STCP 208 507 704 803

RES .NDE 104 119 MARLINE

Citizenn - car sharing →

↖ Rua Cinco de Outubro

INTERFACE  
CASA DA MÚSICA



STCP

Linha Azul

808 200 166

226 158 158

www.stcp.pt

## 9. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE
<b>Valor líquido a 01.01.2017</b>	<b>32.774.328,00</b>	<b>8.842.480,59</b>	<b>16.398.591,79</b>	<b>5.344,92</b>
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo a 01.01.2017	33.310.507,78	27.700.520,14	69.482.587,26	1.451.724,13
Movimentos de 2017				
Adições		35.497,51	183.863,83	47.584,58
Abates/vendas			-68.088,82	-195.636,19
Regular. e transferências	-56.056,59	-240.184,89	211.478,28	
Saldo a 31.12.2017	33.254.451,19	27.495.832,76	69.809.840,55	1.303.672,52
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo a 01.01.2017		-17.300.035,40	-53.083.995,47	-1.446.379,21
Movimentos de 2017				
Gastos de depreciação e amortização		-998.399,29	-2.424.262,36	-8.028,62
Abates/vendas			67.115,75	195.636,19
Regular. e transferências		90.695,29	718,76	
Saldo a 31.12.2017		-18.207.739,40	-55.440.423,32	-1.258.771,64
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>				
Saldo a 01.01.2017	-536.179,78	-1.558.004,15		
Transferências	12.721,31			
Perdas por imparidade				
Reversões				
Saldo a 31.12.2017	-523.458,47	-1.558.004,15		
<b>Valor líquido a 31.12.2017</b>	<b>32.730.992,72</b>	<b>7.730.089,21</b>	<b>14.369.417,23</b>	<b>44.900,88</b>

A coluna das adições inclui 13.514,79 euros de trabalhos para a própria entidade, sendo 687,65 euros de edifícios e outras construções, 10.239,53 euros de equipamento básico e 2.587,61 euros de ativos em curso.

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
<b>365.057,50</b>	<b>1.102.423,75</b>	<b>279.942,38</b>		<b>59.768.168,93</b>
4.322.473,90	1.859.999,19	279.942,38		138.407.754,78
67.025,47		91.822,77		425.794,16
-48.683,14				-312.408,15
57.288,97		-279.942,38		-307.416,61
4.398.105,20	1.859.999,19	91.822,77		138.213.724,18
-3.957.416,40	-757.575,44			-76.545.401,92
-103.211,15	-2.564,56			-3.536.465,98
48.127,22				310.879,16
-718,76				90.695,29
-4.013.219,09	-760.140,00			-79.680.293,45
				-2.094.183,93
				12.721,31
				-2.081.462,62
<b>384.886,11</b>	<b>1.099.859,19</b>	<b>91.822,77</b>		<b>56.451.968,11</b>

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE
<b>Valor líquido a 01.01.2016</b>	<b>19.756.321,00</b>	<b>15.597.171,82</b>	<b>18.614.378,41</b>	<b>15.520,81</b>
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo a 01.01.2016	19.993.907,78	34.642.341,83	69.152.545,15	1.451.724,13
Movimentos de 2016				
Revalorizações	13.316.600,00	-6.975.696,90		
Adições		30.536,79	115.532,27	
Abates/vendas		-507,42	-17.619,68	
Regular. e transferências		3.845,84	232.129,52	
Saldo a 31.12.2016	33.310.507,78	27.700.520,14	69.482.587,26	1.451.724,13
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Saldo a 01.01.2016		-18.820.663,33	-50.538.166,74	-1.436.203,32
Movimentos de 2016				
Gastos de depreciação e amortização		-1.353.229,52	-2.563.448,41	-10.175,89
Revalorizações		2.873.350,03		
Abates/vendas		507,42	17.619,68	
Regular. e transferências				
Saldo a 31.12.2016		-17.300.035,40	-53.083.995,47	-1.446.379,21
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>				
Saldo a 01.01.2016	-237.586,78	-224.506,68		
Transferências				
Perdas por imparidade	-298.593,00	-1.467.301,83		
Reversões		133.804,36		
Saldo a 31.12.2016	-536.179,78	-1.558.004,15		
<b>Valor líquido a 31.12.2016</b>	<b>32.774.328,00</b>	<b>8.842.480,59</b>	<b>16.398.591,79</b>	<b>5.344,92</b>

A coluna das adições inclui 12.497,62 euros de trabalhos para a própria entidade, sendo 510,27 euros de edifícios e outras construções e 11.987,35 euros de ativos em curso

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
<b>321.205,93</b>	<b>1.105.000,29</b>	<b>415.397,77</b>		<b>55.824.996,03</b>
4.236.439,10	1.859.999,19	415.397,77		131.752.354,95
				6.340.903,10
123.078,61		100.519,97		369.667,64
-37.043,81				-55.170,91
		-235.975,36		
4.322.473,90	1.859.999,19	279.942,38		138.407.754,78
-3.915.233,17	-754.998,90			-75.465.265,46
-78.930,27	-2.576,54			-4.008.360,63
				2.873.350,03
36.747,04				54.874,14
-3.957.416,40	-757.575,44			-76.545.401,92
				-462.093,46
				-1.765.894,83
				133.804,36
				-2.094.183,93
<b>365.057,50</b>	<b>1.102.423,75</b>	<b>279.942,38</b>		<b>59.768.168,93</b>

À data de 31 de dezembro de 2016, a empresa Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. solicitou uma avaliação externa e independente (Basis of Value – Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2016.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através do Método de Mercado e do Método do Rendimento tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 7.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode atribuir-se o “Justo Valor” usando uma abordagem pelo “rendimento” ou pelo “Custo de Reposição Depreciado”.

Importa realçar que, neste processo de avaliação, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e considerando a sua máxima e melhor utilização (uso alternativo).

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- › O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior e interior de todos os imóveis.
- › Foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.

› Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.

› Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.

› As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais são considerados como corretos.

› Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

› A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização de cada imóvel.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

RUBRICA	2017	2016
Terrenos e recursos naturais	2.175.113,03	2.231.169,62
Edifícios e outras construções	5.934.804,17	6.230.801,56
	<b>8.109.917,20</b>	<b>8.461.971,18</b>

Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado não existirem situações que se enquadrem neste âmbito.

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2017 e de 2016, nos ativos tangíveis em curso:

	SALDO 01.01.2017	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2017
Edifícios e outras construções	11.175,13		-11.175,13		
Equipamento básico	212.197,04	91.822,77	-212.197,04		91.822,77
Equipamento administrativo	56.570,21		-56.570,21		
	<b>279.942,38</b>	<b>91.822,77</b>	<b>-279.942,38</b>		<b>91.822,77</b>

	SALDO 01.01.2016	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2016
Edifícios e outras construções	3.845,84	11.175,13	-3.845,84		11.175,13
Equipamento básico	411.551,93	32.774,63	-232.129,52		212.197,04
Equipamento administrativo		56.570,21			56.570,21
	<b>415.397,77</b>	<b>100.519,97</b>	<b>-235.975,36</b>		<b>279.942,38</b>

Nos exercícios de 2017 e 2016 não se verificaram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

No ano de 2017 foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de cerca de quarenta e quatro milhões de euros.

## 10. Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

A empresa não possui ativos nestas condições.

## 11. Locações

### 11.1. Locações financeiras – locatários

Nos exercícios de 2017 e 2016, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 2.131.191,84 euros (inclui 62.969,14 euros de juros) e de 2.960.851,22 euros (inclui 109.714,86 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 4.966.471,34 euros e 6.915.545,32 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

ANOS	2017			2016		
	VALOR DESCONTADO PAG. MÍNIMOS	JUROS	TOTAL	VALOR DESCONTADO PAG. MÍNIMOS	JUROS	TOTAL
2017				1.890.420,82	56.299,76	1.946.720,57
2018	1.908.654,31	37.145,85	1.945.800,16	1.908.439,15	38.281,42	1.946.720,57
2019	1.926.307,41	19.492,75	1.945.800,16	1.926.629,22	20.091,35	1.946.720,57
2020	1.071.593,01	3.278,01	1.074.871,02	1.072.004,56	3.379,04	1.075.383,61
<b>Total</b>	<b>4.906.554,73</b>	<b>59.916,61</b>	<b>4.966.471,34</b>	<b>6.797.493,75</b>	<b>118.051,58</b>	<b>6.915.545,32</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

DESCRIÇÃO	2017			2016		
	VALOR AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS/ PERDAS POR IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO	VALOR AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS/ PERDAS POR IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO
<b>Ativos fixos tangíveis</b>						
Equipamento Básico	22.235.500,00	16.079.901,91	6.155.598,09	22.235.500,00	14.920.667,59	7.314.832,41
<b>Total</b>	<b>22.235.500,00</b>	<b>16.079.901,91</b>	<b>6.155.598,09</b>	<b>22.235.500,00</b>	<b>14.920.667,59</b>	<b>7.314.832,41</b>

## 11.2. Locação operacional

Nos exercícios de 2017 e 2016, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 21.489,76 euros e 15.751,46 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional (com serviços incluídos), a 31 de dezembro de 2017, apresentam os seguintes vencimentos:

ANOS	2017	2016
2017		28.468,12
2018	30.108,42	21.440,69
2019	27.886,97	21.440,69
2020	25.453,82	19.007,54
2021	17.871,90	12.500,00
<b>Total</b>	<b>101.321,11</b>	<b>102.857,04</b>

## 12. Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Juros de financiamentos obtidos</b>	<b>4.188.984,29</b>	<b>5.024.950,63</b>
Juros instituições crédito e instituições financeiras	55.081,68	86.996,11
Juros de financiamentos por valores mobiliários – obrigações		3.185,00
Juros de financiamentos de participação no capital	4.133.902,61	4.934.769,52
<b>Juros de outros instrumentos financeiros</b>	<b>14.888.581,99</b>	<b>11.959.897,91</b>
<b>Outros gastos e perdas de financiamento - relativos a financiamentos obtidos</b>	<b>208.686,89</b>	<b>209.320,63</b>
Despesas e descontos c/ emissão de financiamentos	4.279,06	4.283,70
Taxa de aval	202.777,78	203.333,34
Comissões e outros encargos	1.630,05	1.703,59
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	<b>19.286.253,17</b>	<b>17.194.169,17</b>
<b>Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados</b>	<b>19.286.253,17</b>	<b>17.194.169,17</b>

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Outros rendimentos e ganhos de financiamento		9.293,89
<b>Juros e rendimentos similares obtidos propriamente ditos</b>		<b>9.293,89</b>
<b>Ganhos por aumentos de justo valor - em instrumentos financeiros</b>	<b>15.150.186,73</b>	<b>2.736.321,37</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados</b>	<b>15.150.186,73</b>	<b>2.745.615,26</b>

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

## 13. Propriedades de investimento

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por entidades externas e especializadas, independentes e com qualificação profissional reconhecida (*Basis of Value* – Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda).

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as

exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respetivamente para o ano de 2017 e ano de 2016.

O Justo Valor a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido no SNC como "Valor de Mercado".

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através do Método de Mercado e do Método de Rendimento e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 11.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- › O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao interior e exterior de todos os imóveis;
- › Para a totalidade dos imóveis foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- › Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- › As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais consideramos como corretos;

› Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

A avaliação foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a máxima e melhor utilização ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e critério do rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 37, como “o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas. “Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento, foram os seguintes:

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	2017			TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	ADIANTAMENTOS POR CONTA PROP. INVESTIMENTO	
<b>Saldo a 01.01.2017</b>	<b>10.656.433,00</b>	<b>1.739.767,00</b>	<b>24.726,00</b>	<b>12.420.926,00</b>
Varição justo valor por contrapartida de resultados	577.184,85	183.295,00		760.479,85
Varição justo valor por reversão excedente revalorização		-737,03		-737,03
Transferências	43.335,28	160.664,73		204.000,01
Abates/Vendas	-52.457,11			-52.457,11
<b>Saldo a 31.12.2017</b>	<b>11.224.496,02</b>	<b>2.082.989,70</b>	<b>24.726,00</b>	<b>13.332.211,72</b>

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	2016			TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	ADIANTAMENTOS POR CONTA PROP. INVESTIMENTO	
<b>Saldo a 01.01.2016</b>	<b>12.088.640,00</b>	<b>4.520.460,00</b>	<b>24.726,00</b>	<b>16.633.826,00</b>
Varição justo valor por contrapartida de resultados	-376.607,00	-814.778,16		-1.191.385,16
Varição justo valor por reversão excedente revalorização	-704.200,00	-1.772.514,84		-2.476.714,84
Abates/Vendas	-351.400,00	-193.400,00		-544.800,00
<b>Saldo a 31.12.2016</b>	<b>10.656.433,00</b>	<b>1.739.767,00</b>	<b>24.726,00</b>	<b>12.420.926,00</b>

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2017 e 2016, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	2017		2016	
	ARRENDADOS	PARA VALORIZAÇÃO	ARRENDADOS	PARA VALORIZAÇÃO
Rendimentos				
Rendimentos de Rendas	412.939,48		342.669,98	2.400,00
Gastos				
Gastos diretos	-49.909,98	-26.763,28	-117.098,16	-33.629,87
<b>Resultado</b>	<b>363.029,50</b>	<b>-26.763,28</b>	<b>225.571,82</b>	<b>-31.229,87</b>

#### 14. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais que impõe.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, chama-se a atenção que, nos exercícios de 2017 e 2016, para a classe de Edifícios e terrenos, se obteve avaliações de mercado efetuadas por avaliadores independentes, tendo sido, nos casos identificados, registada a correspondente perda por imparidade.

Em 2017 e 2016, o movimento nas perdas por imparidade dos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

	2017	2016
<b>Demonstração dos resultados – Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis</b>		<b>1.632.090,47</b>
- Aumentos		1.765.894,83
- Reversões		-133.804,36
<b>Capital próprio - Excedentes de revalorização</b>		<b>4.736.124,02</b>
- Reversão dos Excedentes de revalorização por perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis		4.736.124,02

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontra-se na nota 9.

## 15. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e investimentos em associadas e subsidiárias

### 15.1. Interesses em empreendimentos conjuntos

Não aplicável.

### 15.2. Investimentos em associadas e subsidiárias

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

ANO DE 2017	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETENÇÃO
<b>Subsidiárias</b>						
STCP Serviços	49.060,74	5.597,22	43.463,52		-1.825,12	100,00%
<b>Empresas associadas</b>						
TIP, A.C.E.	16.247.289,78	15.176.849,41	1.070.440,37	7.404.127,38	709.598,79	33,33%
Transpublicidade, S.A.	1.038.673,06	495.124,96	543.548,10	987.903,36	25.851,59	20,00%

ANO DE 2016	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETENÇÃO
<b>Subsidiárias</b>						
STCP Serviços	50.885,86	5.597,22	45.288,64		-2.150,49	100,00%
<b>Empresas associadas</b>						
TIP, A.C.E.	13.829.377,17	14.434.545,86	-605.168,69	6.531.991,59	1.187.338,95	33,33%
Transpublicidade, S.A.	765.447,22	247.750,71	517.696,51	610.152,77	-170.588,07	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços ter excedido a quantia escriturada do

correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores.

O TIP, A.C.E. pela primeira vez desde a sua constituição apresentou capitais próprios positivos, pelo que foi retomada a aplicação do método de equivalência patrimonial para esta participada.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Participações financeiras		
Saldo inicial	103.539,24	138.577,20
Regularizações – método da equivalência patrimonial	361.983,84	-35.037,96
Outras variações		
Saldo final	465.523,08	103.539,24
Perdas por imparidade		
<b>Ativos líquidos</b>	<b>465.523,08</b>	<b>103.539,24</b>

### 16. Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

### 17. Investimentos em subsidiárias e consolidação

Vide nota 15.2.

### 18. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

### 19. Agricultura

Não aplicável.

### 20. Inventários

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017			2016		
	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.397.884,73	-925.108,25	472.776,48	1.427.362,80	-947.173,70	480.189,10
	<b>1.397.884,73</b>	<b>-925.108,25</b>	<b>472.776,48</b>	<b>1.427.362,80</b>	<b>-947.173,70</b>	<b>480.189,10</b>

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Inventário Inicial	1.427.362,80	1.334.972,28
Compras	1.112.035,33	1.300.373,55
Regularizações	39.477,26	46.935,85
Custo das matérias consumidas	-1.180.990,66	-1.254.918,88
Inventário final	1.397.884,73	1.427.362,80

Nos exercícios de 2017 e de 2016, não ocorreram movimentos na rubrica de Variação dos Produtos e trabalhos em curso.

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2017 e de 2016:

ANO DE 2017	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Matérias-Primas, sub. e de consumo	947.173,70		22.065,45	925.108,25

ANO DE 2016	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Matérias-Primas, sub. e de consumo	987.220,99		40.047,29	947.173,70

## 21. Contratos de construção

Não aplicável.

## 22. Réditos

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, todo realizado em território nacional:

	2017	2016
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>45.645.941,55</b>	<b>42.797.253,96</b>
Transporte público de passageiros (*)	45.548.713,86	42.715.055,51
Aluguer de viaturas	101.938,76	91.609,39
Descontos e abatimentos	-4.711,07	-9.410,94
<b>Rendimentos suplementares</b>	<b>861.208,16</b>	<b>771.339,54</b>
Aluguer de equipamento	2.050,00	6.190,00
Royalties	2.976,43	1.138,22
Outros rendimentos suplementares	856.181,73	764.011,32
Serviços de manutenção	64.805,89	66.922,91
Publicidade	212.112,02	179.428,81
Cedências de trabalhadores	100.671,13	56.466,70
Renda e cedência espaço	269.836,27	229.405,77
Prestação de serviços de assessoria e outros	22.264,95	46.631,50
Venda sucata e outros bens	26.226,47	26.998,76
Vendas e serviços do museu	100.993,54	94.764,68
Outros	59.271,46	63.392,19
<b>Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento</b>	<b>412.939,48</b>	<b>345.069,98</b>
	<b>46.920.089,19</b>	<b>43.913.663,48</b>

(\*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado decreto-lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29 de junho de 2006, o acordo para o tarifário 4\_18@escola.tp foi celebrado em 29 de janeiro de 2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 1 de setembro de 2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

A empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rédito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

Em 17 de dezembro de 2014, foi assinado um aditamento ao acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante que prevê a alteração da comparticipação do Estado de 40% para 68% da percentagem de desconto praticada neste tarifário, com efeitos a 1 de fevereiro de 2012.

### 23. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foram constituídas as seguintes provisões:

- › Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- › Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2017. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora

a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.

- › Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2017, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2017 e de 2016:

	2017			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Processos judiciais em curso	9.362.217,47	6.655.005,33		16.017.222,80
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	443.744,79		13.411,55	430.333,24
Outras Provisões	2.997.643,52	2.081.855,38	1.615.060,66	3.464.438,24
	<b>12.803.605,78</b>	<b>8.736.860,71</b>	<b>1.628.472,21</b>	<b>19.911.994,28</b>
<b>(Aumentos) e reduções de provisões</b>			<b>7.108.388,50</b>	

	2016			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Processos judiciais em curso	17.510.016,83		8.147.799,36	9.362.217,47
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	450.950,07		7.205,28	443.744,79
Outras Provisões	4.135.751,27	425.189,13	1.563.296,88	2.997.643,52
	<b>22.096.718,17</b>	<b>425.189,13</b>	<b>9.718.301,52</b>	<b>12.803.605,78</b>
<b>(Aumentos) e reduções de provisões</b>			<b>9.293.112,39</b>	

No final de 2016, foi assinado o Acordo de transação, e homologado pelo Tribunal, para o processo judicial em que era autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual era reivindicado a propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa, aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do ainda designado Serviço de Transportes Colectivos do Porto. A 31 de dezembro de 2016, a redução do valor das provisões com processos

judiciais em curso deve-se essencialmente ao desreconhecimento da provisão existente para este processo judicial.

Em maio de 2013, o Banco Santander Totta, S.A. (BST) intentou no tribunal comercial de Londres ações judiciais contra a STCP e outras três empresas públicas de transporte de passageiros. As referidas ações dizem respeito a nove swaps de taxa de juro celebrados entre 2005 e 2009, entre o BST e cada uma dessas empresas públicas. Destes nove contratos, um é uma operação celebrada com a STCP. O BST pretende

que os tribunais ingleses declarem que os referidos contratos *swaps* são válidos e obrigam as empresas públicas em causa. Por outro lado, essas empresas públicas pretendem que os contratos sejam declarados inválidos e que os montantes pagos ao BST, ao abrigo dos referidos contratos, sejam reembolsados. No dia 4 de março de 2016, o tribunal comercial de Londres proferiu uma sentença desfavorável às empresas de transporte envolvidas, reconhecendo a validade dos contratos em disputa, sendo que esta decisão foi objeto de recurso, por parte das Empresas de Transporte, para o *Court of Appeal* de Londres. Em 13 de dezembro de 2016, o *Court of Appeal* proferiu sentença desfavorável às empresas de transporte, tendo qualificado, à semelhança do tribunal de primeira instância, a situação contratualizada pelas partes como sendo internacional, tendo rejeitado assim a argumentação das empresas de transporte.

Em 2 de maio de 2017, o Banco Santander Totta, S.A. e as Empresas de Transporte, com a concordância da República Portuguesa, chegaram a acordo para terminar os processos judiciais intentados pelo Banco junto do *Commercial Court* de Londres (*High Court of Justice*), tendo as Empresas de Transporte aceitado cumprir com os contratos de *swap*. Assim, e dado que não foi necessário efetuar qualquer pagamento adicional com o encerramento deste processo judicial, para além dos decorrentes do cumprimento do contrato de *swap*, procedeu-se à reversão da provisão constituída para este processo judicial.

A 31 de dezembro de 2017, a empresa tem pendentes contra si três processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, com provisão constituída:

- › Proc. 1213/16.9 BELSB - Autor Alsa Ferrocarril, S.A., Nex Continental Holdings, SL, Alsa Atlântica, SL, Alsa Metropolitana do Porto, Lda, - reclama uma indemnização em resultado da anulação do ato de adjudicação da subconcessão da exploração do sistema de transportes da STCP e do contrato de subconcessão;
- › Processo nº 1893/06.3 BEPRT - Autor Oliveira Fernandes e Ribeiro Lda.- requer que a STCP se abstenha de explorar das carreiras 83 e 84, atuais 905 e 900 e reclama prejuízos;
- › Processo nº 1793/17.1 BELRA – Autor Molgás Energia Portugal, S.A. – requer a anulação do ato de adjudicação à Dourogás Natural, por ilegal, da adjudicação efetuada

no âmbito do concurso público internacional para a construção, exploração e manutenção de um posto de abastecimento de Gás Natural Liquefeito na Estação de Recolha da Via Norte e fornecimento de gás natural liquefeito para a frota da STCP que culminou com a adjudicação à Dourogás Natural para que seja por violação das peças do concurso.

A empresa tem uma sentença desfavorável no âmbito de um processo judicial cujo valor é materialmente relevante, mas não provisionado:

- › Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português e contra a STCP e Carris nos termos da qual se reclamava a anulação da Resolução do Conselho de Ministros nº 52/2003, de 27 de março na parte que atribui à Carris e à STCP as indemnizações compensatórias de respetivamente 40 916 478,00 euros e de 12 376 201,00. A decisão do Supremo Tribunal de justiça, de 12 de janeiro de 2012, foi no sentido de anular aquela resolução. Assim, pode estar em causa a devolução das indemnizações compensatórias por parte da STCP. O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores para este processo decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio. Do acima exposto, podemos concluir que estamos na presença de um passivo contingente porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

Em 31 de dezembro de 2017, o aumento da provisão para outros riscos e encargos deve-se essencialmente à assunção do risco com responsabilidades legais da empresa, existentes à data do encerramento do ano, referente a anos transatos, cuja saída de recursos para liquidação da obrigação é provável ocorrer em exercícios seguintes.

A reversão ocorrida na provisão para outros riscos e encargos deve-se à reversão da provisão constituída com a participada TIP, A.C.E., que pela primeira vez, apresenta capitais próprios positivos, e à reversão da provisão para encargos com franquias de sinistros.

## 24. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2017 e de 2016:

SUBSÍDIOS	2017				
	MONTANTE RECEBIDO NO ANO	MONTANTE POR RECEBER NO ANO	MONTANTE TOTAL ATRIBUÍDO	RÉDITO DO PERÍODO	RÉDITO ACUMULADO
<b>Subsídios à exploração:</b>		<b>1.661.058,86</b>	<b>1.661.058,86</b>	<b>1.661.058,86</b>	<b>1.661.058,86</b>
Municípios		1.661.058,86	1.661.058,86	1.661.058,86	1.661.058,86
<b>Subsídios relacionados com ativos</b>	<b>942.940,18</b>	<b>1.727,98</b>	<b>9.201.028,01</b>	<b>455.873,83</b>	<b>5.947.299,10</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>935.561,50</b>	<b>1.084,46</b>	<b>9.084.221,87</b>	<b>452.891,89</b>	<b>5.852.490,09</b>
- Edifícios e outras construções			716.865,73	22.122,62	296.669,44
- Equipamento básico	931.183,00		8.087.407,59	406.524,43	5.404.995,56
- Equipamento administrativo			218.289,97	22.770,26	93.424,95
- Outros ativos fixos tangíveis	4.378,50	1.084,46	61.658,58	1.474,58	57.400,14
<b>Propriedades investimento</b>			<b>33.141,16</b>		<b>17.556,95</b>
- Edifícios			33.141,16		17.556,95
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>7.378,68</b>	<b>643,52</b>	<b>83.664,98</b>	<b>2.981,94</b>	<b>77.252,06</b>
- Programas de computador	7.378,68	643,52	83.664,98	2.981,94	77.252,06
	<b>942.940,18</b>	<b>1.662.786,84</b>	<b>10.862.086,87</b>	<b>2.116.932,69</b>	<b>7.608.357,96</b>

SUBSÍDIOS	2016				
	MONTANTE RECEBIDO NO ANO	MONTANTE POR RECEBER NO ANO	MONTANTE TOTAL ATRIBUÍDO	RÉDITO DO PERÍODO	RÉDITO ACUMULADO
<b>Subsídios relacionados com ativos</b>	<b>1.044.509,94</b>	<b>11.757,18</b>	<b>8.264.126,33</b>	<b>350.794,20</b>	<b>5.491.466,54</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>1.044.509,94</b>	<b>4.378,50</b>	<b>8.150.935,07</b>	<b>341.034,36</b>	<b>5.399.639,47</b>
- Edifícios e outras construções	28.679,37		716.865,73	25.394,80	274.546,82
- Equipamento básico	1.015.830,57		7.084.722,54	292.043,00	4.998.471,13
- Equipamento administrativo			218.331,24	22.806,01	70.695,96
- Outros ativos fixos tangíveis		4.378,50	59.513,51	790,55	55.925,56
- Ativos tangíveis em curso			71.502,05		
<b>Propriedades investimento</b>			<b>33.141,16</b>	<b>8.161,14</b>	<b>17.556,95</b>
- Edifícios			33.141,16	8.161,14	17.556,95
<b>Ativos intangíveis</b>		<b>7.378,68</b>	<b>80.050,10</b>	<b>1.598,70</b>	<b>74.270,12</b>
- Programas de computador		7.378,68	80.050,10	1.598,70	74.270,12
	<b>1.044.509,94</b>	<b>11.757,18</b>	<b>8.264.126,33</b>	<b>350.794,20</b>	<b>5.491.466,54</b>

## 25. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nos exercícios de 2017 e 2016 ocorreram operações em libras esterlinas mas de montantes irrelevantes.

## 26. Acontecimentos após a data do balanço

Nada a relatar.

## 27. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua situação deficitária, suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e efetua o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de dezembro de 2017, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 73.915.966,19 euros, conforme detalhe abaixo:

ANOS	PREJUÍZOS FISCAIS
2012	26.091.197,23
2013	7.178.252,27
2014	9.563.588,84
2015	15.624.481,05
2016	15.458.446,80
	<b>73.915.966,19</b>

## 28. Matérias ambientais

No exercício de 2017 e 2016 não temos informação relevante a relatar.

## 29. Instrumentos financeiros

### 29.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

ATIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2017	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS A RECEBER	DISPONÍVEIS PARA VENDA	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
<b>Ativos não correntes</b>	<b>91.822,63</b>			<b>91.822,63</b>
Outros investimentos financeiros	91.822,63			91.822,63
<b>Ativos correntes</b>	<b>8.522.805,43</b>		<b>1.061.925,47</b>	<b>9.584.730,90</b>
Clientes	3.251.009,93			3.251.009,93
Outros créditos a receber	1.812.811,96		1.061.925,47	2.874.737,43
Caixa e depósitos bancários	3.458.983,54			3.458.983,54
	<b>8.614.628,06</b>		<b>1.061.925,47</b>	<b>9.676.553,53</b>

(\*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

PASSIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2017	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
<b>Passivos não correntes</b>	<b>276.330.596,67</b>	<b>97.352.447,18</b>		<b>373.683.043,85</b>
Financiamentos obtidos	276.330.596,67			276.330.596,67
Outros passivos financeiros		97.352.447,18		97.352.447,18
<b>Passivos correntes</b>	<b>56.454.369,30</b>	<b>30.869.687,70</b>	<b>5.709.567,97</b>	<b>93.033.624,97</b>
Fornecedores	1.135.513,99			1.135.513,99
Financiamentos obtidos	54.614.375,63			54.614.375,63
Outras dívidas a pagar	704.479,68		5.709.567,97	6.414.047,65
Outros passivos financeiros		30.869.687,70		30.869.687,70
	<b>332.784.965,97</b>	<b>128.222.134,88</b>	<b>5.709.567,97</b>	<b>466.716.668,82</b>

(\*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

ATIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2016	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS A RECEBER	DISPONÍVEIS PARA VENDA	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
<b>Ativos não correntes</b>	<b>79.773,66</b>			<b>79.773,66</b>
Outros investimentos financeiros	79.773,66			79.773,66
<b>Ativos correntes</b>	<b>7.878.573,72</b>		<b>1.706.118,60</b>	<b>9.584.692,32</b>
Clientes	2.846.672,18			2.846.672,18
Outros créditos a receber	2.146.888,84		1.706.118,60	3.853.007,44
Caixa e depósitos bancários	2.885.012,70			2.885.012,70
	<b>7.958.347,38</b>		<b>1.706.118,60</b>	<b>9.664.465,98</b>

(\*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

PASSIVOS FINANCEIROS - ANO DE 2016	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
<b>Passivos não correntes</b>	<b>315.820.201,47</b>	<b>112.502.633,91</b>		<b>428.322.835,38</b>
Financiamentos obtidos	315.820.201,47			315.820.201,47
Outros passivos financeiros		112.502.633,91		112.502.633,91
<b>Passivos correntes</b>	<b>67.776.076,84</b>	<b>30.658.392,17</b>	<b>4.920.367,77</b>	<b>103.354.836,78</b>
Fornecedores	2.417.412,53			2.417.412,53
Financiamentos obtidos	54.504.490,20			54.504.490,20
Outras dívidas a pagar	10.854.174,11		4.920.367,77	15.774.541,88
Outros passivos financeiros		30.658.392,17		30.658.392,17
	<b>383.596.278,31</b>	<b>143.161.026,08</b>	<b>4.920.367,77</b>	<b>531.677.672,16</b>

(\*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

Em 2017 e 2016, a STCP apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- › Empréstimos concedidos e créditos a receber;
- › Disponíveis para venda;
- › Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- › Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas

comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2017 e 2016, encontram-se nesta situação as rubricas de Clientes, Outros créditos a receber, Caixa e depósitos bancários e Outras dívidas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade. Assim, não procedemos à sua divulgação.

Por último, os instrumentos financeiros derivados incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, encontram-se escriturados ao justo valor.

### 29.1.1. Financiamentos obtidos

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	ANO DE 2017		
	CUSTO AMORTIZADO		
	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE
<b>Inst. crédito e sociedades financeiras</b>	<b>4.912.070,95</b>	<b>1.914.170,53</b>	<b>2.997.900,42</b>
Locações financeiras	4.906.554,73	1.908.654,31	2.997.900,42
Cartão de crédito	5.516,22	5.516,22	
<b>Mercado de valores mobiliários</b>	<b>100.097.265,08</b>	<b>111.845,74</b>	<b>99.985.419,34</b>
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	100.097.265,08	111.845,74	99.985.419,34
Emp. Obrigacionista 07	100.097.265,08	111.845,74	99.985.419,34
<b>Participantes de capital</b>	<b>225.935.636,27</b>	<b>52.588.359,36</b>	<b>173.347.276,91</b>
Empresa-mãe -Suprimentos e outros mútuos	225.935.636,27	52.588.359,36	173.347.276,91
	<b>330.944.972,30</b>	<b>54.614.375,63</b>	<b>276.330.596,67</b>

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	ANO DE 2016		
	CUSTO AMORTIZADO		
	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE
<b>Inst. crédito e sociedades financeiras</b>	<b>6.802.901,51</b>	<b>1.895.828,58</b>	<b>4.907.072,93</b>
Locações financeiras	6.797.493,75	1.890.420,82	4.907.072,93
Cartão de crédito	5.407,76	5.407,76	
<b>Mercado de valores mobiliários</b>	<b>99.991.319,35</b>	<b>10.169,09</b>	<b>99.981.150,26</b>
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	99.991.319,35	10.169,09	99.981.150,26
Emp. Obrigacionista 07	99.991.319,35	10.169,09	99.981.150,26
<b>Participantes de capital</b>	<b>263.530.470,81</b>	<b>52.598.492,53</b>	<b>210.931.978,28</b>
Empresa-mãe -Suprimentos e outros mútuos	263.530.470,81	52.598.492,53	210.931.978,28
	<b>370.324.691,67</b>	<b>54.504.490,20</b>	<b>315.820.201,47</b>

Todos os empréstimos estão denominados em euros.

ANO DE 2017		
MONTANTE NOMINAL		
TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE
<b>4.912.070,95</b>	<b>1.914.170,53</b>	<b>2.997.900,42</b>
4.906.554,73	1.908.654,31	2.997.900,42
5.516,22	5.516,22	
<b>100.000.000,00</b>		<b>100.000.000,00</b>
100.000.000,00		100.000.000,00
100.000.000,00		100.000.000,00
<b>225.575.347,55</b>	<b>52.228.070,64</b>	<b>173.347.276,91</b>
225.575.347,55	52.228.070,64	173.347.276,91
<b>330.487.418,50</b>	<b>54.142.241,17</b>	<b>276.345.177,33</b>

ANO DE 2016		
MONTANTE NOMINAL		
TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE
<b>6.802.901,51</b>	<b>1.895.828,58</b>	<b>4.907.072,93</b>
6.797.493,75	1.890.420,82	4.907.072,93
5.407,76	5.407,76	
<b>100.000.000,00</b>		<b>100.000.000,00</b>
100.000.000,00		100.000.000,00
100.000.000,00		100.000.000,00
<b>263.160.048,92</b>	<b>52.228.070,64</b>	<b>210.931.978,28</b>
263.160.048,92	52.228.070,64	210.931.978,28
<b>369.962.950,43</b>	<b>54.123.899,22</b>	<b>315.839.051,21</b>

### 29.1.1.1. Não corrente

A 31 de dezembro de 2017, os empréstimos não correntes em vigor, caracterizam-se como se segue:

› Em junho de 2007, foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe *Call-Option*, a partir do 5º ano, total ou parcial. As obrigações foram admitidas à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011. Tem a Garantia do Estado Português. Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.

› Em outubro de 2014, o Estado Português concedeu à STCP um empréstimo de mútuo no valor de 301.250.248,72 euros destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo vence juros a taxas fixas, semestralmente, e será reembolsado em doze prestações de capital iguais e sucessivas, com início em maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021. O capital mutuado foi disponibilizado em três tranches:

1. 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014;
2. 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014;
3. 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014.

› Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/15-SET, de 4 de maio, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio/longo prazo para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015, no valor de 4.540.000 euros. A disponibilização foi faseada nos seguintes montantes e datas:

1. 1.875.000 euros, em 22 de maio de 2015;
2. 1.511.000 euros, na mesma data, 22 de maio;
3. 1.154.000 euros, em 16 de junho de 2015.

› Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/15-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o

respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:

1. 1.472.710 euros, em 30 de setembro de 2015;
2. 1.705.465 euros, na mesma data, 30 de setembro.

› Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/15-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, relativas ao 4º trimestre de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche em 26 de novembro de 2015.

› Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 340/17-SET, de 31 de maio, foi aprovada a concessão do primeiro empréstimo de médio e longo prazo, pelo acionista, até ao valor de 14.643.369,27 euros, para fazer face a parte das necessidades de financiamento da empresa, associada aos fluxos a vencer em 2017, do contrato swap da STCP, cujo pagamento se encontra previsto no n.º 2 da cláusula 3ª do Acordo celebrado entre o Estado Português, as Empresas de Transporte e o anco Santander Totta, S.A., em 2 de maio de 2017. O respetivo endividamento da empresa foi autorizado pelo referido Despacho e pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 1 de junho de 2017. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:

1. 6.947.865,80 euros, em 1 de junho de 2017;
2. 7.695.503,47 euros, em 27 de novembro de 2017.

› Por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1140/17-SET, de 15 de dezembro, foi aprovada a concessão de um 2º empréstimo de médio e longo prazo à Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A, em 2017, no valor até 29.666.503,73 EUR para fazer face às necessidades de financiamento desta empresa até 31 de janeiro de 2018, correspondendo aos vencimentos que foram suspensos, desde dezembro de 2013, do swap contratado com o Banco Santander Totta. O respetivo endividamento da empresa foi autorizado pelo referido Despacho e pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, de 19 de dezembro de 2017, sendo o valor concedido desembolsado somente durante o mês de janeiro de 2018.

A 31 de dezembro de 2017 a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

**29.1.1.2. Corrente**

A empresa dispõe de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria, cujo saldo a débito a 31 de dezembro de 2017 ascendia a 5.516,22 euros.

A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública-IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco.

**29.1.2. Outros investimentos/ativos financeiros****29.1.2.1. Não corrente**

A rubrica Outros investimentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta o seguinte detalhe:

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2017	2016
Participações financeiras em outras empresas	25.000,00	25.000,00
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.400.000,00	1.400.000,00
Fundo de compensação do trabalho	23.359,11	9.485,02
<b>Quantia bruta</b>	<b>1.448.359,11</b>	<b>1.434.485,02</b>
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.356.536,48	-1.354.711,36
<b>Quantia escriturada</b>	<b>91.822,63</b>	<b>79.773,66</b>
<b>Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (Perdas/reversões)</b>	<b>-1.825,12</b>	<b>-2.150,49</b>

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2017		2016	
	JUSTO VALOR	AO CUSTO	JUSTO VALOR	AO CUSTO
Participações financeiras:				
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Perdas por imparidade:				
<b>Ativos líquidos</b>		<b>25.000,00</b>		<b>25.000,00</b>

A rubrica de Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

**29.1.2.2. Corrente**

Nada a referir.

### 29.1.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o justo valor destes instrumentos financeiros derivados (adicionado, na componente corrente, dos juros vencidos e não pagos no montante de 29.666.505,71 euros, quer em 2016 quer em 2017) era o seguinte:

2017					
FINANCIAMENTO COBERTO	MONTANTE NOCIONAL	MATURIDADE	JUSTO VALOR	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Obrigacionista 2007	25.000.000	5-jun-22	-128.222.134,88	-30.869.687,70	-97.352.447,18
<b>Outros passivos financeiros</b>			<b>-128.222.134,88</b>	<b>-30.869.687,70</b>	<b>-97.352.447,18</b>

2016					
FINANCIAMENTO COBERTO	MONTANTE NOCIONAL	MATURIDADE	JUSTO VALOR	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Obrigacionista 2007	25.000.000	5-jun-22	-143.161.026,08	-30.658.392,17	-112.502.633,91
<b>Outros passivos financeiros</b>			<b>-143.161.026,08</b>	<b>-30.658.392,17</b>	<b>-112.502.633,91</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa detém em carteira, uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade desta operação atinge-se em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal de Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo a empresa contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, a STCP tinha-se desvinculado do cumprimento de obrigações que dele decorria. Na pendência do litígio, a STCP tinha informado a Instituição da suspensão dos pagamentos do cupão desde 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

No ano de 2017, o Conselho de Administração aprovou os termos de um acordo assinado entre o Estado Português e o Banco Santander Totta, S.A., abrangendo igualmente as Empresas Públicas de Transportes envolvidas, o qual pôs termo à ação judicial interposta por aquele Banco no Tribunal de Comércio de Londres, acordo assinado em 2 de Maio de 2017 e conduzido pela Tutela Financeira em representação das quatro empresas públicas de transporte envolvidas, nos termos do qual o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A., e as Empresas Públicas de Transportes com contratos de gestão de risco financeiro da taxa de juro celebrados, se comprometeram a cumprir os contratos e as obrigações de pagamento vencidas daí decorrentes, e cumprir, até 31 de janeiro de 2018, as obrigações de pagamento vencidas ao abrigo dos mesmos.

Detalhe das variações de justo valor, em 2017 e 2016:

FINANCIAMENTO COBERTO	MONTANTE NOCIONAL	MATURIDADE	2017	2016
Obrigacionista 2007	25.000.000	5-jun-22	15.150.186,73	2.736.321,37
			<b>15.150.186,73</b>	<b>2.736.321,37</b>

A 31 de dezembro de 2017, o justo valor do instrumento financeiro derivado foi determinado pelo Banco Santander Totta, e em 31 de dezembro de 2016, pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P..

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Assim, as variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2017 e 2016, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros/Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 12), enquadradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares recebidos/obtidos.

## 29.2. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade está exposta a riscos financeiros, essencialmente ao risco de variações da taxa de juro de mercado.

### 29.2.1. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

### 29.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância capital dado que a empresa gera um *cash-flow* de tesouraria insuficiente para a sua atividade.

O modelo de financiamento passou a ser garantido, desde 2014, por fundos provenientes do Acionista, e processa-se mediante solicitação da empresa, fundamentada em demonstrações financeiras previsionais, de modo a assegurar a liquidez para funcionamento da empresa.

### 29.2.3. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança, no estrito cumprimento das condições acordadas, do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita.

Para mitigar este risco a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2017	2016
<b>Sem registo de imparidade</b>		
<b>Clientes c/c</b>	<b>3.251.009,93</b>	<b>2.846.672,18</b>
<b>Não vencido</b>	<b>11.560,36</b>	<b>25.468,48</b>
<b>Vencido</b>	<b>3.239.449,57</b>	<b>2.821.203,70</b>
<30 dias	3.149.359,82	2.791.385,81
<60 dias	75.346,70	1.985,45
<90 dias	2.512,20	2.910,66
<120 dias	2.580,00	876,2
>=180 dias	9.650,85	24.045,58
<b>Com registo de imparidade</b>		
<b>Clientes c/c</b>	<b>13.572,91</b>	<b>14.127,91</b>
<b>Vencido</b>	<b>13.572,91</b>	<b>14.127,91</b>
>=180 dias	13.572,91	14.127,91

Detalhe da rubrica Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2017	2016
<b>Sem registo de imparidade</b>		
<b>Outros devedores</b>	<b>1.535.293,94</b>	<b>1.886.850,29</b>
<b>Não vencido</b>	<b>114.828,63</b>	<b>686.827,63</b>
<b>Vencido</b>	<b>1.376.866,60</b>	<b>1.156.423,95</b>
<30 dias	1.287.557,43	147.667,14
<60 dias	16.705,03	27.900,24
<90 dias	3.211,61	12.689,24
<120 dias	9.298,98	1.424,32
<180 dias	13.257,77	8.766,04
>=180 dias	46.835,78	957.976,97
<b>Depósitos e cauções pagas</b>	<b>43.598,71</b>	<b>43.598,71</b>
<b>Com registo de imparidade</b>		
<b>Outros devedores</b>	<b>25.081,18</b>	<b>25.081,18</b>
<b>Vencido</b>	<b>25.081,18</b>	<b>25.081,18</b>
>=180 dias	25.081,18	25.081,18

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido, em 2017, revertidas as imparidades para dívidas de clientes em 555 euros.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2017, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 38.654,09 euros, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

#### 29.2.4. Risco de taxa de juro

Os empréstimos contraídos vencem juros a taxas fixas e variáveis.

O instrumento financeiro derivado contratado teve por finalidade reduzir a exposição ao risco de taxa de juro.

Os financiamentos de médio e longo prazo contratados pela STCP estão essencialmente expostos à variação da Euribor 3 meses, no que diz respeito a operações de locação financeira, e, Euribor 6 meses, no que respeita ao empréstimo obrigacionista em vigor.

Em 31 de dezembro de 2017, a STCP não tinha operações de financiamento de curto prazo contratadas, salvo a facilidade de crédito em cartão, não sujeita ao risco de taxa de juro.

#### Análise de sensibilidade

Efetuada uma análise de sensibilidade para um incremento de 0,5% nas taxas de juro do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, estima-se que em 2018 as rendas e encargos apresentariam um aumento de 138 mil euros face ao serviço da dívida em 31 de dezembro de 2017.

As responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

ANOS	JUROS	REEMBOLSO	CASH-FLOW
2018	3.290.143,17	52.228.070,62	55.518.213,79
2019	2.574.279,68	54.668.632,17	57.242.911,85
2020	1.869.677,16	54.668.632,17	56.538.309,33
2021	1.234.829,27	54.668.632,17	55.903.461,44
2022	456.524,68	104.460.257,38	104.916.782,06
2023	44.847,53	2.440.561,55	2.485.409,08
2024	19.280,58	2.440.561,55	2.459.842,13

### 29.2.5. Covenants

Na contratação das operações financeiras a empresa diligência no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao standard de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de *covenants* habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de *default*, *cross default*, *negative pledge* e *pari passu*, acordadas e aceites pelas contrapartes. Há a assinalar também a existência de cláusulas de *ownership* do Estado Português.

Os *covenants* acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de *ownership* que obrigam à detenção do capital da empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

### 29.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 12.

## 29.4. Instrumentos de capital próprio

### 29.4.1. Capital social

Em 2 de junho de 2017, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 13.491.175 euros, através da emissão de 2.698.235 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado em numerário em 5 de junho.

Em 30 de novembro de 2017, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da Empresa em 56.372.105 euros, através da emissão de 11.274.421 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado através da conversão de créditos, detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças, que se venceram em 31 de maio e 30 de novembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital social, no montante de 213.152.770 euros, totalmente realizado, e representada por 42.630.554 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português, sendo que, a essa data, se aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social.

O capital social do Grupo é detido a 100% pelo Estado Português.

### 29.4.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

RESERVAS	2017	2016
<b>Reservas legais</b>	<b>74.907,42</b>	<b>74.907,42</b>
<b>Outras reservas</b>	<b>25.727,80</b>	<b>25.727,80</b>
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

### 29.4.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2017 e 2016:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
<b>Saldo a 01.01.2016</b>	<b>38.052.012,98</b>
Amortizações	-995.392,70
Abates	-243.058,77
Reversão da Revalorização (*)	-7.212.838,86
Aumento da Revalorização	13.950.377,15
<b>Saldo a 31.12.2016</b>	<b>43.551.099,80</b>
Amortizações	-762.369,05
Reversão da Revalorização (*)	-737,03
<b>Saldo a 31.12.2017</b>	<b>42.787.993,72</b>

(\*) Em 2017, o montante de 737,03 euros diz respeito à reversão de perdas com imparidade de propriedades de investimento que transitaram de ativos fixos tangíveis com reserva de revalorização constituída. Em 2016, este valor foi de 2.476.714,84 euros.

### 29.4.4. Ajustamentos / outras variações nos capitais próprios

Ajustamentos e outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Ajustamentos em ativos financeiros - relativos ao MEP</b>	<b>249.940,86</b>	<b>129.660,33</b>
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
Lucros não distribuídos	162.220,36	162.220,36
De outras variações nos capitais próprios das participas	120.280,53	
<b>Outras variações no capital próprio</b>	<b>4.159.407,54</b>	<b>3.678.338,42</b>
Subsídios relacionados com ativos	3.253.728,91	2.772.659,79
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras variações no capital próprio	624.630,00	624.630,00
<b>Ajustamentos / outras variações no capital próprio</b>	<b>4.409.348,40</b>	<b>3.807.998,75</b>

### 29.4.5. Resultado por ação

Resultado por ação nos anos de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Resultados líquidos do período	-14.910.937,48	-26.787.587,66
Nº médio ponderado de ações	31.189.582	18.564.104
<b>Resultado por ação básico</b>	<b>-0,48</b>	<b>-1,44</b>

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

## 30. Benefícios dos Empregados

### 30.1. Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 75º, veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios, apurados a 1 de janeiro do corrente ano. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social) sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o

pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de dezembro de 2013.

Por força do seu capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do setor público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Cumulativamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos. Assim, o regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplica-se à STCP.

Em 31 de dezembro de 2014 foi publicada a lei n.º 82-B/2014 que, no seu art.º 78º, mantém a redação do regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

No entanto, em 4 de abril de 2016, foi publicada a lei n.º 11/2016 que estabelece a reposição do pagamento de todos os complementos de pensão nas empresas do setor público empresarial aos trabalhadores no ativo e aos antigos trabalhadores aposentados, reformados e demais pensionistas, com efeitos a partir de abril de 2016, pelo que, à data de 31 de dezembro de 2016, o cálculo das responsabilidades assumidas pela empresa com o plano de benefícios definidos foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela lei n.º 11/2016.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2017	2016
Custo com serviços passados de reformados	2.119.771,00	2.385.763,00
<b>Responsabilidade do fundo</b>	<b>2.119.771,00</b>	<b>2.385.763,00</b>

A avaliação atuarial das responsabilidades, em 2017 e 2016, utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS	2017	2016
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa de desconto na determinação das responsabilidades	0,52%	0,40%
Taxa de rendimento esperado	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*)	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do teto (**)	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros
<b>Pressupostos demográficos</b>		
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável

(\*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(\*\*) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548,68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros. A partir de 2007, passou a 650,00 euros. No entanto, no período de janeiro de 2014 a março de 2016, por força do art.º 75º da lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, e do art.º 78 da lei 82-B/2014 de 31-12-2014 até março de 2016, passou a 600€ euros. Pela lei n.º 11/2016, volta a ser reposto o valor de 650,00 euros.

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI – Aberto Valorização, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a

uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Valor dos ativos no fundo no início do exercício</b>	<b>1.820.027,00</b>	<b>1.142.024,00</b>
Contribuições empresa	121.134,00	1.040.418,00
Pensões pagas	-369.927,00	-373.018,00
Rendimento efetivo	70.885,00	10.603,00
<b>Valor dos ativos no fundo no final do exercício</b>	<b>1.642.119,00</b>	<b>1.820.027,00</b>

Em janeiro de 2016 foram feitas contribuições para o fundo de 209.546 euros, de forma a cobrir o nível mínimo de financiamento exigido pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2015. No decurso do ano de 2016, o fundo foi ainda reforçado com 830.872 euros de forma a cobrir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2016. No final de 2017, foi novamente reforçado o fundo com 121.134 euros, de forma a cobrir os

níveis mínimos de financiamento exigidos pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2017.

À data do encerramento das contas, não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições para o ano de 2018, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Responsabilidades no início do exercício</b>	<b>2.385.763,00</b>	<b>1.776.576,00</b>
Custo dos juros sobre as responsabilidades	8.749,00	18.176,00
Perdas e (Ganhos) de cortes/alterações no plano		673.287,00
Pensões pagas	-369.927,00	-373.018,00
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	110.327,00	206.744,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa de desconto	-15.141,00	83.998,00
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>2.119.771,00</b>	<b>2.385.763,00</b>

Uma alteração na taxa de desconto para menos 0,25% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 31.798 euros, e uma alteração na taxa de desconto para mais 0,25% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 30.842 euros.

Uma alteração na taxa de crescimento das pensões para menos 1% resultaria num aumento das responsabilidades

assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 400.865 euros, e uma alteração na taxa de crescimento das pensões para mais 1% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 341.934 euros.

No decurso dos exercícios de 2017 e de 2016, as responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, reconhecidas na rubrica Gastos com o pessoal foram as seguintes:

	2017	2016
<b>Reconhecidos na demonstração de resultados</b>	<b>2.263,00</b>	<b>680.103,00</b>
Custo líquido dos juros	2.263,00	6.816,00
Perdas e (Ganhos) de alterações no plano de benefícios definidos		673.287,00
<b>Reconhecidos nos capitais próprios</b>	<b>30.787,00</b>	<b>291.499,00</b>
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos	30.787,00	291.499,00
Perdas e (Ganhos) atuarias	137.670,00	228.617,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)	-27.343,00	-21.873,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	-64.399,00	757,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	-15.141,00	83.998,00
	<b>33.050,00</b>	<b>971.602,00</b>

Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões nos últimos 5 anos:

	2017	2016	2015	2014	2013
Taxa de rendimento efetiva	5,30%	-0,10%	4,00%	5,90%	4,30%

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

ANO	RESPONSABILIDADES DO FUNDO	VALOR DOS ATIVOS NO FUNDO	DÉFICE/SUPERAVIT DO FUNDO	TAXA DE COBERTURA DO FUNDO
2013	1.983.302,00	1.586.115,00	-397.187,00	80%
2014	1.887.064,00	1.423.032,00	-464.032,00	75%
2015	1.776.576,00	1.142.024,00	-634.552,00	64%
2016	2.385.763,00	1.820.027,00	-565.736,00	76%
2017	2.119.771,00	1.642.119,00	-477.652,00	77%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

COMPOSIÇÃO	2017		2016	
	VALOR	%	VALOR	%
Ações	471.938	29%	553.153	30%
Obrigações Taxa Fixa	826.909	50%	935.356	51%
Obrigações Taxa Variável	167.497	10%	125.160	7%
Retorno Absoluto	109.379	7%	130.600	7%
Imobiliário	24.270	1%	15.329	1%
Liquidez	42.125	3%	60.428	3%
	<b>1.642.119</b>		<b>1.820.027</b>	

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o valor patrimonial da adesão do Grupo ao Fundo de Pensões BPI Aberto Valorização era respetivamente de 1.642.119 euros e de 1.820.027 euros, representando 0,8% e 0,9% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

### 30.2. Detalhe dos Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	179.781,73	215.424,22
Remunerações do pessoal	23.470.675,06	23.541.978,56
Benefícios pós emprego	51.496,08	730.169,45
Indemnizações	52.191,48	27.024,01
Encargos com remunerações	5.285.806,24	5.071.096,86
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	407.450,29	391.475,72
Gastos com ação social	191.398,69	202.627,55
Outros gastos com o pessoal	172.905,98	116.265,48
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>29.811.705,55</b>	<b>30.296.061,85</b>

Mantiveram-se, em 2016, as medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor público empresarial do estado, desde o início de 2011, nos termos previstos nas leis n.º 55-A/2010, n.º 64-B/2011, n.º 66-B/2012, n.º 83-C/2013, n.º 75/2014 e n.º 7-A/2016, nomeadamente no que se refere à proibição da valorização profissional, redução do acréscimo de remuneração pago por trabalho suplementar e em dias de feriado e reduções remuneratórias a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal ilíquida fosse superior a 1.500 euros.

No entanto, pela aplicação da lei n.º 159-A/2015, a redução remuneratória aplicada a remunerações mensais ilíquidas superiores a 1.500 euros foi gradualmente extinta ao longo do ano de 2016.

Por outro lado, a lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, prevê a reposição, em janeiro de 2017, dos direitos adquiridos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, das empresas do setor público empresarial do estado, com exceção da valorização profissional que apenas pôde ser reposta em 50%, a partir de julho de 2017, e os restantes 50% a partir de janeiro de 2018.

### 30.3. Número de trabalhadores

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, o efetivo médio ao serviço da empresa (sem órgãos sociais) foi respetivamente de 1.226 e 1.197 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2017, o efetivo (sem órgãos sociais) era de 1.242 trabalhadores e de 1.232 em 31 de dezembro de 2016.

### 31. Divulgação Exigida Por Diplomas Legais

Nada a relatar.

### 32. Outras informações

#### 32.1. Fornecedores e Outros credores

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Fornecedores c/c</b>	<b>1.135.513,99</b>	<b>2.417.412,53</b>
<b>Não vencido</b>	<b>907.228,13</b>	<b>1.645.657,41</b>
<b>Vencido</b>	<b>168.978,03</b>	<b>327.016,37</b>
<30 dias	79.890,03	92.983,11
<60 dias	23.093,26	46.508,08
<90 dias	7.592,36	8.675,28
<120 dias	14.968,93	9.961,65
<180 dias	10.851,97	41.815,28
>=180 dias	32.581,48	127.072,97
<b>Em receção e conferência</b>	<b>59.307,83</b>	<b>444.738,75</b>

	2017	2016
<b>Fornecedores de investimento</b>	<b>83.728,37</b>	<b>192.254,67</b>
<b>Não vencido</b>	<b>76.896,95</b>	<b>141.327,61</b>
<b>Vencido</b>	<b>6.831,42</b>	<b>50.927,06</b>
<30 dias		10.553,40
<60 dias	3.289,02	
<120 dias		19.803,00
>=180 dias	3.542,40	20.570,66

Outros credores, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Outros credores</b>	<b>485.986,67</b>	<b>10.510.607,36</b>
<b>Não vencido</b>	<b>116.123,53</b>	<b>338.305,67</b>
<b>Vencido</b>	<b>326.794,44</b>	<b>10.136.670,42</b>
<30 dias	324.982,36	36.077,51
<60 dias	6,65	10.085.981,63
<90 dias	2,82	2,82
<120 dias	2,82	2,82
<180 dias	5,64	339,19
>=180 dias	1.794,15	14.266,45
<b>Depósitos e cauções recebidas</b>	<b>43.068,70</b>	<b>35.631,27</b>

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

## 32.2. Estado e Outros Entes Públicos

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017		2016	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>543.149,54</b>		<b>524.150,23</b>	
IRC - Pagamento especial por conta	411.162,50		420.000,00	
IRC -A recuperar	131.987,04		104.150,23	
<b>Retenção de impostos sobre rendimentos</b>		<b>253.808,17</b>		<b>299.856,40</b>
<b>Imposto sobre o valor acrescentado</b>	<b>339.496,66</b>		<b>688.345,10</b>	
IVA- A recuperar/reembolsos pedidos	339.496,66		688.345,10	
<b>Contribuições para a Segurança Social</b>		<b>600.980,84</b>		<b>603.349,77</b>
<b>Outras tributações</b>		<b>135.850,08</b>		<b>107.004,00</b>
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>882.646,20</b>	<b>990.639,09</b>	<b>1.212.495,33</b>	<b>1.010.210,17</b>

**32.3. Outras dívidas a pagar**

Detalhe das Outras dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

OUTRAS DIVIDAS PAGAR	2017	2016
Pessoal	133.650,74	149.931,80
Clientes e outros devedores - saldos credores	1.113,90	1.380,28
Fornecedores de investimento c/c	83.728,37	192.254,67
Credores por acréscimos de gastos	5.709.567,97	4.920.367,77
Credores diversos	485.986,67	10.510.607,36
	<b>6.414.047,65</b>	<b>15.774.541,88</b>

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	2017	2016
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>1.817.050,26</b>	<b>1.238.557,16</b>
Subcontratos		696,04
Trabalhos especializados	1.704.674,38	1.049.988,94
Materiais	466,35	
Energia e outros fluidos	18.520,75	97.885,69
Deslocações, estadas e transportes		3,77
Serviços diversos	93.388,78	89.982,72
Custos com pessoal	3.765.972,70	3.539.854,74
Outros gastos	126.524,92	140.515,88
Encargos financeiros	20,09	1.439,99
	<b>5.709.567,97</b>	<b>4.920.367,77</b>

### 32.4. Outros créditos a receber

Detalhe dos Outros créditos a receber em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	2017	2016
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	12.792,09	1.634,58
Adiantamento a fornecedores	565,29	1.052,25
Pessoal	264.160,64	257.351,72
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.061.925,47	1.706.118,60
Devedores diversos	1.560.375,12	1.911.931,47
<b>Quantia bruta</b>	<b>2.899.818,61</b>	<b>3.878.088,62</b>
Perdas por Imparidade acumuladas	-25.081,18	-25.081,18
<b>Quantia escriturada</b>	<b>2.874.737,43</b>	<b>3.853.007,44</b>

DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	2017	2016
Prestações de serviços	544.997,99	1.410.450,56
Subsídios à exploração	498.317,65	
Outros rendimentos - Proveitos suplementar	1.175,37	178.330,56
Outros rendimentos - Outros	17.434,46	117.337,48
	<b>1.061.925,47</b>	<b>1.706.118,60</b>

### 32.5. Diferimentos

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

DIFERIMENTOS	2017	2016
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>	<b>633.228,97</b>	<b>618.586,01</b>
Fornecimento e serviços externos	417.362,06	394.407,09
Outros gastos	215.866,91	224.178,92
<b>Passivo - Rendimentos a reconhecer</b>	<b>1.895.786,44</b>	<b>1.966.403,97</b>
Prestações de serviços	183.733,61	203.896,98
Subsídios à exploração	1.575.651,42	1.575.651,42
Outros rendimentos	136.401,41	186.855,57

### 32.6. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Subcontratos</b>		<b>663,02</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>8.502.792,73</b>	<b>8.185.663,75</b>
Trabalhos especializados	334.035,15	485.014,35
Publicidade e propaganda	41.738,63	25.781,84
Vigilância e segurança	217.219,55	221.827,32
Honorários	58.091,50	50.146,75
Comissões	1.793.025,96	1.729.125,38
Conservação e reparação	5.729.504,09	5.345.326,13
Comunicação e informação Público	22.210,70	21.623,16
Fiscalização da receita	304.249,38	304.678,86
Outros	2.717,77	2.139,96
<b>Materiais</b>	<b>45.975,57</b>	<b>58.027,57</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>7.916.975,73</b>	<b>7.000.842,26</b>
Eletricidade	483.589,63	468.594,32
Combustíveis	7.405.283,16	6.507.270,45
Outros	28.102,94	24.977,49
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>13.371,77</b>	<b>5.812,86</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>2.020.512,46</b>	<b>2.028.912,75</b>
Rendas e alugueres	65.748,65	72.670,89
Comunicação	177.586,52	133.909,35
Seguros	514.301,07	544.569,20
Royalties	127.440,68	147.395,49
Contencioso e notariado	5.750,11	19.370,86
Despesas de representação	14.257,82	9.759,78
Limpeza, higiene e conforto	939.737,69	937.738,54
Outros serviços	175.689,92	163.498,64
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>18.499.628,26</b>	<b>17.279.922,21</b>

**32.7. Outros Gastos**

Outros gastos operacionais, a 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Impostos</b>	<b>203.433,63</b>	<b>139.382,91</b>
Impostos diretos	114.781,57	78.100,36
Impostos indiretos	5.565,65	19.107,32
Taxas	83.086,41	42.175,23
<b>Dívidas incobráveis</b>		<b>29,4</b>
<b>Perdas em inventários</b>	<b>6.947,15</b>	<b>2.474,08</b>
<b>Gastos e perdas em investimentos não financeiros</b>	<b>106.624,36</b>	<b>10.236.571,35</b>
Alienações	28.542,05	
Abates	1.409,05	34,51
Gastos em propriedades de investimento	76.673,26	150.728,03
Outros gastos		10.085.808,81
<b>Outros gastos</b>	<b>877.565,29</b>	<b>361.540,46</b>
Donativos	98.262,95	81.615,00
Quotizações	24.996,58	23.961,78
Insuficiência estimativa para impostos		1.070,77
Diferenças de câmbio desfavoráveis	103,77	
<b>Outros não especificados</b>	<b>754.201,99</b>	<b>254.892,91</b>
Multas e penalidades	3.343,44	971,82
Indemnizações por sinistros	749.245,45	252.409,57
Outros não especificados	1.613,10	1.511,52
<b>Outros juros suportados</b>	<b>4,71</b>	<b>100,27</b>
<b>Outros gastos de financiamento - outros</b>	<b>8.201,98</b>	<b>11.170,22</b>
<b>Outros gastos</b>	<b>1.202.777,12</b>	<b>10.751.268,69</b>

### 32.8. Outros Rendimentos

Detalhe de Outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
<b>Rendimentos suplementares</b>	<b>861.208,16</b>	<b>771.339,54</b>
<b>Descontos de pronto pagamento obtidos</b>	<b>4.964,29</b>	<b>3.740,99</b>
<b>Ganhos em inventários</b>	<b>46.424,41</b>	<b>49.409,93</b>
<b>Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros</b>	<b>443.118,88</b>	<b>505.320,02</b>
Alienações	29.000,00	160.250,04
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	412.939,48	345.069,98
Outros rendimentos	1.179,40	
<b>Outros</b>	<b>1.041.960,63</b>	<b>959.049,38</b>
Imputação de subsídios para investimentos	455.873,83	350.794,20
Restituição de impostos	41.349,30	
Subsídios	28.735,20	8.242,82
Diferenças de câmbio favoráveis	80,65	7.737,15
<b>Outros não especificados</b>	<b>515.921,65</b>	<b>592.275,21</b>
Benefícios e penalidades contratuais	111.026,08	247.006,35
Indemnização de sinistros	341.226,40	292.452,95
<b>Outros não especificados</b>	<b>63.669,17</b>	<b>52.815,91</b>
<b>Outros rendimentos</b>	<b>2.397.676,37</b>	<b>2.288.859,86</b>

### 32.9. Responsabilidades por garantias prestadas

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

BENEFICIÁRIO DA GARANTIA	DESCRIÇÃO	2017	2016
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.473,97	447.473,97
		<b>447.473,97</b>	<b>447.473,97</b>

### **32.10. Capital próprio negativo**

No exercício de 2017 a empresa incorreu num prejuízo de 14.910.937,48 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 408.051.384,83 euros.

A STCP apresenta sistematicamente resultados líquidos e capital próprio negativos. O Acionista sempre assumiu as responsabilidades globais com terceiros. É entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantindo dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

Porto, 27 de março de 2018

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração  
Presidente executivo  
Vogais executivos  
Vogais não executivos







**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**



**BAKER TILLY**Rua Guerra Junqueiro, 171  
4150-388 PortoT: +351 226 053 725  
F: +351 226 053 727[www.bakertilly.com.pt](http://www.bakertilly.com.pt)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 81.941.356 Euros e um total de capital próprio negativo de 408.051.385 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 14.910.937 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

A Entidade mantém a situação de incumprimento do estatuído no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. O aviso convocatório da Assembleia Geral Anual a realizar no próximo dia 22 de Maio propõe no ponto 5 da Ordem de Trabalhos a análise deste assunto.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



*AME*

Descrição da matéria relevante	A nossa resposta
<p><b>1. Continuidade da actividade</b></p> <p>Em 31 de Dezembro de 2017 o capital próprio da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é negativo em 408.051.385 euros e os resultados líquidos mantiveram um elevado valor negativo.</p>	<p><b>Síntese da abordagem de auditoria</b></p> <p>Análise da estrutura accionista da Entidade.  Análise da estrutura de endividamento da Entidade e respectivas garantias.  Análise do financiamento dos deficits de tesouraria dos últimos anos.  Análise dos Instrumentos Previsionais de Gestão – IPG's que incluem o Plano de Actividade e Orçamento para o triénio de 2018 a 2020.  Reunião com o Administrador Executivo com o pelouro financeiro.</p>
<p><b>2. Contrato de swap</b></p> <p>Em 31 de Dezembro de 2017 a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é parte num contrato de cobertura de taxa de juro .</p>	<p><b>Síntese da abordagem de auditoria</b></p> <p>Análise da valorização efectuada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP.  Análise da valorização efectuada pelo Banco Santander Totta.  Análise das respostas dos Advogados circularizados.  Reunião com o Administrador Executivo com o pelouro financeiro.</p>
<p><b>3. Valorização dos imóveis</b></p> <p>A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. aplica o modelo de revalorização aos terrenos e edifícios registados como Activos Fixos Tangíveis e como Propriedades de Investimento.</p>	<p><b>Síntese da abordagem de auditoria</b></p> <p>Análise dos relatórios de avaliação efectuados por perito independente reportadas a 31 de Dezembro de 2016 e a 31 de Dezembro de 2017.  Análise do impacto no Capital Próprio e no Resultado Líquido.  Reunião com o Director do Departamento Administrativo e Financeiro e com o Contabilista Certificado.</p>
<p><b>4. Provisão para Processos Judiciais em Curso</b></p> <p>Conforme descrito na nota 23 do anexo a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é ré em diversos processos judiciais tendo em 31 de Dezembro de 2017 Provisões para Processos Judiciais em Curso no valor de 16.017.223 euros</p>	<p><b>Síntese da abordagem de auditoria</b></p> <p>Análise das respostas dos Advogados circularizados.  Reunião com a Administração e com o Director do Departamento Administrativo e Financeiro.  Reunião com o Contabilista Certificado</p>

### **Responsabilidades do conselho de administração e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O conselho de administração é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo conselho de administração; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo conselho de administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade não identificamos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451º, nº 7, do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

### Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez em 30 de Maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O conselho de administração confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 7 de Maio de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

### Sobre o cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado

O despacho nº 1140/16 do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças de 10 de Novembro autorizou o regime de exceção parcial no que respeita a operações de financiamento, a garantias bancárias, a valores mobiliários sob custódia, à compra e venda de moeda estrangeira e ainda a pedidos de numerário.

Porto, 7 de Maio de 2018

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por Manuel Pires de Matos



eBUS

LED display showing a grid of orange lights

CAETANO

64-RJ-98





*RELATÓRIO ANUAL DO*

*CONSELHO FISCAL*

*SOBRE*

*O RELATÓRIO E CONTAS DE 2017*

*DA*

*STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.*

Porto, 7 de maio de 2018



## 1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no artigo 14.º dos Estatutos que regem a Sociedade de Transportes Coletivos, S.A. (STCP), conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual, sobre o Relatório e Contas de 2017, o qual contempla, igualmente, os termos do ofício circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018.

O Revisor Oficial de Contas Dr. Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A., emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas, em 7 de maio de 2018, que se anexa.

O Conselho Fiscal, eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), datada de 25 de janeiro de 2016, para o mandato 2016/18, durante o exercício em análise efetuou reuniões e no âmbito das suas atribuições acompanhou a atividade da empresa. Para o efeito obteve toda a cooperação por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade e dos respetivos colaboradores, a qual foi indispensável à elaboração do presente Relatório.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (detida 100% pelo Estado Português), criada pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

Em junho de 2016, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando previa que o Estado procedesse à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias.

Mais tarde foi publicado o Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, que determina a descentralização parcial e temporária de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP e a descentralização parcial e temporária da gestão operacional da STCP.

A STCP dando seguimento aos objetivos estipulados no citado Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, no dia 2 de janeiro de 2017 procedeu: i) à assinatura do acordo entre o Estado, a Área Metropolitana do Porto (AMP) e os seis municípios servidos pela rede da STCP (Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia) para a delegação, na AMP, de competências de autoridade do Estado relativas ao serviço público de passageiros, explorado pela STCP; ii) à assinatura do contrato interadministrativo de constituição da Unidade Técnica de Suporte e de delegação de competências entre a AMP e os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, estabelecendo os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao serviço público de passageiros, explorado pela STCP, na área geográfica dos municípios outorgantes; iii) à assinatura do contrato de gestão operacional da STCP celebrado entre o Estado e a AMP, nos termos previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro. Através deste último acordo a AMP obriga-se a desenvolver a gestão operacional da STCP, através dos membros do conselho de administração, de acordo com as metas quantitativas, estabelecidas no citado Diploma.

Estes contratos vigorarão pelo período de 7 anos, a contar da data da respetiva outorga, ao longo dos quais as autarquias financiarão a empresa relativamente às Obrigações de Serviço Público.

No dia 2 de maio de 2017 foi assinado entre o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A. e quatro empresas públicas de transporte, onde se inclui a STCP, S.A., um acordo para por fim aos litígios judiciais respeitantes a um conjunto de contratos swap de cobertura de taxa de juro celebrados com essas empresas. Nos termos deste acordo as empresas obrigam-se ao cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos assinados.

Em 28 de julho de 2017 o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto, celebraram com a STCP um Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público, tendo por base a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, adaptando o Contrato de Serviço Público, anteriormente assinado, ao novo modelo de configuração do serviço

público de transportes levado a cabo pela STCP. Através deste aditamento a AMP assume todas as posições jurídicas, direitos e obrigações de que o Estado é titular no contrato de serviço público.

## 2. Análise Económico-Financeira do Relatório e Contas de 2017

Do Relatório e Contas de 2017, parece-nos de salientar o seguinte:

- Em termos da atividade constatou-se que os passageiros transportados aumentaram 4,4% relativamente a 2016, atingindo-se o total 72,4 milhões de passageiros, em 2017, e 246 mil em média por dia útil. O modo autocarro cresceu 4,3 %, mais 2,9 milhões de passageiros e o modo carro elétrico cresceu 17%, mais 107 mil passageiros.
- Em 2017, a STCP disponibilizou aos clientes uma rede de transporte público de passageiros, composta por 70 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico. A rede do modo autocarro tem uma extensão de aproximadamente 485 km e a de carro elétrico, tem cerca de 9 km. No ano de 2017 foram percorridos 22,2 milhões de quilómetros de serviço em modo autocarro e 148 mil quilómetros de serviços no modo carro elétrico.

A taxa de cumprimento do serviço do modo autocarro, medida através das viagens realizadas face às viagens planeadas, foi de 97,4%. A taxa de cumprimento do serviço em modo carro elétrico foi de 92,1%.

- A receita do serviço de transporte atingiu 45,5 milhões de euros no ano, crescendo 2,8 milhões de euros (6,6%) face ao ano anterior, devido ao crescimento da procura e ao aumento tarifário verificado no início do ano. O modo autocarro cresceu 5,7 %, mais 2,4 milhões de euros e o modo carro elétrico cresceu 39%, mais 469 mil euros.

O peso da receita do carro elétrico na receita de serviço de transporte passou de 2,8% em 2016, para 3,6% em 2017.

- A oferta total da STCP atingiu os 22,4 milhões de quilómetros de serviço em 2017, o que representa um acréscimo de 612 mil quilómetros de serviço (+2,8%), face a 2016. O modo autocarro cresceu 2,7%, mais 594 mil quilómetros e o modo carro elétrico cresceu 147%, mais 18 mil quilómetros. O aumento da oferta resultou do acréscimo de pessoal tripulante e da reformulação do serviço de algumas linhas para captação de novos clientes.

- No final de 2017, a frota da STCP era constituída por 419 autocarros, com uma idade média de cerca de 15 anos, e por 7 carros elétricos históricos. Encontravam-se, no entanto, inoperacionais dois autocarros, pelo que, não foram considerados para cálculo dos indicadores operacionais, tendo em consideração o longo período de imobilização.
- Em 31 de dezembro de 2017, a STCP contava com 1.242 trabalhadores (sendo 74% motoristas de serviço público e guarda-freios), tendo aumentado 10 efetivos (+0,8%), relativamente ao ano anterior. Esta variação resultou de 47 entradas e 37 saídas. Em 2017 foram acolhidos na empresa 37 novos estagiários dos quais 14 de estágio curricular e 23 estágios profissionais. As 47 entradas resultam da admissão de pessoal tripulante (31), pessoal manutenção (10), técnico licenciado (1) e regresso de licenças sem vencimento (5).

Pelo Despacho de 24 de agosto de 2017, do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, foi autorizada a contratação de 26 motoristas/guarda-freios e pelo despacho de 29 de setembro de 2017, do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente foi autorizada a contratação de 12 motoristas/guarda-freios. Relativamente à autorização para a contratação de 12 motoristas / guarda-freios, apenas foi concretizada a admissão de 5 trabalhadores em 2017, dado que não ocorreram as cessações de funções dos restantes trabalhadores a substituir, até ao final do ano.

A contratação de 10 novos colaboradores para a Unidade de Manutenção da sua frota de Autocarros foi autorizada pelo Despacho nº 1221/17, do Secretário de Estado do Tesouro, de 29 de dezembro de 2017.

Para o apoio jurídico da empresa foi realizado um contrato em regime de comissão de serviço, com início em 1 de abril de 2017 e pelo prazo de um ano, o qual foi entretanto denunciado com efeitos a 31 de janeiro de 2018.

- O resultado líquido do exercício de 2017 foi negativo em 14,9 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 11,9 milhões de euros (44%), face ao ano de 2016. Esta evolução positiva resulta da melhoria dos resultados financeiros em 10,3 milhões de euros e dos resultados operacionais em 1,6 milhões de euros.

O resultado líquido sem o efeito do swap (juros e variação de justo valor) foi negativo em 15,2 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 2,4 milhões de euros (14%) relativamente a 2016.

- Os resultados operacionais foram negativos em cerca de 10,8 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 1,6 milhões de euros (13%) face a 2016.

Os rendimentos operacionais em 2017 foram de aproximadamente 50 milhões de euros, registando um aumento de 4,8 milhões de euros (11%) relativamente ao ano de 2016. A receita de transporte, no total de cerca de 45,6 milhões de euros, aumentou cerca de 2,8 milhões de euros, fruto do aumento da procura. Em 2017 foram contabilizados cerca de 1,7 milhões de euros de compensação financeira atribuída pelos municípios, pelas obrigações de serviço público prestado pela STCP.

Os gastos operacionais em 2017 foram de aproximadamente 60,7 milhões de euros, registando um aumento de 3,3 milhões de euros (5,7%) relativamente ao ano de 2016, a qual decorre, fundamentalmente pela consideração de gastos não correntes em 2017, nomeadamente reforço de provisões no montante de 7,1 milhões de euros.

- Os resultados financeiros do ano de 2017 foram negativos em 4,1 milhões de euros, registando um desagravamento, de 10,3 milhões de euros, face a 2016. Os encargos com o swap (juros e variação de justo valor) foram positivos em 262 mil euros, apresentando uma melhoria de 9,5 milhões de euros.

Os juros e encargos de financiamento foram de 4,4 milhões de euros, inferiores em cerca de 837 mil euros relativamente a 2016.

- A empresa detém, desde 2007, uma operação de cobertura de risco de taxa de juro contratada junto do Banco Santander Totta, S.A., com maturidade em 2022 e cujo justo valor, de acordo com informação da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em 31 de dezembro de 2016 era de -113.494.520,37 euros. Em 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante de -98.555.629,17 euros, o qual foi determinado pelo Banco Santander Totta, S.A.

Em resultado do processo negocial conduzido pela Tutela Financeira, em representação das quatro empresas públicas de transporte envolvidas, em concreto, a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., a Metro do Porto, S.A., o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., foi assinado em 2 de

maio de 2017, o acordo entre o Estado Português, o Banco Santander Totta, S.A., e as Empresas Públicas de Transporte com contratos de gestão de risco financeiro de taxa de juro celebrados, que determinou o termo à ação judicial interposta por aquele Banco no Tribunal de Comércio de Londres, no qual as citadas empresas se comprometeram a cumprir os referidos contratos e as obrigações de pagamento vincendas daí decorrentes, e cumprir, até 31 de janeiro de 2018, as obrigações de pagamento vencidas ao abrigo dos mesmos.

Em 2017 foi contraído um empréstimo de médio e longo prazo, junto do Estado Português, pelo valor de 14.643.369,27 euros, para o pagamento dos fluxos, a vencer nesse ano, do contrato swap celebrado com o Banco Santander Totta, S.A.

- Os gastos com pessoal, em 2017, apresentaram uma redução de cerca de 484 mil euros face a 2016, devido principalmente à diminuição dos gastos com a rubrica Benefícios pós-emprego no montante de 679 mil euros. No que diz respeito aos gastos com pessoal corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por cessação de contrato, apresentam uma redução de cerca de 3,7% (1,1 milhões de euros) face ao ano de 2016.
- = O EBITDA (de gestão) do modo rodoviário cifrou-se em cerca -605,7 milhares de euros, registando um desvio negativo em cerca de 3.022 milhares de euros, face à meta estabelecida, o qual é explicado essencialmente pela redução, face ao previsto, do montante a receber das Obrigações de Serviço Público atribuídas, em cerca de 2,9 milhões de euros.
- = No final de 2017 a dívida remunerada total da STCP era de aproximadamente 331 milhões de euros, registando uma diminuição de 11% face a 2016 (-39,4 milhões de euros). A contribuir para a diminuição do endividamento temos os aumentos de capital por conversão de créditos do Estado, no montante de 56,4 milhões de euros (serviço da dívida dos empréstimos do Estado vencido no ano de 2017).
- = No âmbito da política de financiamento a partir de dezembro de 2013 e por aplicação do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sendo a STCP uma empresa pública não financeira do setor empresarial do Estado, que anualmente apresenta capital próprio negativo, só pode aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral do Tesouro e Finanças a qual solicita parecer do IGCP, E.P.E., quanto às condições financeiras aplicáveis.

Nesta conformidade foi autorizado o endividamento junto da DGTf, pelo valor de 14.643.369,27 euros, para o pagamento dos fluxos, a vencer em 2017, do contrato swap celebrado com o Banco Santander Totta. O capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches: a 1 de junho, no valor de 6.947.865,80 euros e a 27 de novembro, no valor de 7.695.503,47 euros.

Os encargos financeiros em 2017 atingiram o montante de 19,29 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 12% (+2,1 milhões de euros), em resultado essencialmente dos encargos com o swap, os quais apresentaram juros suportados no montante de 14,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2,9 milhões de euros face a 2016.

- O ativo atingiu, a 31 de dezembro de 2017, o montante de 81,9 milhões de euros, registando uma diminuição de 2,5 milhões de euros (-3%) face a 2016, principalmente devido à redução do valor dos ativos fixos tangíveis em cerca de 3,3 milhões de euros, pela sua depreciação.
- O passivo em 2017 registou o montante de 490 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 58 milhões de euros (11%) face a 2016, principalmente pela redução dos financiamentos obtidos em cerca de 39,4 milhões de euros, dos instrumentos de gestão do risco financeiro (swap) em cerca de 14,9 milhões de euros e das outras dívidas a pagar, no valor de cerca de 9,4 milhões de euros. As provisões aumentaram cerca de 7,1 milhões de euros.
- O capital próprio da STCP atingiu, em 2017, os 408,1 milhões de euros negativos. O desagravamento de 55,5 milhões de euros (12%), relativamente a 2016, resulta dos aumentos de capital efetuados pelo acionista Estado. Um dos quais em numerário, no montante de 13.491.175 euros, concedido para fazer face aos fluxos de investimentos e ao Memorando de Entendimento, assinado em 31 de julho de 2015, entre o Estado Português, o Município do Porto e a STCP, bem como aos fluxos de financiamento com o leasing da frota de autocarros existente e com o serviço da dívida do empréstimo obrigacionista. O outro aumento de capital, no montante de 56.372.105 euros, revestiu a forma de conversão de dívida resultante das prestações de capital e juros dos empréstimos atribuídos pelo Estado.

O capital social da STCP, S.A., em 31 de dezembro de 2017, ascendia ao montante de 213.152.770 euros, totalmente realizado, e representado por 42.630.554 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, sendo que, nessa data, se

aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social.

- O montante do investimento realizado em 2017 foi de 428 milhares de euros, do qual se destaca a requalificação de carros elétricos, de edifícios, aquisição de duas viaturas de apoio e substituição de equipamento administrativo, informático e oficial.
- Por fim, reiteramos a ênfase assinalada na certificação legal de contas, emitida pelo ROC da sociedade, quanto à situação de incumprimento do estipulado no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a menção – como matéria relevante – quanto à manutenção de resultados negativos do exercício, com o consequente avolumar da situação de capitais próprios negativos.

### 3. Aferição das orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito do disposto no artigo 420.º do CSC, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a STCP deu cumprimento à generalidade das orientações legais vigentes para o SEE (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), às disposições constantes na Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), bem como no Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (DLEO 2017), e no ofício-circular n.º 588, de 7 de fevereiro de 2018, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf), salientando-se as seguintes situações:

- O contrato de Gestão Operacional celebrado entre o Estado Português e Área Metropolitana do Porto, em 2 de janeiro de 2017, estabeleceu os objetivos/metabolos para 2017, os quais não foram integralmente cumpridos, pela Sociedade, no que se refere a alguns indicadores designadamente: i) o EBITDA (de gestão) do modo rodoviário que se saldou em -605,7 milhares de euros, registando um desvio negativo em cerca de 3.022 milhares de euros (-125%), face à meta estabelecida; ii) o resultado rodoviário atingiu -3.340,7 milhares de euros, ficando aquém da meta estabelecida, em cerca de 2,4 milhões de euros (-262%); iii) a compensação Financeira – Obrigações de Serviço Público (OSP), que no ano de 2017 foi de 1.661,1 milhares de euros, foi inferior à meta estabelecida em 64% (-2.897,5 milhares de euros).

Os restantes objetivos fixados foram cumpridos/superados, conforme quadro abaixo:

Indicadores	Unidade	Metas 2017	Real 2017	Variação	
				abs.	%
[1] EBITDA (de gestão) do modo rodoviário	10 <sup>^3</sup> €	2.416	-606	-3 022	-125%
[2] Resultado Rodoviário	10 <sup>^3</sup> €	-923	-3.341	-2.418	-262%
[3] Velocidade Média	Km/h	15,7	15,8	0,1	1%
[4] Taxa de Cumprimento do Serviço	%	95,0%	97,4%	2,36 pp	2%
[5] Veículos Km de Serviço	10 <sup>^3</sup>	22.091	22.216	125	1%
[6] N.º Reclamações por milhão de Veíc. Km.	Recl/VKM 10 <sup>^6</sup>	100	60	-40	-40%
[7] N.º Reclamações por milhão de Passageiros	Recl/Pass 10 <sup>^6</sup>	40	19	-21	-54%
[8] Obrigações de Serviço Público (OSP)	10 <sup>^3</sup> €	4.559	1.661	-2.897	-64%

- De acordo com o n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, o crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, ficava limitado a 3%.

A STCP terminou o ano de 2017 com uma dívida remunerada total de 331 milhões de euros, tendo efetuado aumentos de capital por dotação, no montante de 13.491.175 euros, e por conversão de créditos do Estado, no montante de 56.372.105 euros. Assim, considerando o endividamento corrigido pelo capital social realizado, a empresa registou um aumento do endividamento em 7%, face a 31 de dezembro de 2016.

Se ao cálculo da variação do endividamento for retirado o efeito do montante da dívida contraída para pagamento das obrigações decorrentes do contrato swap, e os investimentos de 2017, o crescimento do endividamento apurado é de 3,6 %. Porém se retirarmos ainda o efeito do aumento de capital, no montante de 9.176.166 euros, referente à dotação recebida para pagamento da verba devida pela STCP relativa ao memorando de entendimento, assinado a 31 de julho de 2015, entre o Estado Português e o Município do Porto, resulta um crescimento do endividamento de 1,44%.

A este propósito acresce que de acordo com a apreciação efetuada pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), à versão do Plano de Atividades e Orçamento para 2017 (SiRIEF, 2017-08-14) da STCP, o respetivo Relatório de Análise conclui que a proposta apresentada, na qual se previa para o cumprimento do acréscimo do endividamento a exclusão das verbas referentes ao plano de investimento e das verbas referente ao pagamento dos juros relativos ao contrato swap realizado com o Banco Santander Totta, reúne as condições para merecer a aprovação de Sua Excelência o secretário de Estado do Tesouro. Refira-se que o PAO 2017 da STCP foi formalmente aprovada através de Deliberação Social Unânime por Escrito datada de 29 de dezembro de 2017.

- Em 2017 a STCP não atribuiu prémios de gestão e aplicou as reduções remuneratórias ao Conselho de Administração de acordo com a legislação vigente.
- Relativamente à remuneração do Revisor Oficial de Contas, aprovada pela DUE de 30 de novembro de 2016, foi aplicado o n.º 21 da RCM n.º 16/2012. Pelo trabalho de revisão das contas consolidadas auferiu um montante adicional aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração n.º 46/2017.
- No que respeita às remunerações dos restantes trabalhadores, foi dado cumprimento ao estipulado nos artigos 20.º, 21.º, 23.º e 24.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado de 2017, e aplicado o previsto nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (Acordos de Empresa), cumprindo-se assim as orientações relativas às remunerações vigentes em 2017.
- O PMP apurado em 2017 foi de 41 dias, quando em igual período de 2016 era de 51 dias, o que se traduz numa diminuição de 10 dias (20%), face ao ano anterior.  
O montante das dívidas em atraso, vencidas em 2017, de acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, ascende a cerca de 62 mil euros, registando um decréscimo de cerca de 157 mil euros relativamente ao ano transato, sendo que cerca de 12 mil euros respeitam a transações entre empresas participada da STCP, o TIP e a Metro do Porto são simultaneamente devedoras e credoras da STCP. Ao longo de 2017 a STCP procedeu trimestralmente, à divulgação das dívidas com mais de 30 dias, no seu sítio da internet ([www.stcp.pt](http://www.stcp.pt)).
- No âmbito do Estatuto do Gestor Público foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º, no que se refere: i) à não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa; ii) ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal; iii) ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet; e iv) ao valor associado a gastos anuais associados às viaturas afetas ao Conselho de Administração;
- A empresa elaborou o “Relatório sobre Remunerações por género do ano de 2017”, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 18/2014, de 7 de março, o qual foi divulgado

internamente, através da sua publicação na intranet, e disponibilizado na internet, no sítio da empresa.

- Em 2017 não foi elaborado relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, incumprindo com a supramencionada disposição.
- Em 2017 a STCP aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, nas adjudicações em que aquele diploma se aplicava, e nas restantes em que tal regime não era aplicável, efetuou consultas através da plataforma eletrónica.
- A STCP aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP). Em 2017 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo do Sistema Nacional de Compras Públicas.
- No âmbito do cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais, em conformidade com o determinado no artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (DLEO 2017), constata-se que foram cumpridas as seguintes orientações:
  - O EBITDA, recorrente no montante negativo de 925 mil euros, melhorou face a 31 de dezembro de 2016;
  - Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017, foram inferiores aos verificados em 2016;
  - Em 2017 o conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, é superior ao registado em 2016, em 26,2% (77 mil euros). No orçamento 2017, aprovado, foi previsto um crescimento deste conjunto de gastos em 78 mil euros, face ao ano anterior, pelo que foi solicitado, pela STCP, às Tutelas, setorial e financeira, autorização para ultrapassar o limite estabelecido. O pedido de exceção para o estipulado na alínea b) do n.º 4 do DLEO foi autorizado pelo Despacho n.º 646/17-SET de 14.08.2017;

- Em 2017, o peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios é de 106%, inferior ao verificado em 2016, que foi de 118%, dando cumprimento ao disposto sobre a promoção do equilíbrio operacional.
  
- A 31 de dezembro de 2017, o efetivo da STCP, sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento, era constituído por 1.242 trabalhadores o que corresponde a um aumento de 10 trabalhadores face a 2016. As contratações de trabalhadores efetuadas pela STCP foram autorizadas pelas tutelas, conforme já referido no presente parecer.
  
- De acordo com o Despacho n.º 1140/16 da SEATF, de 10 de novembro, foi autorizado o regime de exceção parcial à UTE no que respeita a operações de financiamento, por falta de enquadramento legal, a garantias bancárias, a valores imobiliários sob custódia, à compra e venda de moeda estrangeira e ainda a pedidos de numerário, pelo prazo de dois anos (2016 e 2017).

No ano de 2017 a empresa concentrou a maioria das suas disponibilidades na Conta da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., e procedeu, de igual modo, no que diz respeito à gestão corrente de serviços bancários, utilizando os serviços disponibilizados por essa Agência. A empresa não efetuou qualquer aplicação financeira, nem auferiu juros em resultado das disponibilidades financeiras existentes em Depósitos à Ordem fora do âmbito do IGCP.

#### **4. Aferição do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário**

A STCP apresentou o relatório de boas práticas de governo societário, previsto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conforme instruções transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2017 de acordo com o modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de

Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, o qual contempla a informação requerida.

## 5. Proposta

Assim, face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2017 cumpre a generalidade das exigências legais aplicáveis, revelando a situação da Sociedade, pelo que, somos de parecer que seja:

- Aprovado o Relatório e Contas de 2017 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. atenta a ênfase constante na Certificação Legal de Contas; e,
- Apreciada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

**O Conselho Fiscal,**

  
Pedro Romano Martinez (*Presidente*)

  
Ana Alexandra Filipe Freitas (*Vogal*)

  
Paulo Jorge Rodrigues Mateus (*Vogal*)





**ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)**



O desempenho de sustentabilidade da STCP e a seleção e definição dos principais indicadores tiveram como linhas orientadoras as diretrizes do GRI v.3 (*Global Reporting Initiative*).

		PÁGINAS
<b>1.</b>	<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>	
1.1	Declaração da Presidente do Conselho de Administração	6-7
1.1	Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade	23-39
<b>2.</b>	<b>PERFIL ORGANIZACIONAL</b>	
2.1	Nome da organização	contracapa
2.2	Principais produtos e/ou serviços	24
2.3	Estrutura operacional da organização	50-52
2.4	Localização da sede social da organização	contracapa
2.5	Países em que opera	24
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	24
2.7	Mercados abrangidos	24
2.8	Dimensão da organização	9, 14-18, 93-94
2.9	Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura acionista	14 -18, 35-36, 50-52
2.10	Prémios recebidos durante período abrangido pelo relatório	N.R.
<b>3.</b>	<b>PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO</b>	
3.1	Período abrangido pelo relatório	capa, 9, 93
3.2	Data do último relatório publicado	maio 17
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	capa, 9, 93
3.4	Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	185
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	2-3, 23
3.6	Limite do relatório	9, 24
3.7	Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório	9, 24
3.8	Base de elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	108-109, 123-125
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório	99-154
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	99-154
3.11	Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	99-154
3.12	Sumário do conteúdo do GRI	180-185
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório	158-161 164-177

<b>4. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO</b>			
<b>GOVERNAÇÃO</b>			
4.1		Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização	49-52, 80
4.2		Indicação se Presidente do Conselho de Administração é membro executivo	50-51
4.3		Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos	50-51
4.4		Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações/orientações ao Conselho de Administração	60
4.5		Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores de topo e executivos e o desempenho da organização	61-65, 72-73
4.6		Processos ao dispor ao Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse	53, 80
4.7		Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	50-52
4.8		Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	24-26, 78-80
4.9		Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	23-25, 72-73, 53, 80
4.10		Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social	9-20, 42-47, 56-73
<b>COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS</b>			
4.11		Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma	80
4.12		Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende	23-39, 56-73
4.13		Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	32
<b>ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b>			
4.14		Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização	23-39, 30-53, 60, 70-73
4.15		Base para identificação e seleção Partes Interessadas a serem envolvidas	24-25
4.16		Abordagem utilizadas para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas	23-39, 53, 70-73, 80
4.17		Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	23-39, 53, 70-73, 80
<b>5. ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO</b>			
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO</b>			
<b>Aspeto: Desempenho Económico</b>			
EC1	E	Valor económico direto gerado e distribuído	42-47, 93-95
EC2	E	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas	32-34
EC3	E	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	24-39, 102

EC4	E	Apoio financeiro significativo recebidos pelo governo	42-47, 93-94, 127-130
<b>Aspeto: Presença no Mercado</b>			
EC5	C	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	N.D.
EC6	E	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais	65-66, 108-109
EC7	E	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes na comunidade local	N.D.
<b>Aspeto: Impactes Económicos Indiretos</b>			
EC8	E	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou pro bono	24-32
EC9	C	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	6-7, 9-13, 42-47, 139-141
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL</b>			
<b>Aspeto: Materiais</b>			
EN1	E	Consumo total de materiais por peso ou volume	32-34
EN2	E	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	N.D.
<b>Aspeto: Energia</b>			
EN3	E	Consumo direto de energia, discriminado por fonte primária	32-34
EN4	E	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária	N.D.
EN5	C	Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência	32-34
EN6	C	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas	32-34
EN7	C	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e a reduções alcançadas	32-34
<b>Aspeto: Água</b>			
EN8	E	Consumo total de água por fonte	34
EN9	C	Recursos hídricos significativamente afetadas pelo consumo de água	34
EN10	C	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	N.D.
<b>Aspeto: Biodiversidade</b>			
EN11	E	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	N.R
EN12	E	Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	N.R.
EN13	C	Habitats protegidos ou recuperados	N.R.
EN14	C	Estratégias e programas atuais e futuros para a gestão dos impactos na biodiversidade	N.R.
EN15	C	Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção	N.R.
<b>Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos</b>			
EN16	E	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa, por peso	32-34
EN17	E	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	N.D.
EN18	C	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a reduções alcançadas	32-34

EN19	E	Emissão de substâncias destruidoras camada de ozono, por peso	32-34
EN20	E	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	N.D.
EN21	E	Descarga total de água por qualidade e destino	N.D.
EN22	E	Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação	34
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos	N.R.
EN24	C	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente	N.D.
EN25	C	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats afetados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial	N.R.
<b>Aspeto: Produtos e Serviços</b>			
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	32-34
EN27	E	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria	N.R.
<b>Aspeto: Conformidade</b>			
EN28	E	Montante envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	N.R.
<b>Aspeto: Transporte</b>			
EN29	C	Impactos ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou materias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal	N.D.
<b>Aspeto: Geral</b>			
EN30	C	Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo	N.D.
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO DE PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO</b>			
<b>Aspeto: Emprego</b>			
LA1	E	Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região	35-39
LA2	E	Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	35-39
LA3	C	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	N.R.
<b>Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração</b>			
LA4	E	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva	35
LA5	E	Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva	N.D.
<b>Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho</b>			
LA6	C	Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam na acompanhamento e aconselhamento sobre programas e saúde ocupacionais	35-39
LA7	E	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região	35-39
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, as suas famílias ou membros da comunidade, afetados por doenças graves	35-39
LA9	C	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	N.D.
<b>Aspeto: Formação e Educação</b>			
LA10	E	Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções	37

LA11	C	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	35-39
LA12	C	Percentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	37
<b>Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>			
LA13	E	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	35-38, 50-52
LA14	E	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	37
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL</b>			
<b>DIREITOS HUMANOS</b>			
<b>Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições</b>			
HR1	E	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos	N.R.
HR2	E	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas	N.D.
HR3	C	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	N.R.
<b>Aspeto: Não-Discriminação</b>			
HR4	E	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	N.R.
<b>Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva</b>			
HR5	E	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	N.R.
<b>Aspeto: Trabalho Infantil</b>			
HR6	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	N.R.
<b>Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo</b>			
HR7	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	N.R.
<b>Aspeto: Práticas de Segurança</b>			
HR8	C	Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações	N.R.
<b>Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas</b>			
HR9	C	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas	N.R.
<b>SOCIEDADE</b>			
<b>Aspeto: Comunidade</b>			
SO1	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	N.D.
<b>Aspeto: Corrupção</b>			
SO2	E	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	65, 80
SO3	E	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	N.R.

SO4	E	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	N.R.
<b>Aspeto: Políticas Públicas</b>			
SO5	E	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupo de pressão	N.R.
SO6	C	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país	N.R.
<b>Aspeto: Concorrência Desleal</b>			
SO7	C	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	128-129
<b>Aspeto: Conformidade</b>			
SO8	E	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais	N.R.
<b>RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO</b>			
<b>Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente</b>			
PR1	E	Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	N.D.
PR2	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	N.D.
<b>Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços</b>			
PR3	E	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	N.R.
PR4	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	N.R.
PR5	C	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	27-28
<b>Aspeto: Comunicações de Marketing</b>			
PR6	E	Programas observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	N.R.
PR7	C	Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	N.R.
<b>Aspeto: Privacidade do Cliente</b>			
PR8	C	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	N.R.
<b>Aspeto: Conformidade</b>			
PR9	E	Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	N.R.

Fonte: GRI (2006) - "G3: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade"

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

N.R. - Indicador "não relevante" ou "não aplicável"

N.D. - Indicador "não disponível" ou apenas "disponível parcialmente"

**Para mais informações por favor contactar:**

Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria  
 Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.  
 Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º  
 4350-158 Porto  
 e-mail: geral@stcp.pt







## **STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.**

Av. Fernão Magalhães 1862, 13º · 4350-158 Porto

Tel: +351 225 071 000

Fax: +351 225 071 150

e-mail: [geral@stcp.pt](mailto:geral@stcp.pt)

[www.stcp.pt](http://www.stcp.pt)

Capital Social: €143.289.490,00

Capital Próprio: €213.152.770,00

Contribuinte: 500246467

Registada na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto  
com o nº 51372

---

## **Edição e Propriedade: STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.**

Design: Garra Publicidade, S.A.

Impressão: Marsil

Exemplares: 120

Ano de Edição: 2018

Depósito Legal nº 225450/05



